

**SILVÂNIA FRANCISCA DANTAS
JOSÉ MATEUS DO NASCIMENTO**

CULTIVANDO SONHOS POSSÍVEIS:

o Processo de Formação de Professoras no Projovem Urbano em Natal - RN



**Cultivando sonhos possíveis:
o processo de formação de
professoras no ProJovem Urbano
em Natal - RN**



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)
Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA
Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP
Prof^a. Dr^a. Raquel Silvano Almeida-Unespar
Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA
Prof^a. Dr^a. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro
Prof^a. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves-IFF
Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ
Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF
Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA
Prof.^a Dr^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE
Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL
Prof.^a Dr^a. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA
Prof.^a Dr^a. Dayse Marinho Martins-IEMA
Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM
Prof.^a Dr^a. Elane da Silva Barbosa-UERN
Prof. Dr. Piter Anderson Severino de Jesus-Université Aix Marseille

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Silvânia Francisca Dantas
José Mateus do Nascimento

Cultivando sonhos possíveis: o processo de formação de professoras no ProJovem Urbano em Natal - RN

1ª Edição

Belém-PA
RFB Editora
2023

© 2023 Edição brasileira
by RFB Editora
© 2023 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
91 98885-7730

Av. Governador José Malcher, nº 153, Sala 12, Nazaré, Belém-PA,
CEP 66035065

Editor-Chefe
Prof. Dr. Ednilson Souza
Diagramação
Worges Editoração

Revisão de texto e capa
Autores
Produtor editorial
Nazareno Da Luz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



C968

Cultivando sonhos possíveis: o processo de formação de professoras no ProJovem Urbano em Natal - RN / Silvânia Francisca Dantas -Belém: rfb, 2023.

Outros

José Mateus do Nascimento

16 x 23 cm

Livro em pdf.

ISBN 978-65-5889-626-5

DOI 10.46898/rfb.967872e0-af18-4421-9e80-61b69dc3916e

1. Educação. I. Dantas, Silvânia Francisca II. Título.

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

I. Educação.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, por me dar forças todos os dias para vencer as dificuldades que a vida me oferece.

Ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Aos professores que passaram por mim durante esses quatro anos de formação acadêmica.

Ao meu orientador professor D.r José Mateus do Nascimento que, apesar dos muitos compromissos, sempre esteve presente quando necessitei. Orientou-me com muita dedicação e carinho. Muito grata por suas contribuições.

Às professoras D.r^a Andrea Gabriel Francelino Rodrigues e Francinaide de Lima Silva Nascimento por aceitarem o convite em participar da avaliação deste trabalho. Todas as contribuições serão bem-vindas e acrescentadas à pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP – IFRN).

Aos colegas de turma, meus sinceros agradecimentos pelos momentos felizes e tristes que passamos juntos.

Com muito amor e gratidão, aos amigos Canindé e Ivanete, por acreditarem na minha capacidade e estarem comigo quando sempre precisei. Vocês são muito importantes para mim.

De forma muito carinhosa, dedico este trabalho às pessoas que sempre estiveram ao meu lado nesse momento importante da minha vida, ajudando-me com palavras de incentivo. Em especial aos meus pais, Edson e Luzia, e aos meus irmãos.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
PREFÁCIO.....	9
CAPÍTULO 1	
PRIMEIRAS PALAVRAS.....	15
CAPÍTULO 2	
(RE)CONTANDO A HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL E A IMPLANTAÇÃO DO PROJOVEM.....	29
2.1 A PROPOSTA DO PROJOVEM	40
2.2. O PROJOVEM E SUAS FACES	45
CAPÍTULO 3	
O PROJOVEM URBANO EM NATAL/RN: USO DE RECURSOS DIDÁTICOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE NO CEMURE (2015/2016)	73
3.1. OS MATERIAIS DIDÁTICOS UTILIZADOS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO PROJOVEM URBANO	74
CAPÍTULO 4	
FORMAÇÃO DOCENTE NO PROJOVEM URBANO NATAL/RN: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA.....	105
4.1 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO DOCENTE E CURRÍCULO NO PROJOVEM URBANO NATAL/RN	107
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE NO PROJOVEM URBANO NATAL/RN	131
CAPÍTULO 5	
DESCOBERTAS	141
REFERÊNCIAS	147
ÍNDICE REMISSIVO.....	156
SOBRE OS AUTORES	157

PREFÁCIO

[...] ‘Tá vendo aquele colégio, moço?

Eu também trabalhei lá

Lá eu quase me arrebento

Fiz a massa, pus cimento

Ajudei a rebocar

Minha filha inocente

Vem pra mim toda contente

Pai, vou me matricular

Mas me diz um cidadão

Criança de pé no chão

Aqui não pode estudar [...]

Cidadão

Letra: Lúcio Barbosa dos Santos

Canção: Zé Ramalho

A epígrafe que abre este prefácio é um trecho da letra da canção Cidadão composta por Lúcio Barbosa. Quem a conhece pode lembrar que ela nos remete, no mínimo, a duas questões: a primeira diz respeito à qualificação do trabalhador e o segundo, expresso no trecho que selecionamos, alude à educação. Essa música me veio à mente quando li o livro que tenho a honra de prefaciар.

Com o título “Cultivando Sonhos Possíveis: o Processo de Formação de Professoras no ProJovem Urbano em Natal – RN”, a obra é fruto do trabalho de dissertação de mestrado de Silvânia, defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor doutor José Mateus do Nascimento.

Este livro tem como objeto de estudo o curso de Formação Continuada de professores que atuam no Programa Nacional de Inclusão de Jovens, especificamente, no ProJovem Urbano, com o objetivo de analisar se a formação continuada para os professores que atuam ou iriam atuar no Programa tem os subsídios necessários para que suas finalidades sejam atingidas.

Para cumprir o objetivo proposto, os autores nos brindam com duas discussões sumamente importantes: a primeira é a apresentação do programa de iniciativa do Governo Federal, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, precisamente, o ProJovem Urbano inserindo-o no rol de ações do Governo para as juventudes da educação de jovens e adultos; e a segunda é a análise da formação de professores para atuar nesse Programa.

Lançado em 2005, no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), o ProJovem é uma ação integrante da Política Nacional de Juventude, voltado para jovens na faixa etária de 18 a 29 que tenham concluído a quarta série do Ensino Fundamental, mas não tenham finalizado essa etapa da educação brasileira. A especificidade desse Programa é seu diálogo entre a escolarização, o mundo do trabalho, a inclusão digital além da formação para o desenvolvimento de ações comunitárias como exercício da cidadania, na perspectiva de formação de trabalhadores para sua atuação qualificada.

Outra particularidade desse Programa é a atenção à diversidade de público que pode ser atendido. Assim, ele está subdividido em ações específicas para distintas juventudes: o ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; o ProJovem Urbano; o ProJovem Campo - Saberes da Terra; e o ProJovem Trabalhador.

Um traço comum a todas essas ações é que, visando à elevação da escolaridade de Jovens e Adultos com a conclusão do Ensino Fundamental, também objetivam a qualificação do trabalhador e seu desenvolvimento humano.

No Programa, conforme o Manual do Educador do ProJovem Urbano¹, a qualificação profissional, além de desenvolver competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda, busca afirmar a dignidade dos estudantes como seres humanos, trabalhadores e cidadãos. Portanto, estão inseridas nessa formação pretendida, a promoção do crescimento pessoal do estudante e sua visão crítica da realidade com incentivos à intervenção social e à apreciação da dimensão estética das produções culturais.

Essas particularidades do ProJovem são fundamentais para que o estado possa atender aos que tiveram o acesso, mas não a permanência garantida na escola e que, por variados fatores – sociais, políticos, culturais e principalmente econômicos –, tiveram que interromper sua trajetória educacional. Muitos desses jovens são trabalhadores, então, é importante que surjam políticas que os considerem como trabalhadores-estudantes e não como estudantes-trabalhadores. Essa mudança de perspectiva é basilar para se pensar ações, programas e políticas educativas para as juventudes.

Considerando a especificidade dos estudantes de EJA, nomeadamente, a juventude alijada do direito à educação e ao trabalho, público-alvo do ProJovem, surge o imperativo de se propiciar formação de docentes para atuar neste Programa. O Manual do Educador do ProJovem Urbano constata essa necessidade ao afirmar que o Programa

[...] propõe uma reviravolta: [...] o ensino não é entendido como transmissão e acúmulo de informações – nem só o professor ensina e o estudante aprende, nem há ensino sem aprendizagem.

1 BRASIL. Manual do Educador Orientações Gerais. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/50635823-Manual-do-educador-orientacoes-gerais.html>. Acesso em: 03 jul. 2023.

Por sua vez, a aprendizagem é vista como construção ativa do estudante, na interação com seus professores e colegas. Isso pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes e competências dos jovens, articulando, mobilizando e colocando em ação seus conhecimentos, habilidades e valores de solidariedade e cooperação e valores éticos e estéticos, para responder aos constantes desafios do dia a dia de sua vida cidadã e do mundo do trabalho. Ou seja, o ProJovem Urbano enfatiza o desenvolvimento do jovem como sujeito e, portanto, de sua capacidade de pensar e agir com autonomia. (BRASIL, 2012, p. 135).

Entramos, assim, na segunda discussão tratada neste livro: a formação docente para atuar no ProJovem. É muito comum que as ações, programas ou políticas de governo voltados à EJA desconsidere a formação de profissionais para neles atuar. Algumas exceções podem ser feitas. Pode-se lembrar aqui, no âmbito do Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), a instituição, em 2006, de cursos de especialização, em polos constituídos e distribuídos pelo país, “para a formação de um corpo de formadores de futuros formadores, profissionais que [poderiam] desencadear processos institucionais voltados para a formulação, gestão e execução de cursos de ensino médio integrado na modalidade EJA, [...]”². (MOURA; HENRIQUE, 2012, p. 121).

O ProJovem também entra nesse rol de exceções, daí a importância de que sejam avaliadas as ações de formação docente, uma vez que os professores precisam estar qualificados para atuar em um Programa que relaciona formação para o trabalho e formação humana em um currículo que privilegia a interdisciplinaridade e a ação cidadã. Nas palavras dos autores, a formação continuada deve propiciar “aos docentes conhecimentos que os tornem mais reflexivos

2 MOURA, D. H.; HENRIQUE, A. L. S. Proeja: entre desafios e possibilidades. **HOLOS**, [S. l.], v. 2, p. 114–129, 2012. DOI: 10.15628/holos.2012.914. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914>. Acesso em: 3 jul. 2023.

e investigadores”, para que possam repensar a prática profissional e compreender a prática pedagógica.

Os docentes participantes do curso de formação continuada do ProJovem parecem concordar com os autores ao considerar que

[...] a formação continuada é um espaço de aprimoramento das práticas de ensino e de aprendizagem, um momento de apropriação de novas metodologias que possam contribuir no processo de ensino e aprendizagem do discente.

Especificamente sobre o curso de formação percebem a

formação continuada como aporte que proporciona aos participantes vivenciarem situações de corresponsabilidade, troca de conhecimentos e de experiências profissionais da docência.

Silvânia e Mateus, diletos amigos, nos mostram que, no curso de formação com duração de 1 ano e meio, e encontros quinzenais, é utilizado um conjunto de materiais produzidos para professores e estudantes discutirem algumas concepções durante a formação continuada. O Guia de Estudo Integrado, a Agenda do Estudante, Manual do Educador: orientações gerais, o Caderno de Registro de Avaliação (CRA), o Caderno do Plano de Ação Comunitária (PLA), o Projeto de Orientação Profissional (POP), o Guia de Estudo de Formação Técnica Geral e o Guia de Estudo Arco Ocupacional (cada um deles apresentado em detalhes neste livro). Materiais didáticos que “oportunizam a discussão dos conteúdos a serem abordados em sala de aula por professores e alunos envolvidos.” bem como permitem a discussão de aspectos conceituais e metodológicos.

Finalizando, convido à leitura da obra e retomo a epígrafe deste prefácio, na esperança de que o trabalhador que faça a massa, coloque o cimento e reboque uma escola tenha direito a matricular-se em qualquer escola para ter formação para atuar no mundo do trabalho de forma qualificada, e, além disso, tenha direito também a matricular

sua filha em uma escola que defenda uma educação socialmente referenciada, para que, num futuro não muito distante, não tenhamos tantos trabalhadores-estudantes excluídos do processo de produção de sua existência.

Profa. Dra. Ana Lúcia Sarmiento Henrique (PPGEP/IFRN)

Natal, julho, 2023

CAPÍTULO 1

PRIMEIRAS PALAVRAS

Formar professores é uma atividade que exige muita dedicação e estudo. Exige-se também do formador sempre algo novo para ser trabalhado e que esse novo se some aos conhecimentos dos educadores. Cabe, assim, que os educadores estejam sempre à frente de novos conhecimentos para os desafios da prática docente.

Por este ângulo, o ato da pesquisa na formação docente é fundamental, uma vez que a formação de professores tem sempre a finalidade da sua aplicabilidade que envolve todo o contexto do ensino e aprendizagem dos educandos.

Mediante isso, pelo viés do conceito sobre a relevância da formação de professores, remetemos isso para o Curso de Formação Continuada de educadores que atuam na modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem Urbano Natal/RN, tema de estudo desta pesquisa, tendo em vista suas especificidades próprias, como por exemplo, o perfil dos alunos do Programa exigir um comprometimento diferenciado pelo fato de a maioria ser jovens e que perderam a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental em “tempo regular”.

Nesse contexto, a presente pesquisa intitulada: a formação continuada dos professores no ProJovem Urbano em Natal/RN: experiência do Centro Municipal de Referência em Educação Aluízio Alves - CEMURE¹ - tem como objetivo geral investigar como ocorreu a formação continuada dos professores para atuação no Programa ProJovem Urbano do município de Natal/RN, realizada no CEMURE (órgão público da Prefeitura Municipal de Natal, cuja finalidade é promover encontros de formação continuada para servidores da educação deste município), durante os anos de 2015 e 2016.

¹ (CEMURE) está localizado na Av. Coronel Estevam, 3897 - Nossa Sra. de Nazaré, Natal - RN, 59031-270.

Além disso, são também finalidades deste trabalho, identificar as concepções de formação continuada de professores presentes no ProJovem Urbano de Natal/RN; analisar a formação continuada dos professores do ProJovem Urbano, durante o período de 2015/2016 e compreender que relação os professores do ProJovem Urbano de Natal/RN fazem da formação continuada com as práticas em sala de aula.

Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo analisar se a formação continuada para professores que atuam no ProJovem Urbano abarca os subsídios necessários para se atingirem as finalidades do Programa em questão.

A formação continuada para professores vem sendo cada vez mais discutida, nessa perspectiva, são as experiências vividas e os resultados obtidos que apontam o caminho da educação no país e, conseqüentemente, assinalam as necessidades da recorrente formação continuada.

Com isso, chega-se à problemática que nos impulsiona para investigação do tema: como ocorreu à formação continuada dos professores para atuação no ProJovem Urbano no Município de Natal/RN? Que repercussões essa formação continuada teve no âmbito das práticas pedagógicas em sala de aula?

No cerne do estudo, apresenta-se como relevante entender que a formação continuada de professores para a atuação no ProJovem Urbano, pode gerar melhores resultados acadêmico e profissional tanto dos discentes, quanto dos docentes. Por isso, analisar se a formação para professores que atuam no ProJovem do município de Natal/RN, durante o período de 2015/2016, no CEMURE, época em que atuei como docente nesse Programa. Nesse período, participei de duas formações para docentes do ProJovem Urbano, a formação inicial

realizada durante uma semana e a formação continuada no decorrer do curso.

A formação inicial no ProJovem Urbano Natal/RN (2015 e 2016), foi o momento que as professoras formadoras utilizaram para apresentar aos docentes participantes do Programa como ocorre o seu funcionamento, ou seja, os horários das aulas e distribuição das escolas, dentre outros pontos.

Foi durante a formação inicial, por exemplo, que fomos informados, que cada escola inserida no Programa era composta por sete turmas, denominadas da seguinte forma: Turma 1 - Ciências Humanas, Turma 2 - Língua Portuguesa, Turma 3 - Língua Inglesa, Turma 4 - Matemática, Turma 5 - Ciências da Natureza, Turma 6 - Qualificação Profissional e Turma 7 - Ação Comunitária.

Na formação inicial, também fomos comunicados a respeito da metodologia das avaliações que aconteceriam da seguinte forma: ao término de cada Unidade Formativa, era aplicada uma prova que versava sobre o conhecimento e as habilidades compartilhados e desenvolvidos no período. Essa prova tinha caráter formativo e somativo e foi utilizada também como diagnóstico, identificando o sucesso e as dificuldades dos estudantes, orientando novas ações didáticas que se fizeram necessárias.

Outro tipo de avaliação formal presente no Programa esteve relacionado ao conjunto de atividades realizadas com base no Guia de Estudo ao longo de cada quinze dias; também articulada às atividades de integração curricular: Sínteses Integradoras, Projeto de Orientação Profissional (POP) e Plano de Ação Comunitária (PLA). A esse respeito, fomos informados que as Sínteses Integradoras deveriam ser registradas em um caderno comum, enquanto os registros do POP e do PLA deveriam ser feitos em cadernos específicos. No final, o registro

desses componentes se faria por meio das fichas correspondentes do Caderno de Registro de Avaliação CRA. Essas fichas eram entregues à coordenação do Programa.

Além disso, foi durante a formação inicial que recebemos os materiais didáticos específicos do Programa composto por Guia de Estudo Integrado, Agenda do Estudante, o Manual do Educador: orientações gerais, Caderno de Registro de Avaliação, Caderno de Plano de Ação Comunitária, Guia de Estudo Formação Técnica Geral e o Guia de Estudo Arco Ocupacional. No que se refere a esses materiais didáticos, discorreremos mais adiante, especificamente, sobre como eram utilizados na formação dos professores do ProJovem Urbano.

Dessa forma, percebemos que a formação inicial serviu de base para as orientações iniciais dos docentes a respeito do ProJovem Urbano. O aprofundamento dessas orientações foi dado no decorrer do Programa, com base nas formações continuadas aos sábados realizadas a cada quinze dias, no CEMURE.

Nesse sentido, tendo em vista os objetivos apontados anteriormente, a pesquisa apresenta-se como relevante porque pretende ampliar a produção de conhecimento sobre o tema e subsidiar os pesquisadores na realização de outras investigações.

O Programa em pauta tem como principal proposta reinserir os jovens que vivem à margem da sociedade nos espaços escolares, visto que, na maioria das vezes, o seu grau de instrução é insuficiente. Devido a isso, o acesso ao mundo do trabalho se torna mais difícil, desfavorecendo as condições mínimas do ser humano enquanto cidadão atuante em sociedade.

Desse modo, atuar com jovens nesse perfil de desigualdade social requer profissionais capacitados para atender, além da demanda dos conteúdos necessários à escolarização, associá-los ao aspecto pro-

fissional e acima de tudo, introduzir meios que facilitem esses alunos a desenvolver sua própria autonomia para mudar a realidade social na qual estão inseridos.

A pesquisa em questão tem por finalidade compreender se a formação continuada de professores para a atuação no ProJovem subsidia a prática docente e foi desenvolvida cumprindo as seguintes etapas: primeiramente, foi feita a escolha e o estudo dos referenciais teóricos que discutem a história da EJA e a implantação do ProJovem e as faces do Programa no Brasil, formação continuada, formação continuada dos professores do ProJovem Urbano e a prática pedagógica, educação profissional, dentre outros conceitos que serão tratados nesta obra.

Compreende-se que a EJA, no Brasil, se deu com base nas trajetórias de ações e programas destinados à Educação Básica e, em particular, aos programas de alfabetização para o combate ao analfabetismo. Para Beserra e Barreto, (2014, p. 167), “os primeiros vestígios da educação de adultos no Brasil são perceptíveis durante o processo de colonização de adolescentes e adultos”. As primeiras iniciativas de ensino estavam voltadas para o nativo, no período colonial, baseadas na determinação dos missionários em catequizar e educar de acordo com as normas dos colonizadores portugueses, que necessitavam de mão de obra para a lavoura e atividades extrativistas.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos, e, com isso, houve uma transformação na estrutura educacional, desorganizando-se o ensino. Com a expulsão dos jesuítas no século XVIII, o ensino confessional foi delegado a outras ordens religiosas; também veio a responsabilidade do Estado de legislar sobre a educação brasileira. Foram, então, criadas escolas noturnas rudimentares para educação de adultos, tendo cursos de curta duração para trabalhadores. Apesar da iniciativa, somente

apenas no texto da Constituição Imperial de 1824 que se reservou, por lei, aos cidadãos brasileiros a instrução primária gratuita.

Nesse contexto, percebemos que, mesmo com a abertura de escolas para adultos e da determinação da Constituição Imperial de 1824 sobre a escola gratuita, o ensino público ofertado pela coroa, por meio das Aulas Régias nas Escolas Rudimentares Noturnas, ainda não era o suficiente para atender às necessidades dos adultos no momento. Nesse contexto, a Educação de Adultos, só passou a destacar-se na história da educação do Brasil a partir de 1930. Na década de 1940, houve mudanças na educação de adultos por meio de iniciativas políticas e pedagógicas. Criaram-se obras dedicadas à implantação do Ensino Supletivo e das Campanhas de Alfabetização.

Com base em Dias e Perehouskei (2012, p. 32), no ano de 1947, foi lançada a primeira Campanha de Educação de Adultos pelo governo, cujo propósito era a “alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses; oferta de curso primário em duas etapas de sete meses; capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário”. Com esse fato, houve uma maior discussão sobre a educação de adultos no Brasil e a respeito do combate ao analfabetismo.

Durante essa Campanha, conforme Dias e Perehouskei (2012, p. 33), iniciou-se um processo de mobilização a nível nacional com o intuito de discutir a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no país. Contudo, a Campanha não obteve sucesso em sua execução, foi influenciada por mudanças com relação à visão preconceituosa existente no período sobre a Educação de Adultos.

Ao final da década de 1950 e início da década de 1960, foi constatada uma nova visão sobre o problema do analfabetismo no país, criando-se uma nova pedagogia sob a referência de Paulo Freire, na ideia de que o processo de ensino deveria partir da base, ou seja,

partindo da realidade dos discentes. Esse período foi considerado bastante profícuo para as políticas da EJA, porque propiciou um processo de amadurecimento do arcabouço teórico e metodológico da educação popular, tornando evidente o princípio de que o ensino voltado para este público deve considerar a realidade deles e os processos de humanização.

Em 1970, o governo criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), objetivando a educação funcional direcionada à população de 15 a 30 anos de idade, por meio da Lei Nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que, no Art. 1º, parágrafo único, estabelecia:

Essas atividades em sua fase inicial atingirão os objetivos em dois períodos sucessivos de 4 (quatro) anos, o primeiro destinado a adolescentes e adultos analfabetos até 30 (trinta) anos, e o segundo, aos analfabetos de mais de 30 (trinta) anos de idade. Após esses dois períodos, a educação continuada de adultos prosseguirá de maneira constante e sem discriminação etária. (BRASIL, 1967, p. 1).

Com base na referida Lei, o curso era dividido em dois períodos sucessivos de 4 anos. No entanto, em 1985, o MOBRAL foi extinto, depois substituído pelas ações breves da Fundação Educar durante o final da década de 1980. A sociedade, por meio dos movimentos sociais, cobrava do Estado o cumprimento do dever, com base na Constituição Federal, de garantir o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito a todos os cidadãos, inclusive aos que tinham interrompido suas trajetórias escolares.

Em 1990, a EJA começa a ter um grande reconhecimento por meio das Conferências organizadas pela UNESCO envolvendo delegações de todo país. As Conferências Internacionais de Educação de Adultos, conhecidas como CONFINTEAS, tinham por objetivo reunir diferentes países com o intuito de discutir sobre a EJA, a fim de produzir um documento que trouxesse a problemática da modalidade EJA no mundo todo.

Logo, em 1996, o MEC e a UNESCO mobilizaram o país para a V CONFITEA, instituindo uma Comissão Nacional de EJA. Cada Estado tinha a responsabilidade de fazer um diagnóstico das metas e ações de EJA. Por fim, chega a participação do Brasil na Conferência destinada a EJA. A CONFINTEA Brasil +VI aconteceu no período de 25 a 27 de abril de 2016, na cidade de Brasília.

Por meio das CONFINTEAS, podemos identificar que a questão do analfabetismo não é um tema que preocupa apenas o Brasil, mas é assunto o qual se discutiu e ainda se discute também por outros países do mundo, inclusive a divulgação da perspectiva de formação ao longo da vida de jovens, adultos e idosos.

A EJA tem por finalidade atender a um público muito específico, que, por diversas razões, tiveram o seu direito à educação negado e mais tarde retornaram às instituições de ensino em busca de concluir sua escolaridade. Segundo Cacho, Moura e Arruda (2015), o público da EJA é composto, de maneira geral, por pessoas que trabalham e anseiam ascender profissional e socialmente. São jovens e adultos que necessitam de uma escolaridade para terem a oportunidade de concorrerem a um lugar no mundo do trabalho.

As diretrizes Curriculares de Jovens e Adultos mostram que os cursos de EJA devem ser flexíveis no que se refere ao currículo, tempo e ao espaço:

Os cursos de EJA devem pautar-se pela flexibilidade, tanto de currículo quanto de tempo e espaço, para que seja:

I – rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos;

II – provido suporte e atenção individual às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas;

III - valorizada a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes;

IV - desenvolvida a agregação de competências para o trabalho;

V - promovida a motivação e orientação permanente dos estudantes, visando à maior participação nas aulas e seu melhor aproveitamento e desempenho;

VI - realizada sistematicamente a formação continuada destinada especificamente aos educadores de jovens e adultos. (BRASIL, 2013, p. 41).

Nessa direção, o referente documento nos mostrou que a modalidade da EJA apresenta várias especificidades em seu ensino. Compreendemos esse fato como sendo uma forma de ajudar aos jovens e adultos a concluírem o Ensino Fundamental ou Médio.

Com base nesse contexto, o ProJovem Urbano também é direcionado a jovens e adultos que, por algum motivo, não puderam concluir o Ensino Fundamental, a fim de que possam passar por uma formação escolar e ter o direito de obter o certificado, aliado a chance de ter uma profissão.

Buscando compreender a lógica de funcionamento do Projovem e as ações de formação continuada implantada, decidimos dialogar com os professores participantes do Programa. Para atender a este objetivo, intencionamos interagir com 42 professores atuantes, sendo 2 professores formadores de professores do Projovem Urbano Natal/RN. No entanto, apenas 07 participaram da pesquisa, respondendo aos questionários semiestruturados.

Nesse contexto, para a segurança do anonimato, denominamos as professoras participantes da pesquisa de P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, cuja identificação apresentamos no quadro a seguir:

Quadro 1: Identificação dos participantes

	SEXO	GRADUAÇÃO	PÓS - GRADUAÇÃO
P1	Feminino	Letras Português/Inglês	Língua Estrangeira e Libras
P2	Feminino	Licenciatura Plena em Pedagogia	<i>Lato Sensu</i> em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos.
P3	Feminino	Letras	X
P4	Feminino	Graduação em Ciências Biológicas	Mestrado em Educação e Multidisciplinaridade
P5	Feminino	X	X
P6	Feminino	Graduação: Letras	Pós-graduação em Literatura, produção de texto e gramática.
P7	Feminino	Geografia	X

Fonte: Elaboração própria (2019)

Com base no quadro de identificação dos participantes da pesquisa, percebemos que todas as participantes são mulheres licenciadas e a maioria possui pós-graduação na área de formação ou a fim.

Para a análise das informações, elegeram-se as categorias: concepção de formação docente e currículo no ProJovem Urbano Natal/RN; concepção de formação continuada e a relação com o ProJovem Urbano; a formação continuada no contexto de atuação do Programa; a Formação continuada e a organização curricular; formação continuada e a interdisciplinaridade; o processo de formação docente do ProJovem Urbano Natal/RN; o material didático no processo de formação de professores; o Guia do Estudante como referência para a formação e a prática docente.

A presente pesquisa tem caráter qualitativo por seguir alguns passos estruturais apresentados, como por exemplo, a elaboração do projeto de pesquisa, a escolha dos objetivos, o levantamento bibliográ-

fico, o recolhimento dos dados, análise dos dados e sistematização dos resultados alcançados.

A etapa seguinte consistiu na construção de um quadro sinóptico para uma melhor visualização e análise das respostas dos participantes que foram impressas e estruturadas em forma de gráficos e tabelas. Por fim, quando concluída a análise e interpretação dos dados obtidos, iniciou-se o processo de construção textual esclarecendo neste, de forma reflexiva e construtiva, que a análise obtida, por meio dos questionários buscou alcançar os objetivos esperados, bem como refletir sobre o problema inicial que orientou a realização desta pesquisa.

Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica em referenciais teóricos tais como, Salgado (2012), Freire (1996), Luckesi (2011), Tardif (2014), Veiga (2002; 1992), Brasil (2010), Pimenta (2000), Ciavatta e Ramos (2011); a pesquisa também traz a análise documental sobre o ProJovem Urbano, para isso, exploramos os documentos: Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano (2008), Lei Nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem, Manual do Educador (2012), o Guia do Professor, o Guia do Estudante (2012), a Agenda do Estudante (2012) e o Edital do Programa, referente aos anos de 2015 e 2016. Esses materiais foram objeto de análise, porque assumem a função de didáticos e também são materiais utilizados na formação inicial e continuada do corpo de professores do ProJovem Urbano.

Os capítulos que constituem a presente obra são: esta parte introdutória, a qual denominados de “Primeiras Palavras” onde apresentamos o tema da pesquisa; logo após, temos o segundo capítulo que trata da história de implantação e as faces do ProJovem no Brasil e das modalidades existentes no ProJovem e para qual público cada face dessa modalidade está destinada.

Para a construção do terceiro capítulo, intitulado O ProJovem Urbano em Natal/RN: análise do recurso didático utilizado na experiência de formação docente no CEMURE (2015/2016), relatamos quais os materiais didáticos utilizados por docentes e discentes do ProJovem Urbano e que importância tem cada um desses materiais didáticos à formação continuada dos professores do ProJovem.

No quarto capítulo abordamos sobre a formação continuada dos professores do ProJovem Urbano e a prática pedagógica, a partir dos relatos escritos nos questionários. Por fim, discorreremos sobre as descobertas realizadas com o estudo.

CAPÍTULO 2

**(RE)CONTANDO A HISTÓRIA DA EJA
NO BRASIL E A IMPLANTAÇÃO DO
PROJOVEM**

Neste capítulo, temos por intenção, fazer uma breve retrospectiva histórica da EJA e a implantação do ProJovem no Brasil. Com isso, podemos compreender quais foram os motivos para a implantação do ProJovem, as leis e decretos que criaram e implantaram o Programa, bem como, compreender a ideia de educação profissional que o ProJovem apresenta, para qual público alvo foi formulado e está direcionado, quais são as modalidades do Programa, dentre outros aspectos.

É importante saber que o ProJovem se insere dentro das chamadas políticas educacionais de inclusão para jovens no contexto da história da Educação de Jovens e Adultos, que se caracterizou nas fases das campanhas de alfabetização, da estruturação de programas para a educação de jovens e adultos e da formulação de políticas específicas para a inclusão do jovens e adultos na escolarização e no exercício do trabalho.

A fase das campanhas ocorre a partir dos anos 1940, quando a questão da alfabetização de adultos é assumida como um problema nacional. Nesse período, pouco se falava em educação popular, a primazia era o Ensino Primário para crianças por meio dos grupos escolares, o jovem e o adulto pouco participava da educação escolar.

Segundo Fávero (2004, p.3), o Censo Populacional do Brasil de 1940, mostrou que 56% da população, maior de 15 anos era não alfabetizada. Houve uma atenção maior sobre esse dado pelo fato de que o país estava acelerando o processo de industrialização, em consequência, o processo de urbanização, por isso, houve a preocupação das autoridades de colocar ênfase no discurso contra o analfabetismo naquele momento histórico.

No período dos anos 1940, começavam as campanhas contra o analfabetismo no Brasil. A Campanha de Educação de Adolescentes e

Adultos (CEAA) foi a primeira grande movimentação promovida pelo Estado do Rio de Janeiro, criada e coordenada pelo então Ministério da Educação e Saúde, sendo muito importante naquele momento da redemocratização do Brasil. A CEAA teve grande influência em praticamente todos os estados da federação, sob a coordenação de Lourenço Filho, como destaca Fávero (2004, p.3):

Com firme coordenação de Lourenço Filho, estabeleceu convênios com muitas secretarias dos estados e municípios. Não se limitou a atuar nas capitais, atingiu muitas cidades do interior. Significou, ao mesmo tempo um movimento de alfabetização de adultos e um movimento de extensão da escolarização no meio rural. Embora definindo-se como educação de adultos, a Campanha limitou-se à alfabetização; foi mesmo muito criticada por ter se tornado uma “fábrica de eleitores”. Estava se fazendo a recomposição dos partidos políticos, preparavam-se eleições, a educação de adultos restringia-se à alfabetização e o processo de alfabetização restringia-se a ensinar a assinar o nome para se obter o título de eleitor; “ferrar o nome”, como Paulo Freire criticou mais tarde.

O que se buscava de fato era formar eleitores, devido a uma recomposição dos partidos políticos. Ao aprender assinar o nome, os adultos podiam participar das eleições de maneira imposta pelos políticos, em troca do título de eleitor. No processo de alfabetização, não havia uma preocupação com a formação do adulto nem se priorizava o desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar as novas transformações tecnológicas e seu impacto na vida social e cultural, não havia uma formação de cidadãos democráticos, de participação social ativa e crítica.

Quanto aos anos de 1950 e 1960, ainda com respaldo em Fávero (2004, p. 5), durante o governo de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, em 1956, afirma-se que as campanhas de educação de adultos existentes foram sendo desativadas. O primeiro fato fundamental, naquela década, que marcou a Educação de Jovens e Adultos foi a realização do 2º Congresso Nacional de Educação de

Adultos, realizado no Rio de Janeiro, em 1958. Durante o Congresso, foi abordada a melhoria do ensino nas Escolas Primárias como educação popular para crianças e em Escola Supletiva para adultos, contemplando a escolarização de 1^a a 4^a série.

Nos anos de 1950, se intensificam os debates a respeito dos projetos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob a liderança de Florestan Fernandes, Anísio Teixeira e outros professores da Universidade de São Paulo. Com a aprovação da referida Lei e a abertura do Plano Nacional de Educação, respectivamente, em 1961 e 1962, tem início alguns movimentos populares, dentre eles, o Movimento de Cultura Popular (MPC), no Recife (PE); De pé no Chão Também se Aprende a Ler, em Natal (RN).

O Movimento de Cultura Popular foi criado em 1960, na gestão de Miguel Arraes, pela Prefeitura do Recife. O referido Movimento se desenvolveu por meio da educação e da cultura, com vistas à emancipação do povo (MOURA e SILVA, 2011, p. 4). O movimento foi importante para a cidade, uma vez que a população estava aumentando, e, com isso, a educação era algo indispensável à vida das crianças, jovens e adultos. Era realizado por meio do rádio, do cinema, do teatro, da literatura e outras formas de cultura.

Quanto ao movimento popular De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, Aquino e Pinheiro (2014, p. 60) afirmam que o

Estado do Rio Grande do Norte, nos anos de 1961 a 1964, foi cenário da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, alicerçada numa proposição política de educação popular inclusiva, em que se vislumbra a inserção de crianças, jovens e adultos que, muitas vezes, foram excluídos do processo regular de ensino e/ou tem sua cultura desapreciada. Esse processo de inserção ocorreu, em alguns espaços de ensino-aprendizagem da Campanha, dentro de uma perspectiva freireana de valorização da cultura e conscientização política dos educandos.

Nesse contexto, a proposta da referida Campanha era de levar aos excluídos da sociedade natalense uma oportunidade de incluí-los em um processo educacional, político, econômico e social. A proposta da Campanha era erradicar o analfabetismo em Natal, pois a cidade estava com um número muito alto de pessoas necessitadas de alfabetização. Conforme aponta Góes (2010, p. 418), “O Censo de 1960 havia revelado que a Cidade do Natal tinha uma população de 160.000 habitantes em números arredondados para cima, na qual 60.254 eram analfabetos fora da escola (cifra possível de se decompor em 35.810 crianças e 24.444 adultos).” Esses dados eram extremamente preocupantes para Natal pelo fato de o analfabetismo atingir uma população tão numerosa no período, não apenas entre as crianças e também entre os adultos.

Outra ação de educação popular de adultos ocorreu na região central do Rio Grande do Norte, em 1963, ação que ficou conhecida como as 40 horas de Angicos, coordenada pelo educador Paulo Freire, por meio do método analítico de alfabetização, propunha colocar em prática as fases de investigação do universo vocabular de trabalhadores camponeses para oportunizar à aprendizagem da escrita e da leitura de forma crítica, a partir de palavras geradoras.

Durante os anos 1970 e início de 1980, durante a Ditadura Civil Militar, ocorreu a predominância do Mobral como Programa oficial do Governo Federal, para a educação de jovens e adultos sob a perspectiva técnica de alfabetização. A ação foi extensiva e atingiu grande parte dos estados da federação, pois o programa recebeu grande montante de recursos para a formação de alfabetizadores e para a produção de materiais didáticos.

A fase da implementação de uma política específica para EJA somente ocorreu durante os anos 1990 e início dos anos 2000, com a aprovação do Plano Nacional de Educação com base na Lei N° 10.172,

de 9 de janeiro de 2001. De acordo com Di Pierro (2010, p. 942), a proposta, ao chegar ao Congresso não diferiam quanto às concepções de formação de pessoas jovens e adultas, mas não se alinhavam à proposta de educação popular. O propósito do documento girava em torno de estratégias de elevação das taxas de alfabetização e níveis de escolaridade. Dentre as Metas do PNE (2001, p. 41) correspondente à EJA estavam:

1. Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo.
2. Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade. (BRASIL, 2001, p. 41).

Compreende-se que a principal preocupação do PNE (2001-2011), nesse sentido, não era com o ensino específico da EJA, notou-se uma preocupação em apenas erradicar o analfabetismo no país de maneira aligeirada. Não se discutia sobre as estratégias utilizadas para a promoção dessa erradicação, pouco se enfatizava o tipo de proposta que seria prioridade para o ensino na EJA, nem ao que deveria servir de contribuição para a formação humana e integral dos discentes.

Nesse contexto, a proposta do ProJovem foi pensada para atender ao público jovem que não tinham acesso à escola e, em consequência disso, não tinham acesso ao trabalho, devido ao baixo nível de escolaridade. O Programa se situa no seio das políticas para a juventude, considerado ação para amenizar a situação dos jovens excluídos da sociedade brasileira.

As políticas públicas passaram a incluir as questões relacionadas à juventude, de forma mais consistente, por motivos emergenciais, visto que os jovens são os mais atingidos pelas transformações

no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI.

Políticas da natureza do ProJovem, em sua maioria, ocorrem como uma forma de amenizar o desemprego de jovens e adultos no país e, ao mesmo tempo, tenta levá-los a uma maior proximidade ao processo de inclusão social e ao mundo do trabalho.

Nessa direção, Carneiro (2015, p. 41) assinala que:

A implantação do PJU foi justificada pela agravante realidade da juventude em função do processo histórico de desigualdade social que marca o País. Esse segmento social foi transformado em um dos mais vulneráveis entre a população brasileira. Portanto, não poderia mais deixar de ter suas demandas desconsideradas pelo Estado.

O Programa foi inserido dentro das políticas destinadas à população jovem que, no momento, sofria as consequências de uma crise financeira a qual o país estava vivenciando. Vale salientar que as políticas públicas direcionadas para a juventude tiveram início nos anos de 1950 e foram predominantes na década de 1980. Conforme discorre Batista (2009, p. 6967):

As políticas públicas de juventude se iniciariam pelos anos de 1950 privilegiando a integração que posteriormente seria substituída no período militarista/autoritário pela imposição de controle social dos jovens. Seguindo de forma predominante, pela década de 1980, no enfrentamento da pobreza e na prevenção da delinquência. Na década seguinte, anos 90, a inserção social dos jovens excluídos do mercado de trabalho se coloca como prioridade.

Com base nessas ideias, percebe-se que as políticas foram pensadas com o intuito de inserir os jovens no mundo do trabalho, como uma forma de amenizar o problema do desemprego no país. Ainda com base nas ideias da autora, essas políticas, foram também consideradas importantes para romper com o risco de violência entre

os jovens por estarem muito vulneráveis no seio da sociedade contemporânea.

As políticas para juventude foram tomando destaque internacional e foram marcadas por avanços no âmbito das pesquisas, mudanças ocorridas mediante denúncia dos membros da Organização da Juventude quando mostravam um quadro desolador para grande parte de pessoas nessa faixa etária no mundo. Sobre isso, as autoras nos explicam que:

No campo dos compromissos internacionais, a questão da juventude foi marcada nos últimos 20 anos por vários avanços, notadamente no âmbito da Organização Ibero-Americana de Juventude. Apesar dos avanços, os indicadores de acesso dos jovens aos direitos sociais, culturais e econômicos, contidos no informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da (ONU) e na agenda dos países-membros da organização da Juventude, mostravam um quadro desolador da não concretização de direitos humanos para grande parte da juventude no mundo. De acordo com este documento, de um total de 1,2 bilhão de jovens em todo o mundo, 200 milhões sobreviviam com menos de US\$ 1,00 per capita por dia, 88 milhões não tinham emprego e 10 milhões portavam o vírus da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS). (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 44)

Nesse contexto, durante o percurso das políticas públicas para juventude, percebeu-se a necessidade de se planejar e tentar amenizar a situação precária apresentada no momento pelo informe da ONU sobre a juventude mundial. Conforme as ideias das autoras, mesmo com avanços notados no âmbito da Organização Ibero-Americana de Juventude, em 2005, os jovens ainda estavam vivendo de forma precária nas localidades onde habitavam.

As autoras Silva e Andrade (2009, p.44) também destacam, quanto à avaliação feita pela ONU, em referência às políticas públicas implantadas para a juventude pelos países, que as iniciativas nesta área continuavam impulsionadas por estereótipos negativos em relação aos jovens, tendo como foco a delinquência.

A partir de então, a ONU recomendava que os países implantassem políticas integradas para a juventude, que estabelecessem vínculos entre diferentes áreas prioritárias do Programa Mundial de Ação para Juventude (PMAJ), a partir de 2000, e que dedicassem atenção especial aos direitos dos jovens considerados mais vulneráveis.

Para Silva e Andrade (2009, p. 44), no Brasil, a partir de 2004, inicia-se um amplo processo de diálogo entre governo e movimentos sociais em relação à necessidade de instaurar uma política de juventude no país. A preocupação era pensar em políticas que garantissem a retirada dos jovens da situação de vulnerabilidade e risco social e que oferecessem oportunidades de experimentação social múltiplas.

Desse modo, compreendemos que a implantação do ProJovem foi justificada pelo governo Lula por uma agenda mundial que apresentava uma política para diminuir o desemprego e enfrentar a questão da baixa escolaridade dos jovens e adultos no país. Em 2003, quando Lula assumiu o governo, buscou formas de diminuir os desequilíbrios deixados pelo governo anterior e começou a investir nas políticas compensatórias com criação de programas sociais e educacionais no Brasil para jovens que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental e o Ensino Médio dentro da faixa etária indicada para a idade.

Sobre esse ponto em discussão, Ferreira (2013, p. 258) faz o seguinte comentário:

Em 2003, o governo Lula assume a condição do Estado brasileiro e aprofunda a adoção de políticas compensatórias como mecanismo de ajuste dos desequilíbrios causados pela radicalidade das práticas políticas de seu antecessor. No plano geral, as “bolsas” de assistência social foram ampliadas para um número maior de pessoas e, no setor educacional, diversos programas foram criados e ou remodelados a fim de atingir a meta de um equilíbrio social assentado na ideia de ajustamento das ações dos diversos atores sociais. Podemos afirmar que

uma nova *performace* do processo de regulação é adotada nesse governo.

Desse modo, consideramos que a implantação de uma política educacional em um determinado estado, cidade ou município depende da vontade política dos governantes e da demanda da população. Porém, é importante compreender que as políticas para serem implantadas, precisam ser bem organizadas e avaliadas.

Nessa mesma ordem de ideias, Oliveira (2013, p. 239, grifo do autor), ao escrever sobre políticas educacionais, diz que:

As políticas educacionais precisam, então, ser pensadas, implementadas e avaliadas com base na ação de um estado moderno que desenvolve um projeto nacional em consonância com os interesses da maioria da população. A inclusão social das camadas menos favorecidas aponta para a necessidade de constituição de um *estado social* que atua por meio de políticas públicas, sociais e educacionais que favoreçam os processos de emancipação desejados.

Nesse contexto, consideramos que as políticas educacionais devem ser inseridas com base nas necessidades apresentadas de cada região. Frente a essas questões, conhecendo a realidade dos jovens e adultos, torna-se importante a criação de políticas educacionais para atender a esse público, com o intuito de diminuir o desemprego e o número de pessoas com escolaridade inferior ao esperado para a sua faixa etária.

No Brasil, existem muitos jovens que não concluíram a Educação Básica e, em consequência disso, não conseguem ingressar no Ensino Superior. Nesse sentido, é preciso que haja elaboração de políticas voltadas para a juventude, com o intuito de elevar a escolaridade de um maior número de jovens que tenham garantido o acesso e a permanência no Ensino Superior.

Para a criação de políticas destinadas aos jovens, foi criado o Conselho Nacional da Juventude. Segundo Lima; Silva e Lima (2015),

Na perspectiva de elaboração de políticas para os jovens, foi criado pela lei 11.129/2005 e regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 5.490 de 14 de julho de 2005, o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Este iniciou suas atividades em 02 de agosto do mesmo ano. O Conselho Nacional de Juventude expressa a sua relação entre gerações, etnia, regiões, orientações sexuais e gêneros atualizada em diversos tipos de organizações, redes e trajetórias profissionais. (LIMA; SILVA e LIMA, 2015, p. 237).

A partir desse reconhecimento, tornou-se possível a criação de programas destinados aos jovens. Programas de Educação Profissional articulados à Educação Básica foram criados e executados na primeira década do século XXI, como podemos ver no Quadro 2, a seguir, elaborado pelos autores Lima, Silva e Lima (2015).

Quadro 2: Programas de Educação Básica da 1ª década do século XXI

PROGRAMAS	OBJETIVOS
Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - (PROJOVEM) (2005)	“Executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso, elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local” (BRASIL, 2005)
Programa de Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) - 2005	Resgatar e inserir na escola uma grande quantidade de jovens e adultos que tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas, oferecendo o acesso a uma formação integral articulada à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
Programa Brasil Profissionalizado - 2007	Apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também às expectativas dos estudantes do Ensino Médio e às demandas da sociedade contemporânea.

Fonte: Lima, Silva e Lima (2015)

A partir da consolidação desse tipo de política para a juventude brasileira, percebemos que o ProJovem também foi pensado como um desses programas de inclusão social e educacional destinados aos jovens que ainda não concluíram o Ensino Fundamental, objetivo

também presente nos programas do PROEJA Ensino Médio e o PROEJA Educação Indígena.

2.1 A PROPOSTA DO PROJovem

O Projovem foi criado em junho de 2005, com base na Medida Provisória Nº 238/2005 que foi convertida na Lei Nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Além desse Decreto foi regido pelas disposições complementares, regulamentadas pelo Decreto Nº 5.557, de 05 de outubro de 2005.

O Programa foi aprovado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CEB nº 2 de 2005, de 16 de maio de 2005 e Resolução CNE/CEB nº 3/2006, de 15 de agosto de 2006) e destinava-se a viabilizar, por meio dos sistemas de educação, a certificação de conclusão do Ensino Fundamental e a qualificação profissional, em nível de formação inicial.

Em Natal (RN), assim como nas demais cidades brasileiras, o Projovem Urbano foi implantado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com intuito, conforme dito anteriormente, de elevar o grau de escolaridade de estudantes que estão fora da faixa etária e que ainda não concluíram o Ensino Fundamental, oferecendo a oportunidade de também obterem uma qualificação profissional.

O Decreto de instituição do Projovem, com base nas disposições preliminares descritas em seu Art. 2º, definiu que a finalidade do Programa era:

executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma do curso previsto no art. 81 da Lei nº 9.394/96, a elevação da escolaridade dos jovens, visando à conclusão do

Ensino Fundamental, à Qualificação Profissional, em nível de formação inicial, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e ao desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício de cidadania e intervenção na realidade local. (BRASIL, 2015)

Ainda, em seu Art. 3º, o Decreto nº 5.557, de 05 de outubro de 2005, destaca que o ProJovem deverá contribuir, especificamente, para:

- I - a reinserção do jovem na escola;
- II - a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
- III - a identificação, elaboração de planos e desenvolvimento de ações comunitárias; e
- IV - a inclusão digital dos jovens, para que desfrutem desse instrumento de inserção produtiva e de comunicação. (BRASIL, 2015)

Podemos perceber no artigo citado que são diversos os pontos destacados que favorecem o jovem estudante inserido no ProJovem, sua reinserção na escola, as oportunidades para inserir-se no mundo do trabalho, o envolvimento em ações comunitárias e o acesso aos conhecimentos de informática são muito importantes para a formação da juventude.

No Art. 4º, o mesmo Decreto expõe que o ProJovem se destina a jovens na faixa etária 18 à 24 anos que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - tenham concluído a quarta série e não tenham concluído a oitava série do ensino fundamental; e II - não tenham vínculo empregatício.

Destacamos, ainda que a meta inicial do Programa foi atender a cerca de 200.000 jovens, de 18 a 24 anos de idade, no período de 2005 a 2008, atuando em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal. Em 2006, ampliou-se o atendimento aos municípios das regiões me-

tropolitanas que possuíam 200.000 habitantes ou mais, tendo havido a adesão de 29 cidades.

A iniciativa alcançou resultados importantes e promissores, indicando a propriedade de ampliar, reforçar e integrar ações voltadas para a juventude que se desenvolviam em diferentes ministérios. Para articular essa experiência acumulada, em um programa integrado, constituiu-se, no início de 2007, o grupo de trabalho GT Juventude, que reuniu representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento. (BRASIL, 2012, p.14).

Historicamente, o ProJovem é situado nas políticas de juventude implementada no Brasil, a partir da primeira década do século XXI e visa o diálogo com a escolarização, o mundo do trabalho e a inclusão digital. Concretamente, o estudante recebe o certificado do Ensino Fundamental e, assim, tem uma nova oportunidade de cursar o Ensino Médio, o que pode ampliar a possibilidade de o estudante concorrer a uma vaga de trabalho.

De acordo com Salgado (2012, p. 71, 72), a carga horária do ProJovem Urbano, é de 2.000 horas (1.440 presenciais e 560 não presenciais), a serem cumpridas ao longo de 18 meses letivos (72 semanais). A autora ainda acrescenta que as horas presenciais compreendem, além das atividades em sala de aula, visitas, pesquisas de campo, participação em palestras, práticas relacionadas ao campo de Qualificação Profissional e à Participação Cidadã, sob a supervisão de um educador, totalizando 20 horas semanais.

Quanto às horas não presenciais, estão previstas um total de 8 horas de atividades não presenciais, distribuídas pelos componentes curriculares segundo os requerimentos das atividades presenciais, incluído as sínteses interdisciplinares, o Projeto de Orientação Profissional (POP) e o Plano de Ação Comunitária (PLA). O POP é um projeto de caráter individual, construído durante o desenvolvimento

do curso, sob a orientação de um professor de matérias profissionalizantes específicas do Programa que possibilita diversos momentos de caráter individual e coletivo-entre os discentes. Com base no Projeto do Programa (2006, p. 48), o POP tem por finalidades:

- Possibilitar ao cursista um melhor aproveitamento das oportunidades práticas e teóricas oferecidas pelo curso no campo da qualificação para o trabalho.
- Permitir ao cursista um exercício de resgate e sistematização de sua trajetória profissional, assim como de projeção dos próximos passos de seu processo de qualificação para o trabalho.
- Possibilitar à coordenação do Programa a oportunidade de, com as informações levantadas e organizadas pelos cursistas no POP, reunir uma base de dados a respeito deles, visando a qualificação do próprio Programa e de outras políticas públicas para o segmento da juventude. (BRASIL, 2006, p. 56).

Para o discente do ProJovem Urbano, o POP consiste num trabalho de cunho reflexivo, ao longo de todo o curso, preparando o jovem para melhor compreender a dinâmica do mundo do trabalho e planejar o percurso de sua formação profissional. O POP possibilita uma reflexão continuada sobre as atividades curriculares de aprendizagens práticas e sociais, vivências e organização de conteúdos na relação entre teoria e prática.

Vale salientar que a finalidade principal do POP é promover o crescimento pessoal do aluno e sua visão crítica da realidade em que vive e da formação profissional que lhe foi oferecida no curso, por isso, é importante que o Programa conheça a cidade a qual está ofertando o curso do ponto de vista das oportunidades aos jovens para o desenvolvimento profissional. Em outras palavras, com base no levantamento do Programa, devemos saber qual curso o discente poderá ter mais oportunidades de inserção profissional.

No que se refere ao PLA, este compreende a construção de mapa de desafios da comunidade, que exige o conhecimento da cidade, especialmente da realidade social e local em que os jovens estão inseridos, para desenvolver ações de formação básica, de qualificação profissional e da própria participação cidadã. Essas ações são desenvolvidas durante o curso pelos discentes, sob a orientação do professor de Participação Cidadã, são ações sociais que possibilitam ao jovem conhecer mais a realidade do lugar em que vive. Esse Projeto implica uma experiência de trabalho cooperativo e de responsabilidade, aspectos essenciais para a formação de jovens que precisam estar envolvidos com as mudanças sociais nos espaços cotidianos.

Conforme o PPI (2008, p 40), o PLA tem como referência a ideia de que participar e exercer cidadania são ações que se aprendem fazendo, com base na experiência e na convivência. Por isso, as ações desenvolvidas na comunidade sobre, por exemplo, o combate às drogas, prevenção contra gravidez na adolescência e poluição ambiental, são exemplos de projetos do PLA que foram desenvolvidos no ProJovem Urbano em Natal RN (2015/2016).

Se faz necessário destacar a respeito do PLA que, ao final do curso, todos os núcleos (escolas) se reúnem em um evento de encerramento do Programa, realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Natal, sob a coordenação do ProJovem Urbano para apresentarem uma síntese final do PLA. Essa síntese é realizada em forma de música, dança, apresentações teatrais ou poema, ações que ficam a critério de cada escola.

2.2. O PROJOVEM E SUAS FACES

Nesta seção, discorreremos de forma mais detalhada, sobre as especificidades do ProJovem, suas características, objetivos, conforme explicita o Manual do Educador com relação às faces do Programa que se distingue em ProJovem Adolescente, ProJovem Campo, ProJovem Trabalhador e ProJovem Urbano.

ProJovem Adolescente

O ProJovem Adolescente (PJA) foi implantado em 2007, visando a complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária, criando condições para a inserção, a reinserção e a permanência do jovem no sistema educacional.

Para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PJA é voltado para jovens que atendam aos seguintes critérios:

O ProJovem Adolescente, o serviço socioeducativo destina-se aos jovens de 15 a 17 anos:

- (I) pertencentes à família beneficiária do Programa Bolsa Família – PBF;
- (II) egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- (III) em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- (IV) egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; ou
- (V) egressos ou vinculados a programas de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual. (BRASIL, DF, 2009, p. 20).

O Decreto Nº 6.629, de 4 de novembro de 2008, que regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, em seu Art. 11, destaca que o ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, em consonância com os serviços assistenciais de que trata o art. 23 da Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, tem como objetivos:

- I - complementar a proteção social básica à família, mediante mecanismos de garantia da convivência familiar e comunitária; e
- II - criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. (BRASIL, 2008, p. 04).

Assim, o PJA, com base nos critérios de atuação, atende ao público jovem com faixa etária de 15 a 17 anos, que pertencem à família de baixa renda, egressos de medida socioeducativa em meio aberto, dentre outros pontos. Ainda sobre essa questão, Bezerra (2011) afirma que o PJA articula um conjunto de ações e é destinado a jovens de famílias em condições de pobreza:

O ProJovem Adolescente é um serviço continuado que também articula um conjunto de ações dos dois âmbitos das proteções sociais, de proteção social básica e especial com o intuito de desenvolver seguranças sociais de acolhida, convívio familiar e comunitário. Destina-se aos jovens de famílias em condições de extrema pobreza e àqueles marcados por vivências resultantes de diferentes situações de riscos e vulnerabilidades sociais. Este serviço oferece um espaço de convivência social voltada ao desenvolvimento de potencialidades dos jovens e aquisições para atuação crítica para que saiba como prever, reconhecer e assumir a responsabilidade de interferir e fazer como que coisas importantes aconteçam no seu contexto, bem como, incentivar o retorno à escola e consequentemente o aumento do nível da escolaridade e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (BEZERRA, 2011, p. 09).

O PJA oportuniza uma maior convivência social dos jovens, leva-os a um pensamento crítico, despertando assim, o reconhecimento em saber como resolver determinadas situações no cotidiano. Essa dimensão do Programa objetiva uma política de intervenção

inovadora para os jovens, unindo a Educação Básica, a qualificação para o trabalho e a ação comunitária.

Além disso, apresenta como foco o fortalecimento tanto da convivência familiar, assim como o da ação comunitária, contribuindo nesse aspecto, para uma melhor participação cidadã e para uma formação geral para o mundo do trabalho.

Em Natal (RN), o ProJovem Adolescente foi implantado de forma direta pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), em julho de 2008, como destaca Campos (2013, p. 101)

No município de Natal/RN, o PJA foi executado de forma direta pela SEMTAS do ano de 2008 até 2011 e, de forma indireta através de convênio com entidade de assistência social, durante o ano de 2012. No ano de 2011, estiveram em funcionamento dez núcleos de atendimento do PJA, localizados em diversos bairros da cidade. São eles: Guarapes, Planalto, Felipe Camarão, Quintas, África, Igapó, Panatis, Nossa Senhora da Apresentação, Pajuçara e Mãe Luiza.

As comunidades consideraram o Programa algo de grande importância, uma vez que, aos jovens causou um impacto muito intenso na vida de cada um deles, por ter proporcionado acesso ao certificado do Ensino Fundamental. Nos anos de 2009 e 2010, o programa beneficiou 5.700 adolescentes, e, em 2.200, somente em 2011.

Em 2011, o PJA contou com os seguintes núcleos explicitados no Quadro 3:

Quadro 3: Núcleos de atuação do ProJovem Adolescente em 2011

Nº	NÚCLEO	ENDEREÇO
01	Guarapes	Rua Novo Guarapes, s/n.
02	Cidade da Esperança	Rua Geraldo Buriti, 1328 A Cidade da Esperança
03	Felipe Camarão	Rua São José, 06.
04	Mãe Luiza	Rua Guanabara, 1234
05	Pajuçara	Rua: Flor do Paraíso, nº 319 – Loteamento Dom Pedro I – Pajuçara
06	Panatis II	Av. Maranguape, 1221
07	Planalto	Rua Dom Antônio de Almeida Lustosa 70 A
08	Quintas	Rua Mário Negócio, 2033
09	Brasília Teimosa	Rua São Francisco, s/n.
10	África	Rua da Gameleira, 316, Redinha
11	Nossa Sª da Apresentação	Rua Severino Tavares, nº 536 – Vila Paraíso
12	Vila Paraíso	Igapó: Rua Pacatuba, nº 2052.

Fonte: Prefeitura Municipal de Natal (2017)

Durante sua efetivação, o PJA atuou em diversos bairros de Natal, atendendo a adolescentes que começaram a ter acesso a um universo cultural e histórico, a um conjunto de relações as quais foram consideradas importantes para a vida social e profissional de cada um dos jovens inseridos no Programa.

Para que os participantes tivessem acesso ao Programa, foi realizada uma seleção com base no Edital publicado no ano de 2011, em Natal. Após a seleção e matrícula, os discentes tiveram acesso à formação no Ensino Fundamental, cursos de iniciação profissional, aulas de informática e um auxílio de R\$ 100,00 por mês. (BRASIL, 2007).

O PJA ofereceu aos jovens uma oportunidade socioeducativa, proporcionou condições de inserção, reinserção e permanência no sistema educacional. O Programa é entendido como direito à segurança de convívio, uma vez que tem a intenção de promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, favorecendo o protagonismo dos jovens.

ProJovem Campo

O ProJovem Campo foi criado principalmente para jovens agricultores. Nesse contexto, foi elaborado com o intuito de fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade com a conclusão do Ensino Fundamental, qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania.

De acordo com o Manual do Educador do ProJovem Urbano, o ProJovem Campo tem a função de

[...] fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade com a conclusão do Ensino Fundamental - qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, originou-se de uma organização do Programa Saberes da Terra. (BRASIL, 2012, p. 15).

A primeira etapa de execução do Saberes da Terra iniciou-se em dezembro de 2005, em 12 Unidades da Federação (BA, PB, PE, MA, PI, RO, TO, PA, MG, MS, PR e SC) junto às Secretarias Estaduais de Educação, representações estaduais da União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação (UNDIME), Associação de Municípios Cantuquiriguaçu (PR), entidades e movimentos sociais do campo integrantes dos comitês e fóruns estaduais de Educação do Campo.

No Rio Grande do Norte, o ProJovem Campo - Saberes da Terra foi promovido pelas parcerias entre a Secretaria de Estado da Educação e Cultura, as Secretarias Municipais de Educação, os Movimentos Sociais do Campo, as Cooperativas Agrícolas, equipes de docentes com perfil apropriado e o empenho dos alunos.

De acordo com o PPI do ProJovem Campo – Saberes da Terra, no Rio Grande do Norte, em 2008, houve um aumento do número de estados participando do Programa, dentre eles, o Rio Grande do Norte:

O Projeto será desenvolvido em parceria com 21 Estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Piauí, **Rio Grande do Norte** e Sergipe - região Nordeste; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - região Centro-Oeste; Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná - região Sul; São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo - região Sudeste; Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins - região Norte. (BRASIL, 2008, p. 08, grifo nosso).

O ProJovem Campo tem a intenção de fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas à modalidade de EJA no campo, realizar formação continuada em metodologias e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo para educadores envolvidos no Programa, além de fornecer e publicar materiais didáticos que sejam apropriados ao desenvolvimento da proposta pedagógica e estimular a permanência dos jovens na escola por meio da concessão de auxílio financeiro.

O Projovem Campo é visto como uma forma de ampliar o acesso e a qualidade da educação à população visivelmente excluída do processo educacional, respeitando necessidades e a pluralidade cultural, política e econômica dos povos do campo. Tornou-se também uma forma representativa para a ampliação da discussão a respeito da educação no campo no Brasil.

Nessa direção, a Educação no Campo

Nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. (CALDART, 2008, p. 72).

Dessa forma, o ProJovem Campo deve servir como base para entendermos que o Campo também é lugar de estudo, de criação de escolas, que os sistemas de ensino deverão promover as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida no campo e de cada região, incluindo adequação do calendário escolar às necessidades específicas da zona rural, como por exemplo, as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas.

ProJovem Trabalhador

O ProJovem Trabalhador unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o “mercado de trabalho” e ocupações alternativas geradoras de renda. Atende a jovens de 18 a 29 anos, em situação de desemprego que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de meio salário mínimo em vigor.

Vimos que essa face do Programa discute a questão de uma formação voltada para o mercado de trabalho. Porém, é importante frisar que uma formação ideal seria aquela que direciona o estudante para o mundo do trabalho, ou seja, uma formação mais ampla, que envolvam outros aspectos como o mental e o físico como já salientamos em momentos anteriores da nossa pesquisa. Seria uma proposta mais integradora, no sentido apontado por Ramos (2011, p. 31)

O primeiro sentido que atribuímos à integração expressa uma concepção de formação humana que preconiza a integração de todas as dimensões da vida – o trabalho, a ciência e a cultura – no processo formativo. Tal concepção pode orientar tanto a educação geral quanto a profissional, independentemente da forma como são ofertadas. O horizonte da formação, nessa perspectiva, é a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores e teria como propósito fundamental proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, compreendemos que a formação atribuída aos estudantes inseridos no ProJovem Trabalhador precisa ser voltada para uma formação humana, isto é, uma formação a qual tenha como propósito a compreensão das relações sociais em sua totalidade. Os princípios da Educação Profissional e a formação integrada precisam ser também expandidos para programas de formação como o ProJovem.

No que diz respeito ao Rio Grande do Norte, o ProJovem Trabalhador objetivou preparar o jovem para o mercado profissional e/ou ocupações alternativas geradoras de renda, através de qualificação social e profissional. A meta, em 2012, foi de profissionalizar 7.000 jovens (18 a 29 anos) em 90 municípios do RN. Em todo o Estado, 7.000 jovens foram inscritos em um dos 14 cursos oferecidos: Serviços Administrativos, Construção e Reparos em Revestimentos, Construção e Reparos em Instalações, Esporte e Lazer, Joalheria, Serviços Domestícios I e II, Beleza e Estética, Telemática, Transporte, Turismo e Hospitalidade, Vestuário (moda), Agro-Extrativismo, Pesca e Piscicultura.

No Rio Grande do Norte, o Programa foi executado em parceria entre Governo do Estado, a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) e o Ministério do Trabalho e Emprego. A gestão ficou por conta da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Norte (FCDL/RN). As aulas tiveram duração de seis meses. Ao final, houve uma meta de se inserir, pelo menos, 30% dos concluintes no mercado local de trabalho. A inserção dos concluintes no mercado de trabalho foi feita pelo Sistema Nacional de Empregos (SINE), órgão vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), responsável pela execução e fiscalização do Programa no Estado.

ProJovem Urbano

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens foi criado no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), por meio da Medida Provisória Nº 238/2005, convertida na Lei Nº 11.129, de 30 de junho de 2005, por meio da qual o Programa foi devidamente instituído enquanto Programa de Educação destinado à elevação da escolaridade de Jovens e Adultos.

Na sequência, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, por meio do Parecer CNE/CEB Nº 3/2006, de 15 de agosto de 2006, aprovou as Diretrizes e procedimentos técnico-pedagógicos para a implantação do Programa, como um Curso Experimental, de acordo com o Artigo nº 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com 12 meses de duração.

Cabe destacar que, inicialmente, o Programa era destinado a jovens de 15 a 29 anos de idade que ainda não haviam concluído o Ensino Fundamental. Contudo, em 2008, com a promulgação da Lei Nº 11.692, de 30 de junho de 2008, é feita uma alteração no que se refere à idade do estudante para acesso ao Programa, passando a ser destinado a Jovens e Adultos com idade entre 18 a 29 anos, que soubessem ler e escrever e não tivessem concluído o Ensino Fundamental.

Além da citada Medida Provisória e da Lei nº 11.692/2008, ainda existe o Parecer CNE/CEB nº 18/2008, por meio do qual foi aprovada a proposta de implementação, execução e gestão compartilhada do ProJovem Urbano, o qual foi publicado no Diário Oficial da União, de 12 de novembro de 2008.

Com base na finalidade do referido Programa e das orientações contidas nas Diretrizes Curriculares, os jovens inseridos nesse contexto teriam direito aos conhecimentos necessários ao Ensino

Fundamental, Qualificação Profissional e autonomia de resolução de problemas do próprio contexto social, aplicando o que é denominado de “engajamento cidadão”.

Além do exposto no referido parecer, de acordo com o Manual do Educador do ProJovem Urbano (BRASIL, 2012, p. 36), espera-se que os jovens concluintes do Programa sejam capazes de:

- a) Afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos;
- b) Utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender a expressar-se, planejar e documentar, além de apreciar a dimensão estética das produções culturais;
- c) Compreender os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade;
- d) Utilizar tecnologias de informática necessárias à busca de informações e à inserção cultural e profissional;
- e) Desenvolver competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda;
- f) Estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho;
- g) Acessar os meios indispensáveis para exercer efetivamente seus direitos de cidadania, tais como: obter ou renovar documentos pessoais, usar os serviços da rede pública disponíveis para os jovens e suas famílias etc;
- h) Identificar problemas e necessidades de sua comunidade, planejar iniciativas concretas visando a superá-los e participar da respectiva implementação e avaliação;
- i) Refletir criticamente sobre sua própria prática;
- j) Conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos;
- k) Exercitar valores de solidariedade e cooperação, posicionando-se contra quaisquer formas de racismo e discriminação e participando de ações afirmativas na

promoção da igualdade de direitos de todos os grupos da sociedade;

- l) Exercer direitos e deveres de cidadania, participar de processos e instituições que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática;
- m) Continuar aprendendo ao longo da vida, tanto pela inserção no sistema de ensino formal quanto pela identificação e o aproveitamento de outras oportunidades educativas.

Desse modo, uma vez cientes do que se espera que o concluinte do ProJovem Urbano seja capaz de fazer, vale salientar que o objetivo do Programa é realizar a certificação de conclusão do Ensino Fundamental juntamente com a qualificação profissional. O Programa foi inserido nos estados brasileiros conforme a necessidade apresentada por cada um deles.

Em Natal, a primeira edição do ProJovem Urbano foi realizada no mesmo período dos outros estados do País, mais precisamente em dezembro de 2005. Porém, resolvemos dar maior ênfase ao Edital 2015/2016, pelo fato de esse, ser o principal objeto da nossa pesquisa. Como salientamos anteriormente, esta pesquisa teve por objetivo investigar como ocorreu a formação continuada dos professores para atuação no ProJovem Urbano do município de Natal/RN, realizada no Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves (CEMURE).

Como ponto de partida desta reflexão, apresento a minha atuação na condição de professora do Programa na Escola Municipal Luiz Maranhão Filho, no Bairro de Cidade Nova, Natal/RN, momento em que foi possível perceber como ocorreu o processo de ensino aprendizagem no ProJovem Urbano, os materiais didáticos utilizados na formação dos professores, o perfil do jovem atendido, as finalidades e dificuldades para a permanência no Programa.

Com base nos momentos de participação na formação continuada, realizadas no CEMURE, foi possível identificar que o docente, ao iniciar as atividades no ProJovem Urbano, tem a necessidade de passar pela formação inicial e, durante as atividades, participar também dos cursos de formação continuada.

Diante disso, a formação inicial foi importante para perceber como se dava a dinâmica do Programa; o perfil do público alvo específico; o planejamento das aulas pelos docentes do referido Programa. Foi perceptível, também, que muitos dos docentes sentiam uma necessidade de participar da formação continuada por ser um momento em que precisavam compartilhar informações a respeito das especificidades do Programa, a exemplo, sobre a carga horária; a função do professor orientador; a maneira de como poderia contribuir para o desenvolvimento das ações comunitárias, realizadas nos bairros de atuação do ProJovem Urbano; a respeito dos materiais didáticos e das avaliações; dentre outros assuntos.

Com base nesses aspectos específicos do Programa, senti a necessidade de fazer uma pesquisa a respeito da formação continuada destinada aos docentes do ProJovem Urbano, com o intuito identificar se, na concepção desses docentes, esse tipo de curso foi importante para o trabalho em sala de aula, e se foi diferente da concepção da formação continuada que possuíam.

A pesquisa contribui para entendermos se os referidos docentes identificavam, a partir da formação continuada, que facilidades e dificuldades influenciavam na permanência dos discentes no ProJovem Urbano; o significado de inclusão social; a proposta curricular do Programa; a ideia de Qualificação Profissional Inicial e os saberes necessários para trabalhar no ProJovem Urbano.

Desse modo, no decorrer do processo de atuação no ProJovem Urbano, pude perceber também que o programa conta com o chamado Projeto Pedagógico Integrado (PPI). A proposta do currículo apresenta três dimensões: Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Ação Comunitária, conforme podemos observar no próprio documento:

Como foi dito, o currículo do ProJovem Urbano abrange os diferentes aspectos do ser humano em sua interação com a cultura e a sociedade contemporâneas, sustentando-se em três dimensões que funcionam como pilares: a Formação Básica para elevação da escolaridade ao nível da 8ª série do ensino fundamental; a Qualificação Profissional para o mundo do trabalho, incluindo qualificação inicial em um arco de ocupações (vide relação anexa); e a Participação Cidadã envolvendo uma experiência de ação social cidadã. Para que o curso cumpra as finalidades a que se propôs, essas três dimensões devem ser articuladas, de modo que cada uma contribua para fortalecer as demais. (BRASIL, 2008, p. 31).

O Projeto Pedagógico do Programa traz a denominação “Integrado”, o conceito se apresenta na perspectiva de o discente ter o certificado de conclusão do Ensino Fundamental integrado a um curso de Qualificação Profissional Inicial, e a participação nas ações desenvolvidas durante o curso.

No entanto, conforme explicitado, compreendemos a concepção de integração como algo mais amplo, envolvendo todas as dimensões da vida (o trabalho, a ciência e a cultura) no processo formativo da pessoa. Com base nessa concepção, o sentido que se dá à formação integral precisa ser direcionada para uma formação mais abrangente, que priorize as dimensões no geral, isto é, o trabalho envolvendo a ciência e a cultura na formação dos participantes. Segundo Ciavatta e Ramos (2011, p. 31), essas dimensões levariam à “formação para o trabalho como princípio educativo, [...], que visa proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais”. Logo, a formação para todas as dimensões é aquela construída historicamente.

Ainda sobre as dimensões do ProJovem Urbano, especificamente sobre o Ensino Fundamental, o PPI faz referência às avaliações realizadas no decorrer do curso, são elas: avaliação diagnóstica aplicada no início da primeira unidade formativa (quatro avaliações formativas, no fim de cada unidade); avaliação intermediária aplicada no início da terceira unidade; e exame final nacional. Esses exames demonstram que no final do curso os discentes:

- Obtiveram ganhos de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática;
- Conseguiram, nas avaliações formativas, percentuais de acerto acima da média de referência em quase todos os componentes curriculares;
- Alcançaram, em sua maioria, média de acertos próxima a 56% no exame final nacional externo. (BRASIL, 2008, p. 33).

A segunda dimensão diz respeito à qualificação profissional, cuja concepção está expressa no PPI (BRASIL, 2008, p. 33):

A concepção de Qualificação Profissional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem mostrou-se inovadora, organizando-se em arcos compostos por quatro ocupações que abrangem o planejamento, a produção e a comercialização de bens e serviços, de modo que o jovem se prepara para ser empregado, mas também pequeno empresário ou sócio de cooperativa.

Percebemos, então, que a Qualificação Profissional e a Ação Comunitária são organizadas em arcos (cursos) compostos por quatro ocupações em torno dos princípios da empregabilidade e do empreendedorismo. A Qualificação Profissional inclui ainda a Formação Técnica Geral (FTG), que aborda aspectos teórico-práticos importantes para qualquer tipo de curso profissionalizante. Com base na FTG os jovens são orientados a como atuar no mundo do trabalho, trabalhar a sociabilidade e a ampliar as opções de trabalho e geração de renda, incentivando sua autonomia e o sentido da ação empreendedora.

De acordo com o Manual do Educador do ProJovem Urbano (2012, p. 101) o componente curricular da Qualificação Profissional é construído por três conjuntos de conhecimentos que se complementam no processo formativo: Formação Técnica Geral (FTG), Formação Técnica Específica (FTE), que será desenvolvida por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ou por meio de Arcos Ocupacionais escolhidos pelo estado, município ou DF e o Projeto de Orientação Profissional (POP).

Ainda de acordo com o PPI (2008), a oferta dos cursos profissionalizantes, nas primeiras etapas de implantação do ProJovem Urbano, segundo o Arco de Ocupações, está disposta no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4: Oferta de cursos profissionalizantes, nas primeiras etapas de implantação do ProJovem - arco de ocupações

CURSOS	ABRANGÊNCIA
Construção e Reparos	19 das 27 capitais
Telemática	14 estados
Turismo e Hospitalidade	17 capitais
Madeira e Móveis	Se concentraram na região norte do país, nas capitais sob a influência da Floresta Amazônica
Agro-Extrativismo	Belém (PA)

Fonte: Brasil (2008, p.155).

Esse quadro de oferta de cursos profissionalizantes, nas primeiras etapas de implantação do ProJovem - Arco de Ocupações, com base no PPI do Programa (2008, p. 34), não especifica os nomes dos estados e/ou capitais da federação que aderiram aos referidos cursos, apenas os quantificam.

A Ação Comunitária é vista como um ponto positivo no Currículo Integrado do ProJovem Urbano, pois possibilita o trabalho

entre os professores de forma coletiva e interdisciplinar. De acordo com o PPI (BRASIL, 2008, p. 35), a Ação Comunitária consiste

Nas aulas teóricas e oficinas, discutem-se questões como direitos humanos, direitos do consumidor, acesso aos bens e serviços públicos, ética e cidadania, assim como questões de saneamento, saúde pública, qualidade e acessibilidade dos serviços públicos, preservação do meio ambiente, violência, drogas, sexualidade, participação social, direito à cultura e ao lazer, entre tantos outros.

Com base nessas discussões realizadas durante as aulas teóricas e oficinas, se constitui momento também de se fazer uma avaliação e sistematização dos trabalhos desenvolvidos nos Planos de Ação Comunitária. Nela, os alunos têm a oportunidade de vivenciar situações de conflito e negociações para sua superação, conquistas e avanços e refletir sobre suas práticas sociais. Apresenta-se também como oportunidade para os jovens compreenderem a importância do trabalho coletivo.

Outro aspecto no ProJovem Urbano trata da inclusão digital (2008, p. 36), conforme expresso no PPI do Programa

Um aspecto importante do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem que perpassa as três dimensões do currículo é a proposta de inclusão digital, na qual se procura realçar o papel do conhecimento em Informática como um dos pilares da vida moderna, visando a proporcionar aos jovens uma oportunidade efetiva de aprender os princípios de funcionamento, os programas principais e os recursos técnicos essenciais para a operação de computadores, sistemas periféricos e tecnologias da informação. (BRASIL, 2008, p. 36).

A proposta de inclusão digital se mostrou também um grande atrativo para os alunos do ProJovem Urbano, pois eles acreditam que, com o conhecimento em informática, terão novas oportunidades de vida, ou seja, o conhecimento nesse campo, pode abrir caminhos para conseguir uma oportunidade de um novo emprego.

Anteriormente, discurrimos que a carga horária do ProJovem Urbano é de 2.000 horas (1.440 presenciais e 560 não presenciais), a serem cumpridas ao longo de 18 meses letivos (72 semanas). A formação está organizada por Unidades Formativas, que são desenvolvidas de acordo com os temas integradores. Cada unidade formativa corresponde a 12 semanas de aulas.

As Unidades formativas são as seguintes:

Unidade Formativa I – Juventude e Cultura. Essa Unidade Formativa contém os principais textos e atividades que serão trabalhados durante as 12 semanas de aula. A discussão da referida Unidade Formativa se dá em torno da temática juventude e cultura. São trabalhados conteúdos como construção histórica e coletiva que atribui sentido ao mundo dos discentes, contribuindo para a formação da identidade, também destaca o reconhecimento da cultura local e de outras cidades.

Na Unidade Formativa II – Juventude e Cidade. As discussões dessa Unidade Formativa giram em torno da temática juventude e cidade. É previsto o desenvolvimento de atividades com base na juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens, a vivência nas cidades globalizadas, reposicionamento diante das dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social. Além disso, a temática da Unidade também contribui para a discussão de outras temáticas, como, por exemplo, população, movimentos e deslocamentos populacionais, noções de espaço e movimentos.

As Unidades III e IV discorrem, respectivamente, sobre Juventude, Trabalho e Comunicação. A Unidade Formativa III abre espaço para o estudo a respeito do mundo do trabalho na sociedade contemporânea, ou seja, sobre as transformações pelas quais a sociedade vem passando, e com isso, o processo de inclusão e

exclusão dos jovens no trabalho e na escola. Juventude e Comunicação consistem na Unidade IV, que aborda os temas da informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas pedagógicas. Também são destacados temas geradores sobre o reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e à comunicação.

Por fim, a Unidade V, Juventude e Tecnologia. Nessa Unidade Formativa, como a temática sugere, as discussões foram sobre ciência e tecnologia na sociedade contemporânea e suas repercussões na vida do jovem. A temática teve a intenção de levar o jovem a pesquisar, dentre outros aspectos, por exemplo, sobre a participação da Matemática na evolução da tecnologia e na sua utilização no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, a temática proporcionou uma reflexão dos discentes sobre o impacto da inclusão e exclusão social no acesso às novas tecnologias de informação na sociedade.

A Unidade VI, Juventude e Cidadania. Quanto à temática Juventude e Cidadania, assunto para discussão da última Unidade Formativa, são trabalhados conceitos sobre as diferenças socioculturais que segmentam a juventude brasileira: preconceitos e discriminação. Com isso, as disciplinas desenvolveram metodologias que trabalham com base em conteúdos como cidadania e política, ideologias de poder, gênero, sexualidade e cidadania, por exemplo. (BRASIL, DF, 2012, p.49).

Após discorrermos sobre a dinâmica das Unidades Formativas, se faz também necessário entendermos a respeito do funcionamento das escolas inseridas no Programa. Destacamos aqui alguns aspectos sobre a organização dos núcleos de atuação do ProJovem Urbano. Cada núcleo deve ser composto por cinco turmas com um professor para as disciplinas: Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Ciências da Natureza, Matemática, Participação Cidadã e Qualificação

Profissional. O somatório de alunos dessas turmas precisava totalizar de 150 a 200 pessoas, para atender a um dos requisitos do Programa, como podemos ver no próprio Manual do Educador:

Cada Núcleo acolhe de 150 a 200 jovens, distribuídos em cinco turmas. Assim, cada turma deve ser composta de 30 a 35 estudantes. Preferencialmente, as cinco turmas devem funcionar na mesma escola. Quando absolutamente necessário, poderão funcionar em duas unidades escolares próximas ou, no caso de atendimento pelo estado, em dois municípios próximos (SALGADO, 2012, p. 65).

Vale ressaltar que era preciso que as escolas oferecessem uma estrutura adequada para o desenvolvimento das aulas e, principalmente, que tivessem pelo menos um laboratório de informática onde pudessem ocorrer as aulas do Professor Orientador (PO). A aula do PO era o momento em que ele se dedicava, especificamente, à turma para a qual foi destinado pela coordenação. Por exemplo, o professor de Língua Portuguesa era orientador da turma 2. A aula do PO na referida turma era destinada para os discentes tirarem suas dúvidas sobre materiais didáticos, avaliações, de como ter acesso à coordenação do Programa, dentre outros pontos. Esse momento nos leva a entender como uma iniciativa de prática integradora no contexto do Projovem Urbano funciona como uma atividade interdisciplinar.

A interdisciplinaridade é considerada como um dos pontos fundamentais no Projovem Urbano, uma vez que a produção das Sínteses Integradoras que consiste na sistematização dos temas estudados por meio da elaboração textual pelos estudantes, os quais devem ser contemplados nas orientações dos PO em suas turmas.

O Projeto de Orientação Profissional (POP) envolve também um olhar interdisciplinar que permite a perspectiva de um Currículo Integrado, pelo fato de o Programa trabalhar com três dimensões: Qualificação Profissional, Formação Básica e Participação Cidadã.

Para Machado (2010, p. 92), currículos integrados são oportunidades riquíssimas para explorar as potencialidades multidimensionais da educação, para superar a visão utilitarista do ensino, para desenvolver as capacidades de pensar, sentir e agir dos alunos, para realizar o objetivo da educação integral. Tomando por base essa capacidade de pensar, sentir e agir dos alunos é que se percebe que há uma necessidade para uma formação mais ampla destinada aos discentes do ProJovem Urbano, pois uma formação integral vai além da que está proposta no PPI do referido Programa.

A formação, nesse sentido, deverá ser voltada para a vida. Para isso, se faz necessário a inclusão de aspectos físicos, intelectuais, sociais, que atendam a esses aspectos.

De acordo com Moura (2013, p. 145)

Ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica, Marx está claramente sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação que abrange todas as dimensões da vida, e portanto, é omnilateral. Essa concepção de formação humana foi incorporada à tradição marxista sob a denominação de politécnica ou educação politécnica, em função das próprias referências do autor ao termo, assim como da maioria dos estudiosos da obra.

A formação integral e humana relaciona-se à compreensão do ser humano em sua totalidade, visando ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Contribui para reflexão continuada sobre todas as atividades curriculares: aprendizagens práticas e sociais, vivências, organização de conteúdos na relação teoria e prática.

Ainda sobre a temática formação integral, afirma Vale (2014, p. 195)

Assim, podemos considerar uma formação de acordo com as transformações históricas e sociais as quais geram e sustentam a diversidade. Mas que também abre caminho para que se estabeleça o diálogo entre aquisição de saberes e práticas educativas que proporcione ao sujeito o contato com o avanço do conhecimento científico e tecnológico a partir de um eixo

gerador e integrador, e que possibilite a contextualização dos fenômenos naturais e sociais e sua significação com base nas suas experiências. Assim como a premência de suplantação da oposição entre humanismo e tecnologia, inter-relacionando os saberes na possibilidade da totalidade humana.

A formação humana, para a autora, abre caminho para o diálogo entre a aquisição de saberes e as práticas educativas, com respeito às identidades e às necessidades dos educandos. Também advoga que o educando adquira conhecimentos científico, tecnológico e que, ao mesmo tempo, possibilite a contextualização dos fenômenos naturais e sociais.

No que diz respeito ao Plano de Ação Comunitária (PLA), ele se refere ao planejamento, realização, avaliação e sistematização de uma ação social escolhida pelos alunos, fundamentada no conhecimento de sua realidade próxima. Ou seja, com base nos relatos dos alunos, o professor responsável pela disciplina anota os depoimentos dos alunos sobre o que precisa-ser resolvido ou amenizado com mais urgência no bairro onde moram em relação aos temas: violência, drogas, insegurança, lixo, doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros.

Em seguida, o professor responsável pela disciplina organiza o Plano de Ação e vai, no decorrer das aulas, desenvolvendo ações de conscientização na comunidade, juntamente com os alunos, pais, responsáveis e os demais professores. No final do Programa, o plano elaborado e as experiências são apresentados no evento final do ProJovem Urbano juntamente com toda a comunidade escolar.

Além do laboratório de informática, as escolas também deveriam oferecer um espaço apropriado para o planejamento do PLA que deve ser organizado pelos professores e alunos no decorrer das aulas e, no final do curso, ser apresentado em um evento destinado aos núcleos e à coordenação do ProJovem Urbano. Desse modo,

No caso do PLA, como se trata de plano a ser elaborado e implantado por grupos de alunos ao longo de todo o curso, o processo deverá ser acompanhado pelo educador de Participação Cidadã, que fará registros periódicos, em cada unidade. No entanto, apenas no fim do processo, haverá atribuição de pontos aos grupos, que valerão para o conjunto dos integrantes respectivos, ou seja, cada aluno terá anotado em seu histórico a nota obtida pelo grupo que integrou (SALGADO, 2012, p. 120).

Percebemos que o evento do PLA é fundamental no ProJovem Urbano por envolver a participação da equipe escolar e a participação dos moradores do bairro. O projeto é elaborado pelo professor da disciplina de Participação Cidadã juntamente com os professores das demais disciplinas em parceria com os alunos, sendo executado, primeiramente, no bairro no qual está situado o núcleo, envolvendo a participação de alunos, pais, professores e coordenadores, e, no segundo momento, em outro lugar envolvendo os demais núcleos.

O projeto tem como objetivo desenvolver metas que são aplicadas ao longo do curso com base em um mapa dos desafios feito no início do curso pelo professor responsável pela disciplina de Participação Cidadã. Em suma, o PLA consiste em:

[...] um plano a ser elaborado, desenvolvido, avaliado e sistematizado ao longo do curso, no componente curricular Participação Cidadã. Tem como referência a ideia de que participar e exercer a cidadania são ações que se aprendem fazendo. Inicia-se pela construção de um mapa de desafios da comunidade, que exige o conhecimento da cidade, especialmente da realidade social (ou local) em que os jovens estão inseridos, para o que são usados conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes do currículo, quer os de Formação Básica, quer os de Qualificação Profissional e da própria Participação Cidadã (SALGADO, 2012, p. 45).

O evento do PLA do ProJovem Urbano, versão 2015/2016, ocorreu no dia 11 de agosto de 2016, no Centro Municipal de Referência em Educação Aluízio Alves (CEMURE), com apresentações teatrais

realizadas pelos alunos que fizeram parte do programa. O Quadro 05 a seguir, mostra os temas debatidos no referido evento.

Quadro 05: Temas apresentados no evento PLA/2016 por escola

ESCOLAS	TEMAS
Escola Municipal Luis Maranhão	Gravidez na adolescência
Escola Municipal Professor Berilo Wanderley	Lazer e Entretenimento, uma forma eficaz ao ócio
Escola Municipal Vereador José Sotero	Reutilizando o lixo, transformando vidas
Escola Municipal Nossa Senhora da Apresentação	Paz e cidadania nas escolas
Escola Municipal Zuleide Fernandes	Viver saudável é viver protegido
Escola Municipal Bernardo Nascimento	Atitude cidadã: (re) conhecer para preservar
Escola Municipal Francisco De Assis Varela	Gravidez precoce

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Natal, RN.

Vale salientar que, para o ProJovem Urbano ser implantado, houve também a necessidade da Secretaria Municipal de Educação de fazer um levantamento por bairro, a respeito da demanda de jovens e adultos que estavam sem estudar e ainda não tinham concluído o Ensino Fundamental. Onde havia grande incidência da situação, se justificou a implantação do Programa nas escolas citadas no Quadro 05.

Apresenta-se como finalidade do ProJovem Urbano proporcionar aos jovens a formação integral, por meio de uma associação entre formação básica (elevação da escolaridade, proporcionando a conclusão do ensino fundamental), a qualificação profissional (com certificação de formação inicial) e a participação cidadã (com a promoção de uma experiência de atuação social na sociedade). Esta perspectiva se alinha a uma proposta de formação mais ampla, que contempla as dimensões do físico, do intelectual e do tecnológico, como defende Moura (2013, p. 145): “ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica, Marx está claramente sinalizando para a formação

integral do ser humano, ou seja, uma formação que abrange todas as dimensões da vida e, portanto, é omnilateral”.

De acordo com o Manual do Educador (SALGADO, 2012, p. 83), o planejamento e implementação da qualificação profissional nas escolas ocorre do seguinte modo: o educador de qualificação profissional planeja e orienta o desenvolvimento da Formação Técnica Geral (FTG) e efetiva a implementação dos Arcos Ocupacionais escolhidos pelo município.

É também função do educador entrar em contato com empresas e outros tipos de organização relacionados aos referidos arcos e agendar visitas guiadas, bem como a ida de profissionais ao Núcleo para serem entrevistados pelos estudantes. Compete ainda a esse educador, escolher filmes, vídeos, livros e outros recursos para auxiliar os jovens no contato com o mundo do trabalho e acompanhar a respectiva dinâmica local, de forma a orientá-los de maneira segura aos estudantes do respectivo Núcleo e tentar encaminhá-los a um estágio.

Quanto ao perfil dos professores de qualificação profissional, estes devem ter habilitação Superior na área de Educação Profissional Técnica e Tecnológica com experiência comprovada do ProJovem Urbano, conhecimentos básicos de informática e disponibilidade de 30h semanais.

Outro requisito do professor de qualificação profissional é ter habilitação superior na área relacionada a qual estará sob sua responsabilidade, com experiência comprovada em cursos de formação profissional ou pode ser técnico com formação em nível médio na área relacionada ao Arco Ocupacional que estará sob sua responsabilidade.

O componente curricular da Qualificação Profissional, é constituído

[...] por três conjuntos de conhecimentos que se complementam no processo formativo: a Formação Técnica Geral (FTG), a Formação Técnica Específica (FTE) que será desenvolvida por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC - ou por meio dos Arcos Ocupacionais escolhidos pelo estado, município ou DF e o Projeto de Orientação Profissional (POP). (SALGADO, 2012, p. 101).

Desse modo, como nos mostra esse componente curricular, a qualificação profissional oferecida ao estudante do programa será vivenciada pelos Arcos Ocupacionais que são configurados a depender da demanda de cada estado.

A Formação Técnica Geral (FTG) visa preparar o jovem para desenvolver um olhar mais crítico e abrangente sobre o mundo do trabalho. Tem como premissas os seguintes pontos:

- ✓ A adoção de uma abordagem interdisciplinar das questões tratadas nas atividades do material didático, no lugar da fragmentação do saber pela especialização dos conteúdos;
- ✓ Uma formação teórico-prática em lugar da separação teoria e prática no processo de conhecer;
- ✓ O desenvolvimento de uma visão crítica a respeito de noções parciais ou ideológicas sobre transformações em curso no mundo do trabalho e uma abordagem didática dos conteúdos, que estimule uma atitude emancipatória fundada nos valores da autonomia e da solidariedade, face a um público composto de jovens diretamente suscetíveis à cooptação pelo tráfico de drogas e a outras atividades ilícitas, ou mesmo desestimulados diante da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, vis-à-vis os seus baixos níveis de escolarização. (SALGADO, 2012, p. 101).

Assim como nas demais disciplinas, a qualificação profissional também trabalha com uma abordagem interdisciplinar, procura inserir a teoria junto com a prática. Outro aspecto destacado trata da visão crítica, que dizem respeito às noções parciais ou ideológicas em curso no mundo do trabalho.

Nesse contexto, percebe-se que é importante abordar o trabalho interdisciplinar no Projovem Urbano, por proporcionar diálogos entre as disciplinas. Essa interligação, para Machado (2010, p. 93)

Pode ser explorada por diversos recursos, tais como: desenho da grade curricular contemplando aproximações temporais, fusões de conteúdo, realização de estudos e pesquisas compartilhadas, promoção conjunta de seminários e eventos, implementação de métodos de ensino por projetos e dos temas geradores, dentre outros.

Tais características são frequentes na formação dos discentes do Projovem Urbano. No entanto, há necessidade de uma atenção maior quanto à qualificação profissional que o Programa oferece. Esta deve levar o discente a desenvolver competências necessárias à sua formação profissional e possibilitar novas formas de inserção no mundo do trabalho.

Percebeu-se que, na edição do Projovem Urbano 2015/2016, houve falhas quanto à formação profissional em consequência de algumas escolas, em que funcionava o Programa no Município de Natal, não disponibilizarem recursos tecnológicos suficientes para atender à demanda do Programa, ocasionando, nesse sentido, dificuldades quanto à formação do discente e ao trabalho do docente.

Em suma, vimos que as modalidades apresentadas do Projovem, tiveram um número considerável de participação dos jovens e que o principal objetivo era a conclusão do Ensino Fundamental acompanhada de uma qualificação profissional mínima.

Especificamente, o Projovem Adolescente visa a complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária, criando condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional; o Projovem Campo foi criado principalmente para jovens agricultores, com o intuito de fortalecer e ampliar o acesso e a permanência

no sistema educacional do jovem agricultor, promovendo elevação da escolaridade com a conclusão do Ensino Fundamental, qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania; o ProJovem Trabalhador objetiva preparar o jovem para o mercado profissional e/ou ocupações alternativas geradoras de renda, através de qualificação social e profissional; e o ProJovem Urbano, atende a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o Ensino Fundamental.

As modalidades do ProJovem fazem parte das políticas públicas de educação no Brasil direcionadas à escolarização básica, à formação para o trabalho e à intervenção dos jovens na sociedade em que vivem, preparando-os para o desenvolvimento de ações comunitárias.

CAPÍTULO 3

**O PROJÓVEM URBANO EM NATAL/RN:
USO DE RECURSOS DIDÁTICOS NO
PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE
NO CEMURE (2015/2016)**

Neste capítulo, discorreremos sobre a experiência do ProJovem Urbano em Natal, especificamente, sobre os recursos didáticos específicos do Programa e o uso de cada um deles na formação continuada dos professores, a saber: Guia de Estudo Integrado, Agenda do Estudante, Manual do Educador, Caderno de Registro de Avaliação, Caderno do Plano de Ação Comunitária, Guia de Estudo de Formação Técnica Geral e o Guia de Estudo Arco Ocupacional. O estudo desse material faz-se necessário porque se apresenta essencial no processo de formação docente do Programa. O conjunto de publicações específicas é utilizado como recurso didático na formação inicial dos professores; na realização dos planejamentos quinzenais das chamadas unidades formativas; que oportunizavam a discussão dos conteúdos a serem abordados em sala de aula por professores e alunos envolvidos.

Para o docente que começa a atuar no ProJovem Urbano, em Natal, é fundamental conhecer esses recursos didáticos, pois eles servem de base para a vivência do Programa, porque trazem a lógica de organização do curso e de realização das aulas. A apropriação desses recursos consiste na primeira etapa da formação dos docentes ingressantes, de forma que a assimilação dos recursos didáticos se apresenta como imprescindível para atuação de cada um deles. O processo de apropriação e de aplicação desses materiais, em sala de aula, estabelece um ciclo formativo que garante a efetivação das ações, tanto dos professores que passam pela iniciação, quanto dos veteranos.

3.1. OS MATERIAIS DIDÁTICOS UTILIZADOS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO PROJOVEM URBANO

Considerando a diversidade de recursos didáticos pedagógicos, existentes no ProJovem Urbano, compreendemos que esses recursos

são utilizados na formação inicial e continuada dos professores, sendo essenciais nas orientações sobre a proposta pedagógica do Programa. Esses recursos didáticos também se apresentam importantes para a compreensão do processo de desenvolvimento cognitivo dos jovens discentes, público alvo.

De acordo com Souza (2007, p. 111) “Recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos”. É importante entender que os recursos didáticos precisam ser bem utilizados, e que o docente deve planejar de que forma vai utilizá-los, para que não sejam usados sem um objetivo.

No contexto do ProJovem Urbano, o recurso didático é utilizado como artefato que intermedia e promove a formação docente, tanto no processo de iniciação dos professores, como também durante as práticas de implementação do curso, por meio da formação continuada.

Para Bandeira (2017, p.14), “O material didático pode ser definido amplamente como produtos pedagógicos utilizados na educação, e especificamente, como o material instrucional que se elabora com finalidade didática”. Os materiais didático-pedagógicos quando bem escolhidos podem representar instrumentos facilitadores capazes de estimular e enriquecer a vivência diária não só dos educadores, mas também dos educandos.

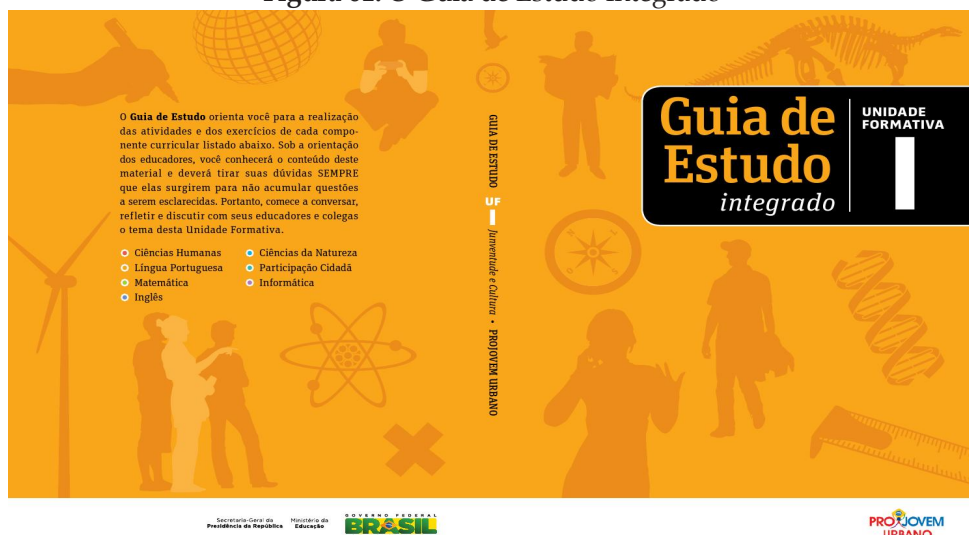
No caso específico do ProJovem Urbano, o material didático é peça fundamental na formação inicial e continuada, pois durante a formação os docentes estudam e compartilham informações que contribuem para a apropriação adequada da proposta pedagógica e o aperfeiçoamento da prática em sala de aula.

A formação inicial e continuada propicia ao docente conhecimento sobre o objeto de ensino, os discentes e a relação entre ambos.

O Guia de Estudo Integrado

Analisamos, primeiramente, o Guia de Estudo Integrado, considerado um dos recursos mais utilizados pelos estudantes do Programa, uma vez que os discentes os utilizam durante a maioria das aulas das disciplinas. Na Figura 01, visualizamos a capa do Guia de Estudo Integrado:

Figura 01: O Guia de Estudo Integrado



Fonte: Guia Estudo do ProJovem Urbano (2012).

Observamos que a capa do Guia explicita representações sobre a prática da leitura por meio da figura de um adulto lendo jornal; sobre a prática da comunicação pela silhueta de uma mulher falando ao telefone; sobre a empregabilidade e oportunidades no mundo do trabalho pela imagem de um homem que, provavelmente, caminha para o espaço de trabalho. Ainda vemos as representações das ciências humanas e da natureza pela presença das figuras de

um dinossauro (História), bússola (Geografia), DNA (Ciências) e uma régua (Matemática).

A capa desse Guia comunica princípios que devem orientar a vida de um jovem contemporâneo que a sociedade espera que esteja envolvido com a comunicação e a inclusão digital, a ciência e a inovação, as oportunidades e concorrência inerentes ao mercado de trabalho.

Durante o curso, os discentes recebem seis Guias de Estudos Integrados que disseminam tal ideologia entre eles. Cada um corresponde a um período de três meses. O Guia de Estudo Integrado é um dos recursos didáticos utilizados pelos docentes e discentes do ProJovem Urbano e foi escrito para auxiliar o aluno nas aulas do Programa. Além de apresentar desafios com relação à compreensão de conteúdo, ele ajuda a localizar informações importantes para o estudo de cada Unidade Formativa.

A Unidade Formativa consiste na junção dos componentes curriculares Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Ciências da Natureza, Participação Cidadã e Informática. No Sumário, o discente encontra indicações dos tópicos abordados desses componentes curriculares e o número das páginas que iniciam cada um deles.

A denominação “Integrado” na capa do Guia está relacionada ao sentido de que as disciplinas estão juntas no mesmo Guia e, além disso, o tema principal é trabalhado em cada um dos seus componentes, por exemplo, um tema principal é “trabalhado” dentro dos conteúdos de língua Portuguesa e Ciências Humanas e é também usado para a realização de uma das atividades avaliativas, no final da unidade, a Síntese Integradora.

A questão da integração dessas disciplinas para a construção das Sínteses Integradoras nos leva a pensar na importância do Currículo Integrado. Nessa direção, Lotterman (2012, p. 01) destaca que

O Currículo Integrado faz parte de uma concepção de organização da aprendizagem que tem como finalidade oferecer uma educação que contemple todas as formas de conhecimento produzidas pela atividade humana. Trata-se de uma visão progressista de educação à medida que não separa o conhecimento acumulado pela humanidade na forma de conhecimento científico daquele adquirido pelos educandos no cotidiano das suas relações culturais e materiais. Por essa razão, possibilita uma abordagem da realidade como totalidade, permitindo um cenário favorável a que todos possam ampliar a sua leitura sobre o mundo e refletir sobre ele para transformá-lo no que julgarem necessário.

A questão da integração no ProJovem Urbano se confirma dentro das atividades realizadas em sala de aula, como nos mostra o exemplo retirado da primeira Unidade Formativa:-

Nesta primeira Unidade Formativa, que estamos chamando de **Juventude e Cultura**, seus estudos vão ter como assunto central as atividades, os conhecimentos, as ações, os sentimentos e as crenças do ser humano. Isso tudo quer dizer Cultura! Cultura não significa apenas teatro, cinema, literatura, música erudita (muitos dizem música clássica), espetáculos de balé etc. Significa muito mais. Tudo que os seres humanos fazem em seu dia a dia, seu modo de viver, de trabalhar, de alimentar-se etc. é cultura. Todos os grupos humanos fazem cultura e todas as culturas são importantes. A cultura de sua comunidade é importante e você deve valorizá-la, sem desprezar as culturas de outros grupos. Todos são seres humanos e, portanto, têm cultura! Veja como você vai estudar esse tema nos diversos componentes do currículo. (SALGADO, 2012, p.12).

Podemos dizer que o tema principal correspondente a cada Unidade Formativa é considerado um “tema gerador” pelo fato de ser trabalhado por todos os docentes dentro de conteúdos de diferentes disciplinas. Para Freire (2014, p. 131), “Os temas geradores podem ser localizados em círculos concêntricos, que partem do mais geral ao mais particular”. E, é justamente essa a ideia do geral para o particular que

é desenvolvido nas Unidades Formativas a serem trabalhadas dentro de todas as disciplinas na dinâmica do ProJovem Urbano.

O referido Guia está organizado em seis volumes, um para cada unidade. Os volumes estão divididos em componentes curriculares caracterizados por cores, como mostra o Quadro 6.

Quadro 06: Representação das disciplinas divididas por cores do Guia de Estudos

DISCIPLINAS	CORES
Ciências Humanas	Red
Matemática	Green
Ciências da Natureza	Blue
Informática	Purple
Língua portuguesa	Yellow
Inglês	Light Blue
Participação Cidadã	Light Green

Fonte: Guia de Estudo: Unidade Formativa I, p. 08, 2012.

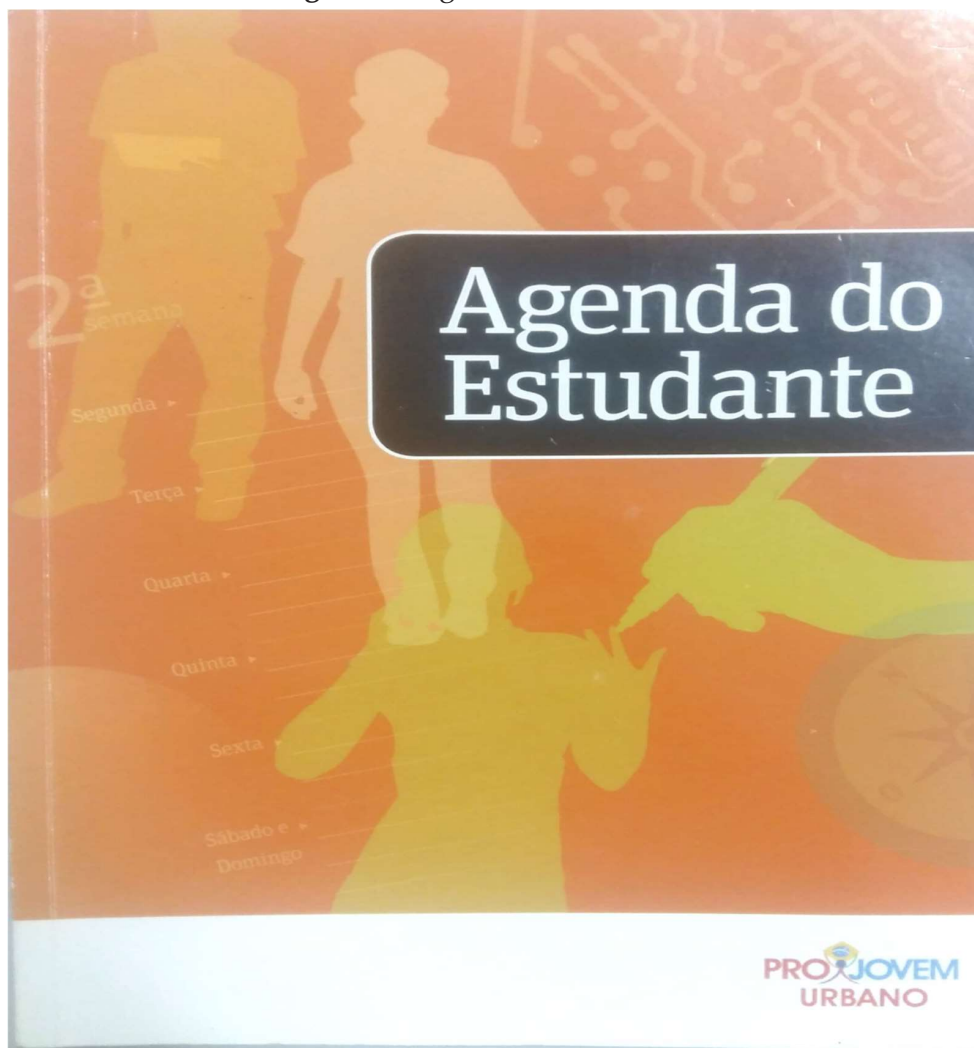
A utilização de cores ocorre com a intenção de facilitar para o docente e o discente a divisão das disciplinas, uma vez que estas vêm contidas no mesmo livro de estudo. Pela divisão das cores, o docente e o discente encontram indicações dos tópicos abordados nos componentes curriculares e o número das páginas que inicia cada um deles.

O Guia de Estudo, representa para os docentes do ProJovem Urbano, um material fundamental na formação continuada. As aulas referentes às disciplinas Ciências Humanas, Matemática, Ciências da Natureza, Informática, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Participação Cidadã são planejadas durante a formação docente, seguindo os conteúdos referentes ao Guia de Estudo.

A Agenda do Estudante

Outro recurso utilizado na formação dos professores que atuam no ProJovem Urbano é a Agenda do Estudante. A agenda é um recurso didático utilizado pelos discentes para ajudá-los na organização das atividades diárias do Programa, mas o professor precisa conhecê-la porque é ela quem ajuda ao discente nas anotações da organização das atividades diárias.

Na Figura 02, visualizamos a Agenda que traz, em sua capa, representações de pessoas jovens interagindo com as tecnologias, como forma de representação de futuros profissionais na área de informática, presença de calendário, que contribui para que o discente perceba que é preciso organização do tempo e das tarefas do dia. O tempo pode ser distribuído entre o trabalho, o estudo, a família e o lazer.

Figura 02: Agenda do Estudante

Fonte: Agenda do Estudante do ProJovem Urbano (2012).

A Agenda é composta por 140 páginas divididas da seguinte forma: nas páginas de 1 a 23, o discente encontra informações sobre o ProJovem Urbano; Da página 20 a 24, o estudante anota os dados referentes ao seu núcleo como, por exemplo, endereço da escola, educadores e horários de aula e de atividades; Nas páginas 26 a 139, a agenda dispõe de um espaço para anotação dos planejamentos e tarefas semanais. Ao longo da agenda, são apresentadas dicas

de estudo e reflexões sobre estratégias para alcançar os objetivos do ProJovem Urbano. Ainda na página 140 da agenda, o discente encontra informações úteis e também o calendário do ano. A Agenda do Estudante representa a organização de atividades e o controle do tempo.

No que se trata da organização do tempo, leva em consideração o pouco tempo que o discente tem para realizar as atividades escolares diárias pelo fato de trabalharem durante o dia. O professor, na função de orientador, tem a papel de ajudar na utilização da agenda com o intuito de fazer com que o discente consiga utilizar o tempo necessário para a realização das atividades proporcionadas pelo ProJovem Urbano: as atividades do PLA, do POP, das demais aulas, da elaboração das Síntese Integradoras entre outras. Nesse contexto, por esses motivos, o professor precisa conhecer a agenda do estudante e discutir sobre essa temática também na formação docente do Programa.

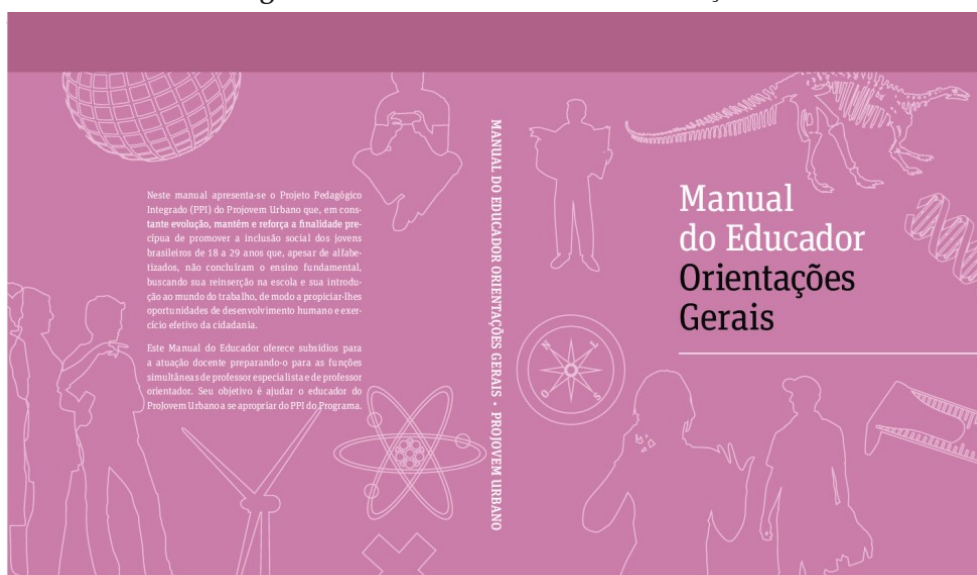
Manual do Educador: orientações gerais

O Manual do Educador (Figura 03) oferece subsídios para a atuação docente preparando-o para as funções simultâneas de professor especialista e de professor orientador. Seu objetivo é ajudar o educador do ProJovem Urbano a se apropriar de informações gerais do Programa. A apropriação do Manual do Educador é fundamental porque nele o professor aprende sobre as orientações necessárias para o desenvolvimento do curso. O propósito do Manual é oferecer os subsídios para a atuação dos docentes preparando-os para as funções de professor orientador e professor especialista.

É também com base no Manual do Educador que o docente tem mais acesso a informações sobre outros aspectos como, por exemplo, a

contextualização do Projovem Urbano, sobre o PPI, as finalidades do Programa, a seleção dos conteúdos curriculares, a proposta curricular, o detalhamento das Unidades Formativas, informações a respeito do acompanhamento do desempenho dos discentes, sobre o trabalho com textos específicos dos Guias de Estudo, bem como a respeito da formação continuada para os docentes do Programa. Em síntese, o Manual do Educador é um documento de fundamental importância para a atuação docente no Projovem Urbano.

Figura 03: Manual do Educador: orientações



Fonte: Manual do Educador Orientações Gerais Projovem Urbano

O Manual está dividido em cinco capítulos:

O primeiro traz informações sobre a gênese histórica do Projovem Urbano 2012/2013. Nesse capítulo, tem informações sobre o Projovem original, o contexto histórico do Projovem Urbano, o

público alvo do programa, assim como sobre o esquema de Qualificação Profissional.

A segunda seção traz informações sobre o PPI, o Currículo Integrado, o significado de inclusão social, a proposta curricular do ProJovem Urbano, as diretrizes curriculares, recurso de ensino e aprendizagem e avaliação.

Na terceira seção, são descritas orientações a respeito da formação básica dos docentes; descreve a função de professor especialista, a função de professor orientador da turma; orienta sobre as sínteses integradoras por meio da elaboração textual, o ensino de informática, o acompanhamento do desempenho dos orientandos; e define os Educadores de Qualificação Profissional e Educadores de Participação Cidadã.

Os educadores de Qualificação Profissional são os responsáveis pelos cursos de Qualificação Profissional dos discentes. No ProJovem de Natal, RN, edição 2015/2016, por exemplo, foi oferecido o Curso de Operador de Micro, *Telemarketing*, *Help Desk* e assistente de vendas. Por outro lado, os docentes de Participação Cidadã são os responsáveis por elaborar um Plano de Ação juntamente com os discentes, para atuação social deles, conforme a necessidade do bairro. Por exemplo, um plano de combate à violência no bairro, combate às drogas, orientação sobre gravidez na adolescência, ou seja, o projeto de elaboração do Plano de Ação vai depender da demanda de cada bairro.

A quarta seção, intitulada o ProJovem Urbano em Ação, apresenta esclarecimentos acerca de como exercer a profissão de professor especialista e de como realizar o trabalho com os textos específicos presentes no Guia de Estudos. Há também considerações sobre o processo de ensino e aprendizagem dos diversos

componentes curriculares: Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Ciências da Natureza, Qualificação Profissional e Participação Cidadã. Ainda, nesse capítulo, são feitas orientações sobre a organização pedagógica para o atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem. Para isso, são criadas estratégias de acompanhamento, por meio de grupos de estudo, formados segundo as necessidades evidenciadas pelos estudantes.

Outro ponto destacado no Manual do Educador são os Plantões Pedagógicos, que são momentos disponibilizados pelos Professores Orientadores (PO), para atender, mediante agendamento, a estudantes com diferentes tipos de dificuldades. Nesse sentido, nos Plantões Pedagógicos:

[...] o educador deve ter em mãos diferentes recursos oferecidos pelo curso ou previamente preparados junto com os colegas das diferentes disciplinas, com base nos resultados obtidos nas avaliações formativas. Os componentes curriculares nos quais os alunos apresentam maiores dificuldades, bem como os itens de prova mais errados pelos estudantes devem merecer maior atenção por parte dos professores e, para ele, devem ser preparados recursos e/ou leituras suplementares a serem utilizados durante as sessões. (SALGADO, 2012, p. 132).

Durante os Plantões Pedagógicos, os discentes tiram suas dúvidas referentes ao conteúdo que está estudando. Os plantões são tempos/espacos disponibilizados pelos educadores para atender conforme a necessidade específica de cada discente. Nos plantões, os PO tiram dúvidas quanto aos horários das aulas, orientam aos discentes sobre como são feitas as avaliações, a quantidade de falta que podem ter durante o curso, sobre os horários de funcionamento da Coordenação do ProJovem, dentre outros aspectos.

O material complementar (apostila) para os plantões pedagógicos, preparado por professores de diferentes disciplinas contribui para que o trabalho dos docentes no ProJovem seja realizado

de forma interdisciplinar, o que torna o Programa mais dinâmico. A esse respeito, Fazenda (2011, p. 34) destaca que

A interdisciplinaridade perpassa todos os elementos do conhecimento, pressupondo a integração entre eles. Porém, é errado concluir que ela é só isso. A interdisciplinaridade está marcada por movimento ininterrupto, criando ou recriando outros pontos para a discussão. Já na ideia de integração, apesar do seu valor, trabalha-se sempre com os mesmos pontos, sem a possibilidade de serem reinventados. Buscam-se novas combinações e aprofundamento sempre dentro de um mesmo grupo de informações.

Assim, com a interdisciplinaridade, os professores trocam experiências e buscam novas ideias que conduzem ao aprofundamento dos conteúdos integrando-os a um maior número de informações. Trabalhar de forma interdisciplinar consiste em trocar conhecimentos e contribuir para que o professor trabalhe de forma integrada.

Compreender a interdisciplinaridade no ProJovem Urbano demanda a apreensão do princípio fundamental do Programa que é a integração entre formação básica, a qualificação profissional e a participação cidadã, objetivando a promoção da igualdade diante de direitos sociais, tais como educação e trabalho. No ProJovem Urbano, a interdisciplinaridade é vista

[...] como uma construção do aluno, que se faz com base em conhecimentos multidisciplinares. Ou seja, os jovens têm aulas de diferentes conteúdos disciplinares, mas trabalham sobre eles para conectá-los entre si e com sua própria vida. (BRASIL, 2008, p. 64).

A interdisciplinaridade ocorre de forma mais visível durante as construções das Sínteses Integradoras realizadas a cada quinze dias em sala de aula, nas quais os professores das diferentes disciplinas discutem um mesmo tema para o embasamento dos textos a serem construídos pelos estudantes.

Os temas devem ser sempre relacionados à realidade dos alunos, o que facilita a compreensão e a construção das redações. Entre exemplos de propostas de temas integradores, pode-se trabalhar com: meu bairro, meu território; a violência urbana invade o dia a dia dos jovens?; educação, trabalho e lazer ao alcance de todos?

Os temas são, no momento inicial, discutidos e planejados durante a formação continuada no grande grupo, ou seja, com todos os professores de todas as escolas juntamente com as professoras formadoras. Em seguida, os professores se reúnem por escolas e fazem um novo planejamento, com base no que foi realizado no grande grupo. Os temas integradores são desenvolvidos nas disciplinas dentro do conteúdo programático para cada disciplina. O momento final, é realizada a Síntese Integradora pelos discentes baseada nos temas estudados. Para trabalhar com esses temas, os professores planejam durante a formação continuada a metodologia que irão utilizar e escolhem os recursos didáticos que irão contribuir com a explanação de cada uma das temáticas. Algumas das vezes, foram convidados palestrantes para falar sobre determinados temas, como por exemplo, enfermeiros foram convidados para tratarem sobre doenças sexualmente transmissíveis; polícias, para discorrerem sobre a violência e a questão das drogas nos bairros, dentre outros.

As trocas de experiências são fundamentais para um melhor rendimento dos alunos durante as aulas. Ao planejar suas aulas, o professor deve procurar motivar e oportunizar a incorporação das experiências, da história de vida dos alunos nos processos de ensino e aprendizagem. Além disso, o professor pode refletir e planejar o futuro, se posicionar perante as desigualdades e exclusões produzidas na dinâmica da sociedade atual.

Além dos Plantões Pedagógicos, devemos fazer referência às oficinas de estudos complementares de Língua Portuguesa e de

Matemática. Estas se destinam à superação de dificuldades de aprendizagem evidenciadas pelos jovens nas avaliações formativas, ao longo do ciclo de cada Guia de Estudo. Os jovens que devem ser encaminhados aos estudos complementares são os que obtiveram pontuação inferior a 50% do total distribuído no primeiro e no segundo ciclos (períodos).

O tema sobre a formação dos educadores é abordado no quinto capítulo do Manual do Educador. O referido capítulo está estruturado da seguinte forma: primeiro, é feita uma discussão sobre a “Formação continuada e processo identitário do professor”; em seguida, o autor trata a respeito dos “Saberes necessários para atuar no ProJovem Urbano”.

Sobre formação continuada, o referido material didático traz a seguinte concepção:

A formação continuada é aquela que nasce da prática e a ela retorna. É o saber criado pelo/no desempenho cotidiano de sua profissão. Não se confunde com reciclagem ou aperfeiçoamento, embora possa, complementarmente, lançar mão desses recursos. Sua característica distintiva consiste no afastamento crítico da prática para analisá-la à luz do projeto de ação profissional e ampliá-la ou aperfeiçoá-la por meio de leituras e debates.

(BRASIL, 2012, p.144).

Com base na concepção do Manual do Educador, a formação continuada é um momento de troca de experiências sobre a prática pedagógica e de aperfeiçoamento de saberes que ocorrem por meio de leituras, debates sobre as temáticas propostas nos materiais didáticos além de discussão sobre a avaliação.

Segundo Freire (1996, p. 43), “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente na prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” Nesse contexto, a formação

continuada possibilita ao docente refletir sobre como deve fazer para melhorar a prática em sala de aula.

Também sobre a prática discutida pelos docentes na formação continuada, de acordo com Rodrigues, Lima e Viana (2017, p. 31),

O professor necessita ter ciência de que o seu saber não é totalizado e que os alunos trazem para a sala de aula saberes prévios. O que o professor precisa é saber que em sua prática é necessário explorar a bagagem do seu alunado, pois eles têm conhecimentos que precisam apenas ser aperfeiçoados, se propondo e se flexibilizando para modificar suas práticas metodológicas.

O conhecimento prévio em sala de aula é fundamental para o docente entender a realidade do discente e desenvolver sua aula com base nas experiências e nos conhecimentos prévios dos discentes.

Ao iniciar o capítulo, o autor faz uma reflexão acerca das possíveis dificuldades que os educadores podem apresentar, quando começarem a ministrar aulas no ProJovem, com relação às estratégias de ensino que são sugeridas pelo Programa. Esses docentes necessitam de preparação para enfrentar as diversas mudanças no campo do ensino e da didática para jovens e adultos trabalhadores. Para Freire (1996, p. 39), “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. Desse modo, o ProJovem dispõe de um modelo em que

[...] o ensino não é entendido como transmissão e acúmulo de informações – nem só o professor ensina e o estudante aprende, nem há ensino sem aprendizagem. Por sua vez, a aprendizagem é vista como construção ativa do estudante, na interação com seus professores e colegas. (SALGADO, 2012, p.135).

Assim, auxiliar aos alunos a definir metas, orientá-los a trabalharem em grupo e valorizar o aprendizado são pontos importantes na formação dos educadores do ProJovem Urbano. Durante o processo de formação, seja inicial ou continuado, o docente deve aprender a ser um pesquisador, buscar estratégias que valorizem

o aprendizado dos discentes e possa viabilizar a troca de conhecimentos. Nessa perspectiva, Freire, (1996, p. 32), afirma que ensinar exige pesquisa e que não existe pesquisa sem ensino, como podemos ver:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que – fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou enunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p. 32).

A pesquisa e o ensino estão juntos, uma complementa o outro. O professor pesquisa para descobrir o que para ele é novo. Com a pesquisa, com as novas descobertas vai ajustando sua didática às novas exigências educacionais. O autor também destaca que “faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa” (FREIRE, 1996, p. 39). A busca pelo novo é uma forma de deixar o professor ainda mais atualizado e, para isso, precisa instituir a cultura de mais pesquisa.

Caderno de Registro de Avaliação

O Caderno de Registro de avaliação é destinado ao professor para fazer as anotações das atividades e das avaliações realizadas pelos discentes. O referido caderno (Figura 04) dispõe de fichas de acompanhamento de desempenho e de avaliação de aprendizagens dos alunos em cada ciclo.

Figura 04: Caderno de Registro de Avaliação

Fonte: Caderno de Avaliação do ProJovem Urbano (2012)

O objetivo das fichas de avaliação é fazer uma avaliação contínua da prática pedagógica. As fichas são:

[...] o ponto de partida para a reflexão sobre os resultados obtidos e indicam pontos positivos ou negativos relacionados à aprendizagem dos alunos, ao recurso pedagógico, às atividades desenvolvidas pelos cursistas e pelos professores e ao desenvolvimento do planejamento feito pela equipe do núcleo. Essas informações direcionam as intervenções que se fazem necessárias durante o processo, de modo a orientar os alunos em suas dificuldades específicas. (BRASIL, 2012, p. 03)

Desse modo, as fichas são utilizadas para fazer a sistematização dos registros das avaliações dos discentes. Com base nos registros feitos com o preenchimento dessas fichas, o docente percebe as dificuldades, problemas ou deficiências no processo de aprendizagem dos alunos. Vale destacar que o preenchimento das fichas é compartilhado por todos os educadores de cada núcleo.

É importante compreender que a avaliação no processo de ensino não deve levar o discente ao medo de ser avaliado e à evasão escolar. O processo avaliativo deve ser conduzido de maneira adequada, como algo positivo na aprendizagem do discente. Nesse contexto, o autor a seguir discorre sobre avaliação destacando que:

Uma avaliação escolar conduzida de forma inadequada pode possibilitar a repetência e esta tem consequências na evasão. Por isso, uma avaliação escolar realizada com desvios pode estar contribuindo significativamente para um processo que inviabiliza a democratização do ensino. (LUCKESI, 2011, p. 101).

A avaliação deve ser compreendida como um processo utilizado para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno, de possibilitar uma melhor qualificação da aprendizagem do educando. Neste sentido, Hoffmann (2014, p. 22) diz que “a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre ação”. A avaliação não consiste somente em aplicar provas e dar notas, avaliar vai muito mais além, busca compreender as facilidades e dificuldades de assimilação dos conteúdos pelos alunos.

Nesse contexto, de acordo com Severino (2013, p. 271) a avaliação

[...] deve ser vista e vivenciada como momento de análise e reflexão para identificar dificuldades e obstáculos, para contextualizar sucessos e insucessos na aprendizagem e para que sejam lançados novos pontos de partida para a reorientação de ações futuras na interação com os processos de estudo e aprendizagem.

O processo avaliativo, mesmo sendo considerado um momento de análise e reflexão, é, na maioria das vezes, pouco compreendido pelos discentes como tal. Em consequência, é difícil para o docente convencer os discentes de que esses momentos são fundamentais para a sua formação. Além disso, é essencial que o professor articule essa fase do processo de ensino e de aprendizagem com bastante coerência.

O referido autor destaca ainda, em sua discussão sobre o que se espera da prática avaliativa, algo que o docente e discente precisam compreender e vivenciar juntos. Nessa perspectiva,

Espera-se, pois, da prática avaliativa que o professor informe o aluno, o esclareça, o encoraje, orientando-o no prosseguimento de sua caminhada de aprendiz. Quaisquer que sejam as modalidades de tarefas passadas aos alunos, é preciso que haja orientação clara a respeito do que se está sendo esperado e avaliado, fornecendo-lhes diretrizes técnicas para a realização dessas tarefas. Mas na realização dessas tarefas, o que deve ser privilegiado e considerado na avaliação é a efetiva demonstração de habilidades de compreensão, de criação, de invenção. Nunca demandar apenas a capacidade de memorização e de reprodução mecânica. Trata-se de pôr em ação a inteligência do aprendiz mais que sua memória. (SEVERINO, 2013, p. 272).

Com base nessas experiências, é importante entender como deve ocorrer a avaliação do processo ensino-aprendizagem e, principalmente, compreender que a avaliação não deve ser direcionada apenas para a capacidade de memorização, é preciso haver uma reflexão crítica e coerente, que privilegie o exercício da inteligência.

Caderno do Plano de Ação Comunitária

Com o Caderno do Plano de Ação Comunitária os discentes são orientados, por exemplo, a refletir sobre o sentido da participação cidadã, a contribuir para o reconhecimento de seus direitos e deveres de cidadania e promover a participação na vida pública. Na Figura 05, podemos observar a capa do Caderno do Plano de Ação Comunitária (PLA).

Figura 05: Caderno do Plano de Ação Comunitária



Fonte: Caderno de Plano de Ação Comunitário Projovem Urbano (2012).

A capa do Caderno de Plano de Ação Comunitária explicita representações sobre a prática de ações desenvolvidas fora da escola. A representação gráfica tenta mostrar situações em que um grupo de discentes canta, planta árvores e separa o lixo na comunidade em que vivem. São ações comunitárias socioeducativas propostas para serem realizadas durante as aulas, com o objetivo de sensibilizar os jovens para os problemas sociais de sua comunidade levando-os a refletir sobre suas ações.

Essas representações na capa do livro significam que o PLA é o espaço de se trabalhar com a interdisciplinaridade. As ações do PLA promovem uma integração de conteúdos da Educação Básica na ação, agregada à realidade do jovem, e ao mesmo tempo, apresentam-se como espaço em que o Programa interage com a comunidade por meio das experiências práticas de atuação social dos jovens na realidade local.

Portanto, o Plano de Ação Comunitária (PLA) é outro importante instrumento de integração do currículo do ProJovem Urbano, elaborado, desenvolvido, avaliado e sistematizado ao longo do curso, no componente curricular Participação Cidadã. Para a realização do Plano de Ação Comunitária, o docente da disciplina precisa elaborar um plano que integre os objetivos, os conteúdos e as metas que pretende atingir com os discentes, a comunidade escolar e o Programa. Sobre essa coerência do plano de ensino, Severino (2013, p. 262) afirma que ele

Deve ser a expressão de uma proposta pedagógica que dê uma visão integral do curso pensado com vistas ao desenvolvimento do aluno mediado pelos processos de aprendizagem. Além de constituir o roteiro do trabalho docente e da caminhada do aluno, ele deve mediar a proposta educativa visada pelo curso em geral e pela disciplina em particular. Daí a importância que tem a justificativa para alicerçar as programações.

Nesse sentido, o planejamento consiste na tomada de decisões sobre as ações que deverão ser desenvolvidas durante o curso. O planejamento de conteúdos em uma escola é uma tarefa que envolve tanto docentes quanto diretores e coordenadores pedagógicos, uma ação que congrega os profissionais pertencentes à escola.

É no planejamento escolar que colocamos tudo que achamos necessário para ter uma boa aula, desde atividades a materiais que norteiam e ajudam o professor com as aulas, plano de escolas e planos de ensino nos quais são fundamentais a objetividade, a coerência e

a flexibilidade. O planejamento escolar tem grande importância no andamento das práticas pedagógicas, visando melhorias na educação. Para isso, é necessário que o docente esteja aberto a novos conhecimentos que possibilitem inovar suas práticas pedagógicas.

Segundo Libâneo (2017, p. 245) o planejamento escolar é

Uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação. (LIBÂNEO, 2017, p. 245).

Nesse contexto, as ações planejadas pelo docente do PLA são iniciadas pela construção de um mapa de desafios da comunidade, realizado com os discentes do ProJovem, no bairro em que estudam, justamente pelo fato de que se exige o conhecimento da cidade, especialmente da realidade social (ou local) em que os jovens estão inseridos, buscando contextualizar e atribuir sentido aos conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes do currículo, quer os de Formação Básica, quer os de Qualificação Profissional e de Participação Cidadã.

Para Zabala (1998), o planejamento escolar apresenta-se como essencial para a materialização da prática educativa, principalmente, a prática docente que se estabelece em contexto pedagógico, porque intencional e que busca alcançar objetivos específicos com relação à formação humana de sujeitos. Em acordo com a perspectiva de Zabala (1998), o PLA articula a sequência de conteúdo com a realidade de cada comunidade que recebe o ProJovem Urbano.

Outro aspecto tratado no PLA, conforme o PPI (2008) implica na experiência de trabalho cooperativo e de responsabilidade solidária

com o grupo, elementos essenciais para a formação de um jovem que se importa em participar de alguma mudança na sociedade em que vive.

É no ato de planejar que colocamos tudo que achamos necessário para ter uma aula exitosa, ou seja, contribuir na promoção de aprendizagens. A prática do planejamento de ensino envolve desde a seleção de atividades a materiais acertados, capazes de nortear o professor para efetivação das aulas. Como resultado do planejamento, temos a sistematização de diversos níveis de plano, tais como, planos escolares, planos de ensino de uma disciplina, planos de aula, nos quais são fundamentais a objetividade, a coerência e a flexibilização.

Guia de Estudo da Formação Técnica Geral

O Guia de Estudo da Formação Técnica Geral é um dos materiais do ProJovem Urbano utilizado, especificamente pelo docente da disciplina de Qualificação Profissional e os discentes. O referido Guia contribui nas orientações sobre a Qualificação Profissional do Programa. Tem a intenção de preparar os jovens para atuar no mundo do trabalho com base na Formação Técnica Geral e dos Arcos Ocupacionais (cursos).

Ainda que esteja proposto no referido material que a Qualificação do Programa tem a intenção de preparar o jovem para o mundo do trabalho, compreende-se que essa formação deveria ser um pouco mais aprofundada, no sentido, de que uma formação para o mundo do trabalho deve abranger um universo de saberes científicos e tecnológicos de formação para vida.

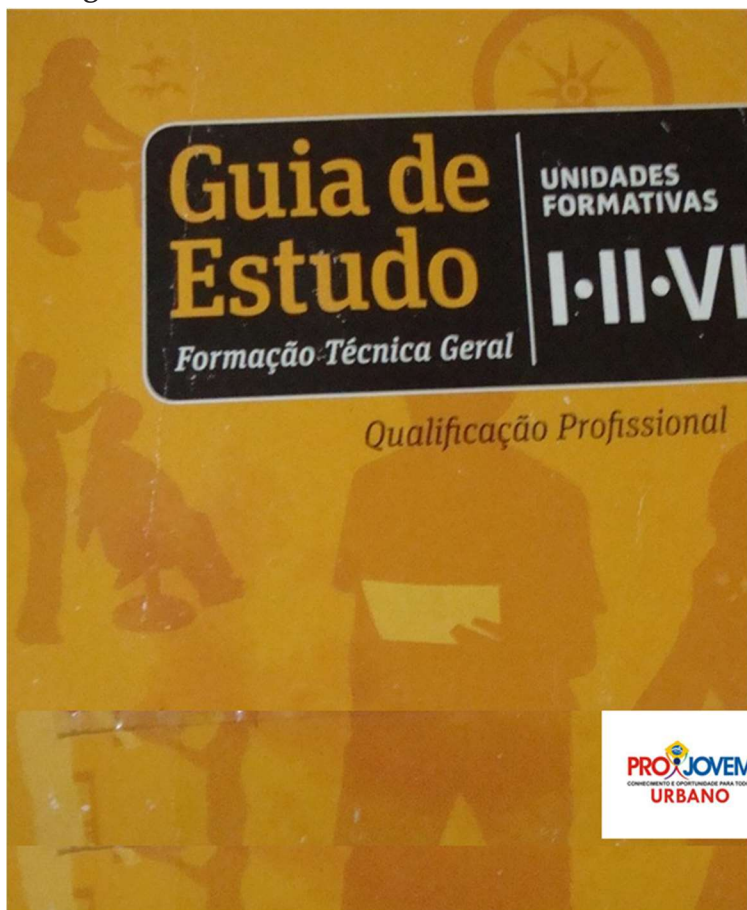
Nesse contexto, o Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2007, p. 14) afirma que

A formação humana, que entre outros aspectos considera o mundo do trabalho, implica também a compreensão de elementos da macroeconomia — como a estabilização e a retomada do crescimento em curso — mediatizados pelos índices de desenvolvimento humano alcançados e a alcançar. A formação humana aqui tratada impõe produzir um arcabouço reflexivo que não atrele mecanicamente educação-economia, mas que expresse uma política pública de educação profissional integrada com a educação básica para jovens e adultos como direito, em um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica.

Com base no referido documento, a formação humana contribui para a compreensão de alguns elementos necessários para uma formação não mecânica, que abranja a questão da macroeconomia, a inclusão social e aspectos intelectuais reflexivos dos discentes.

Em se tratando da classe operária, a escola pública, na maioria das vezes, apresenta dificuldades em assegurar uma formação humana e integral ou que permita a continuidade dos os estudos na Educação Superior. Segundo o mesmo documento, muitas vezes, essas impossibilidades não são inerentes ao sistema de ensino, mas a uma série de determinantes sociais e econômicos que reforçam as condições de desfavorecidos com que os jovens se defrontam cotidianamente.

Em continuação à análise do referido Guia, percebe-se também que na capa, existe a presença de imagens que representam algumas profissões, como por exemplo, a figura de um cabeleireiro, de um jardineiro, dentre outras profissões. Essas figuras representam profissões que geralmente regem a lógica do mercado de trabalho, de que o discente necessita de uma capacitação para atender às necessidades das empresas e não uma realização pessoal e profissional, indo de encontro à lógica do que propõe a formação humana e integral.

Figura 06: Guia de Estudo da Formação Técnica Geral

Fonte: Guia de Estudo (2012).

O livro traz discussões sobre o trabalho na sociedade contemporânea, abordando questões como, os significados do trabalho para a juventude; as mudanças nas relações de trabalho; educação e trabalho; dentre outros temas. São discussões que poderiam ser tratadas de maneira mais detalhada, para que os discentes ampliassem um pouco mais a visão sobre o conceito de trabalho.

Saviani (2003, p. 132), ao discutir sobre “o choque teórico da politécnica”, diz o que define o trabalho. Para esse autor, o que caracteriza a realidade humana é exatamente o trabalho, de forma que

O homem se constitui como tal à medida que necessita produzir continuamente sua própria existência. É o que diferencia o homem dos animais: os animais têm sua existência garantida pela natureza e, por consequência, eles se adaptam à natureza. O homem tem de fazer o contrário: ele se constitui no momento em que necessita adaptar a natureza a si, não sendo mais suficiente adaptar-se à natureza. Ajustar a natureza às necessidades, às finalidades humanas, é o que se faz pelo trabalho. Trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transformá-la.

Compreende-se, com base nessas ideias, que o trabalho é uma ação transformadora. O homem tem a necessidade dessa transformação para alcançar um objetivo que é a sobrevivência. Ainda com base nesse entendimento, o autor acrescenta que

Se é o trabalho que constitui a realidade humana, e se a formação do homem está centrada no trabalho – isto é, no processo pelo qual o homem produz a sua existência –, é também o trabalho que define a existência histórica dos homens. Através desta atividade, o homem vai produzindo as condições de sua existência, transformando a natureza e criando, portanto, a cultura e um mundo humano. Esse mundo humano vai se ampliando progressivamente com o passar do tempo. (SAVIANI, 2003, p. 133)

Nesse contexto, considerando que é com base na atividade do trabalho que o homem constrói as condições de sua existência, esse deverá ser realizado de forma humana, proporcionando ao trabalhador uma sociedade justa e igualitária.

Além disso, no Guia de Estudos do Aluno (FTG e Arcos), o discente estuda sobre questões de produção textual com linguagem adequada e cuidadosa, apresentação estética, textos curtos, diretos e de fácil compreensão; fazem atividades que incorporam suas experiências e o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas. Além disso, existem propostas de atividades em sala de aula, em laboratórios e extraclasse.

Na formação continuada para docente, o Guia de Estudo é importante para a realização do planejamento das aulas no Projovem

Urbano. Os docentes reúnem-se com regularidade para estudar teorias, procedimentos didático-metodológicos, socializar experiências e conhecimentos construídos e discutir problemas pedagógicos, tudo isso, com base do Guia de Estudo.

Guia de Estudo Arco Ocupacional

Em um dos Arcos Ocupacionais, o jovem estudará sobre Telemática, evidenciando as ocupações de Operador de Microcomputador, *Helpdesk*, *Telemarketing* (vendas) e Assistente de Vendas (informática e celulares). Essa variedade de ocupações certamente aponta para um leque de alternativas de continuidade da sua formação profissional e que aumenta as possibilidades de sua inserção no mundo do trabalho.

A capa do Guia de Estudo Arco Ocupacional Telemática mostra as figuras de algumas ferramentas de trabalho relacionadas ao referido curso. Ocorre a representação de pessoas em locais de trabalho utilizando materiais como fones de ouvido, computador, telefone, cadeira e chaves de fenda.

O primeiro, discorre sobre “Operador de Microcomputador”. No capítulo, os discentes estudam sobre o uso do microcomputador, editores de textos, navegadores de Internet, correio eletrônico, programas gerenciadores de e-mail, apresentações eletrônicas e sistemas operacionais.

No segundo capítulo, o Guia aborda “Helpdesk”. O capítulo discorre sobre os temas do profissional de helpdesk, tratando sobre o microcomputador, armazenamento de dados, fonte de alimentação, placas de expansão, periféricos, interfaces ou portas, tarefas de um profissional de helpdesk e uso do software na manutenção.

No terceiro capítulo, intitulado “Telemarketing (vendas)”. Os discentes terão conhecimento sobre telemarketing, equipamentos usados em telemarketing, a ocupação e tipos de atendimento e os cuidados necessários. No quarto e último capítulo, intitulado “Assistente de Vendas (informática e celulares)”, os estudantes terão conhecimentos sobre motivação, como realizar uma venda e orientações sobre os produtos.

Ao analisar os materiais didáticos específicos do Programa, identificou-se que todos são importantes para a formação dos discentes e para os docentes, são considerados pelos professores como materiais didáticos pedagógicos fundamentais para o desenvolvimento das aulas.

Esses recursos didáticos são utilizados nos procedimentos de ensino, visando a motivação dos discentes e a aproximação com os conteúdos estudados. Os materiais didáticos do ProJovem foram elaborados especificamente para atender às necessidades do Programa.

Vale salientar que os materiais, por mais bem produzidos que sejam, não garantem a qualidade do ensino e a aprendizagem do discente, eles agem como mediadores de um processo didático em que

o tipo de procedimento metodológico utilizado pelo(a) professor(a) apresenta-se como determinante.

Mesmo que os materiais didáticos sejam bem elaborados, agem apenas na mediação no processo didático, não podem ser utilizados como a única forma de ensino e aprendizagem. O uso adequado de materiais didáticos oportuniza uma participação mais ativa dos alunos durante as aulas.

CAPÍTULO 4

FORMAÇÃO DOCENTE NO PROJÓVEM URBANO NATAL/RN: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA

A temática formação docente apresenta-se como discussão pertinente na agenda das instituições de ensino. É importante compreender que ninguém se torna professor no momento em que entra pela primeira vez numa sala de aula, sabemos que tem como ponto de partida a formação inicial e seu constante complemento por meio da formação continuada. Dentro dessa perspectiva, o objetivo deste capítulo é discorrer sobre a formação docente no ProJovem Urbano: reflexões sobre a prática. É uma seção dedicada a tratar sobre as concepções de formação docente na perspectiva inicial e continuada no contexto do referido Programa, com base na análise das informações fornecidas pelos participantes da pesquisa.

A formação inicial do ProJovem Urbano ocorreu no CEMURE em Natal/RN, com duração de uma semana nos turnos manhã e tarde. A referida formação teve por objetivo apresentar ao docente que, ao ser inserido no Programa, precisou conhecer o funcionamento, a metodologia, a gênese histórica do ProJovem Urbano por meio da apropriação de seus recursos didáticos.

Além disso, com base na formação inicial, ocorre a iniciação do docente no Programa, uma dinâmica diferente da existente para os docentes que trabalham no Ensino Fundamental “regular” com discentes de 11 a 15 anos. No ProJovem Urbano, o docente interage com jovens e adultos de 18 a 29 anos e, portanto, deve compreender, no início das suas atividades no Programa, dentre outros aspectos, qual é a carga horária das aulas, como funcionam as formações continuadas, que materiais didáticos serão utilizados nas aulas, a metodologia aplicada, de que maneira acontecem as avaliações e planejamentos das aulas, e, ao mesmo tempo, conhecer o perfil do jovem atendido pelo Programa.

Também é objetivo da formação inicial discutir a proposta curricular, os objetivos gerais, a gestão do Programa a nível nacional e

local; entender como funciona o sistema de pontos para as avaliações, quais são as estratégias dinamizadoras comuns às funções destinadas aos professores especialistas e professores orientadores. Todos esses pontos apresentados na formação inicial, são discutidos detalhadamente no decorrer dos encontros das formações continuadas. Assim, percebe-se que o intuito da formação inicial é mostrar como funciona o ProJovem Urbano, enquanto a formação continuada permite uma formação mais específica em relação à atuação dos professores no Programa.

A formação inicial no ProJovem Urbano Natal/RN realizada durante o período de 2015/2016, nesse sentido, foi bastante pertinente, uma vez que contribuiu com momentos em que ocorreram a apresentação do Programa ao docente e sua dinâmica de funcionamento.

4.1 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO DOCENTE E CURRÍCULO NO PROJÓVEM URBANO NATAL/RN

Com base nas informações presentes nos questionários utilizados na pesquisa, observamos que, no que se trata da categoria formação docente e currículo, as 7 (sete) professoras participantes definiram a formação docente como algo que contribuiu de maneira positiva para sua formação acadêmica e que as discussões realizadas durante essa formação no Programa foram importantes para elas.

Nessa perspectiva, as Professoras denominadas de P1 (Professora 1); P3 (Professora 3); P4 (Professora 4) e P5 (Professora 5) compreende a formação docente como:

Processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente, com o objetivo de assegurar uma ação docente efetiva que promova aprendizagens significativas. (P1)

Busca de formação continuada. (P3)

Aprimoramento das práticas de ensino e de aprendizagem. (P4)

Apropriação de novas metodologias que possa contribuir no processo de ensino e aprendizagem do discente. (P5)

Ainda, a participante P2 escreveu que a formação docente funciona como aporte que proporciona aos participantes vivenciarem situações de corresponsabilidade, troca de conhecimentos e de experiências profissionais da docência. Segundo essa professora, ela visa promover a integração entre os participantes, objetivando o trabalho coletivo como forma ideal de desenvolver o Projeto Político Pedagógico do Programa.

A P6 relacionou a formação ao exercício pedagógico entre professores e gestores, cujo fazer pedagógico esteja relacionado à formação continuada dos profissionais alicerçando-os em fundamentação teórica consistente, associadas entre a teoria e prática. Essa formação é importante porque os professores examinam aspectos comuns em cada disciplina, partilham também experiências, além de propor estratégias com finalidade de sanar dificuldades do ensino e da aprendizagem.

A formação docente contribuiu, nesse sentido, conforme as respostas das docentes, para o aprimoramento de saberes e para a ampliação de conhecimentos entre os docentes inseridos no Programa. Esses conhecimentos foram compartilhados em vários momentos da formação docente, a partir da reflexão sobre as experiências da prática pedagógica, levando-os, dessa forma, a um aprender interativo.

A formação docente na concepção dos professores do ProJovem Urbano proporciona uma dinâmica que envolve o trabalho coletivo, situações pedagógicas que propiciam aprendizagem que contribuem na construção da participação cidadã dos jovens e que fomentam o exercício da democracia. Na formação continuada, predominam momentos de discussão e de encaminhamento em

relação aos problemas e às questões do cotidiano e da sala de aula do Programa.

Nas escritas das professoras, ainda percebemos, na concepção delas, que a formação docente consiste num momento em que as experiências são compartilhadas. Na formação do ProJovem Urbano, o docente compreende que é preciso considerar as diferentes dimensões propostas pelo Programa. O momento da formação docente evidencia a necessidade da mediação que deve ocorrer entre os estudantes e os conhecimentos teóricos, práticos, sociais e emocionais, mediado pela interdisciplinaridade.

Com base nas respostas presentes nos questionários, também percebemos que a formação docente se apresenta como oportunidade para ampliação de conhecimentos entre os docentes do ProJovem Urbano, ou mesmo, ao aprimoramento dos saberes docentes sobre o Programa.

Essa discussão sobre os saberes docentes está presente em autores que já solidificaram uma posição por demais significativa no campo educacional brasileiro, pela sua vasta produção na temática em questão, dentre eles, citamos Maurice Tardif (2014, p. 36) para quem

[...] a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações. Pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais.

Diante disso, entendemos que os saberes docentes vão além da partilha de conhecimentos construídos. São saberes oriundos de diversos saberes, um saber não somente científico, mas prático que está ligado à ação do professor.

Os saberes docentes, para Pimenta (2000, p. 29), são necessários ao ensino, devem ser reelaborados e construídos pelos professores “em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas nos contextos escolares”. O confronto citado pela autora significa que deve haver entre os docentes um processo coletivo de troca de experiências. Esse fato pode levar os docentes a construírem seus saberes necessários com base numa reflexão na prática e sobre a prática.

A esse respeito, identificamos nas respostas dos professores que a formação docente funciona com um aporte, ou seja, um subsídio, uma contribuição para a formação profissional, um espaço em que se estudam métodos de ensino e aprendizagem a serem trabalhados em sala de aula.

A esse respeito, Tardif (2014, p. 43) ainda afirma que “só saber alguma coisa não é o suficiente, é preciso saber ensinar”. Com base nessas ideias, entendemos que a formação docente será sempre uma temática atual nas instituições escolares por ser algo que envolve diversas questões relacionadas ao processo de ensino e de aprendizagem.

Nesse sentido, a formação docente deve ser vista como uma forma de melhorar a prática docente, pois é um momento em que o profissional discute sua prática pedagógica, incluindo questões metodológicas, o ato do planejamento, como tratar os conteúdos programados de acordo com a realidade dos discentes, dentre outras questões. A troca de experiências entre os docentes nos mostram que o professor não atua sozinho, a troca de experiências entre os docentes constitui um momento rico e que deve ser vivenciado com frequência.

Contudo, apresenta-se como importante também fazer uma reflexão no intuito de avaliar até que ponto ocorre o domínio de saberes considerados necessários à formação docente, a saber como

o currículo do curso contribui para a integração dos conhecimentos e para a aprendizagem de forma articulada aos demais componentes curriculares.

Nessa perspectiva, no que diz respeito à atividade docente, Tardif (2014, p. 49) destaca a importância do trabalho em conjunto. O professor deve atuar em interação com outros docentes:

O docente raramente atua sozinho. Ele se encontra em interação com outras pessoas, a começar pelos alunos. A atividade docente não é exercida sobre um objeto, sobre um fenômeno a ser conhecido ou uma obra a ser produzida. Ela é realizada concretamente numa rede de interações com outras pessoas, num contexto onde o elemento humano é determinante e dominante e onde estão presentes símbolos, valores, sentimentos, atitudes, que são passíveis de interpretação e decisão que possuem geralmente, um caráter de urgência.

Concordamos que a atividade docente é realizada de forma interativa, de forma que exige a participação de todos os envolvidos na ação pedagógica: docentes, coordenadores, direção e discentes. Além disso, o trabalho do professor exige que ele também tenha uma formação crítica e que compreenda o significado da união entre teoria e prática.

No exercício da docência, o professor precisa ser crítico. Ser crítico implica em refletir sobre questões relacionadas ao saber fazer, saber explicar o que faz, pensar e avaliar o que vem fazendo em sala de aula. Isso permite ao docente ter um olhar mais atencioso e comprometido com sua prática pedagógica. O professor, com tempo, cria autonomia sobre sua prática.

Esse tipo de reflexão possibilita ao docente identificar as possíveis falhas, visando uma melhor compreensão de sua atuação docente de forma crítica. Nessa direção, Veiga (2002, p. 83) apresenta a seguinte concepção:

A formação do professor desenvolve-se na perspectiva de uma educação crítica e emancipadora, o que requer: [...] unidade entre teoria e prática. Isso significa que a relação teoria/prática perpassa todo o processo de formação e não apenas a prática de ensino em uma visão finalista. A formação tem como fundamento básico o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como meio de produção de conhecimentos e intervenção na prática social e especificamente na prática pedagógica [...]. Buscar a unidade da teoria e da prática torna a instituição educativa um foco do processo de ação-reflexão-ação, convertendo a formação em um processo de diálogo que procura reconfigurar saberes.

Durante o processo de formação docente, é importante que se discutam conceitos que tenham relação com a integração que deve ocorrer entre a teoria e a prática no ato educativo. Por exemplo, tratar conceitos relacionados ao cotidiano dos discentes, para que eles atribuam maior sentido aos temas estudados e vivenciados no Programa. Questões sobre o lugar onde vivem os estudantes, de que forma chegam até a escola e se trabalham, precisam ser analisadas pelos docentes que trabalham no Projovem Urbano. Visto que esses discentes exigem mais de atenção por serem jovens e adultos trabalhadores, na faixa etária entre 18 e 29 anos, a maioria chefes de família, com filhos desde a adolescência.

Assim, no momento da atuação em sala de aula, o professor vai entender um pouco da vida dos discentes e, conseqüentemente, adequar o conteúdo a essa realidade. Nesse sentido, o momento da formação inicial e continuada no Programa contribui para a troca de experiências sobre esse público alvo e, conseqüentemente, realizar um planejamento adequado das práticas de ensino e de aprendizagem.

A seguir, sintetizamos por meio de um esquema as concepções apresentadas pelos professores do Projovem Urbano sobre Formação Docente:

Figura 08: Esquema Concepções sobre Formação Docente

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da pesquisadora. (2019)

Sobre a discussão da organização curricular no contexto da formação docente no ProJovem Urbano, apenas uma das sete docentes respondeu que não ocorreu. Essa opinião, diversa das demais, foi a da P2, que afirmou:

As discussões da organização curricular do ProJovem Urbano ocorreram a nível nacional quando o programa foi criado em 2005, no âmbito da Secretaria da Juventude na Presidência da República. Na formação de professores do Programa, a organização curricular é socializada com os professores na primeira etapa da formação proposta pelo Programa, que é a formação inicial, nela os professores se apropriam do Projeto político Integrado – PPI que contempla a organização Currículo Integrado, uma vez que o mesmo é de fundamental importância para o desenvolvimento do Programa. (P2, Questionário, 2016).

É perceptível, na resposta de P2, a citação do termo Currículo Integrado como sendo fundamental para o desenvolvimento do Programa. As demais participantes P1, P3, P4, P5 e P6 também compreendem a discussão do currículo como sendo necessária à formação docente, sem apresentar uma conceituação. O P7 trouxe uma concepção aproximada da integração discutida no campo da Educação Profissional quando apresenta o currículo do ProJovem como possibilidade para integrar Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

Quanto ao Currículo Integrado, Tavares, Azevedo, Silva e Medeiros (2016, p. 173) afirmam que

O Currículo Integrado é uma tentativa de possibilitar aos estudantes o acesso aos conhecimentos científicos e culturais da humanidade, para que possam ter acesso a espaços para o desenvolvimento da experimentação e das práticas de estudo e investigação. [...]. Daí se afirmar que um ensino que pretende formar um profissional crítico, que seja capaz de refletir sobre sua condição social e particular das lutas em favor dos interesses da coletividade, característica plena do que resulta um Currículo Integrado, seja o seu diferencial em relação aos projetos vinculados aos interesses de mercado.

Diante desses apontamentos, compreendemos que a proposta do Currículo Integrado fortalece a defesa de que os estudantes tenham uma visão mais ampla a respeito dos conhecimentos científicos e culturais da humanidade. O Currículo Integrado mostra-se como uma opção educativa que permite uma efetiva integração entre ensino e prática profissional.

De acordo com o Manual do Educador (BRASIL, 2014, p. 27), a Formação Básica responde pelo direito subjetivo de todos os cidadãos à Educação pelo dever do Estado de oferecê-la com qualidade. Quanto à Qualificação Profissional, a proposta do Programa é oferecer ao jovem uma qualificação inicial, sem chegar à profissionalização plena.

Nessa formação inicial, o jovem tem a oportunidade de desenvolver suas aptidões profissionais proporcionando-lhe novas oportunidades e escolhas no mundo do trabalho. Por fim, a Participação Cidadã é uma dimensão essencial do Currículo Integrado permitindo a realização de trabalhos coletivos e associados a outros componentes curriculares, conforme explicitamos na Figura 9.-

Figura 09: Dimensões do Currículo Integrado do ProJovem Urbano

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da pesquisadora (2019).

No esquema anterior, podemos compreender como ocorre a formação do Currículo Integrado do ProJovem Urbano. O referido currículo é composto pelas dimensões, Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

A esse respeito, Machado (2010, p. 94) concebe que

Currículos Integrados são oportunidades riquíssimas para explorar as potencialidades multidimensionais da educação, para superar a visão utilitarista do ensino, para desenvolver as capacidades de pensar, sentir e agir dos alunos, para realizar o objetivo da educação integral.)

O Currículo Integrado, na concepção da autora, oferece oportunidades e técnicas para desenvolver as multidimensionalidades existenciais no processo educativo, contribuindo, assim, com a aprendizagem significativa dos discentes. Desse modo, o Currículo Integrado “não é algo estático vinculado somente a conhecimentos que se deseja transmitir. Envolve, também, práticas políticas e administrativas, condições estruturais, materiais e formação dos educadores”.

(MACHADO, 2010, p. 92) O Currículo Integrado não está baseado apenas na “transmissão de conhecimentos”, existem outros fatores que são fundamentais para a materialização da integração, como o envolvimento da escola e a formação dos docentes. O objetivo está na experimentação de hipóteses de trabalho e propostas de ação didática envolvendo a abordagem relacional dos conteúdos, a exploração de potencialidades multidimensionais da educação com o intuito de desenvolver capacidades de pensar, sentir e agir dos docentes e discentes.

Em síntese, seis das professoras acreditam que durante a formação inicial existe a discussão sobre a organização curricular do ProJovem Urbano, sem ocorrer qualquer relação com a percepção do Currículo Integrado. Sobre essa questão, apenas uma docente informou não haver essa discussão no evento da formação, pelo fato de ter ocorrido, segundo ela, apenas no momento do lançamento do Programa a nível nacional, em 2005.

Abordamos a concepção de Currículo Integrado como sendo um tipo de organização curricular. Mas o que denominamos de currículo? De acordo com Sacristán (1998, p. 125),

O termo currículo provém da palavra latina *currere*, que se refere à carreira, a um percurso que deve ser realizado e, por derivação, a sua representação ou apresentação. A escolaridade é um percurso para os alunos/as, e o currículo é o seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu progresso pela escolaridade.

Assim, currículo, para o autor, significa percurso, guia que orienta e organiza um processo escolar, indo além da concepção restritiva da composição de disciplinas ou de conteúdos. Numa visão mais ampliada, no contexto do ProJovem, defendemos que o currículo é junção de diferentes ações, tais como a apropriação e utilização do material didático e a metodologia utilizada pelos professores, incluindo as sínteses integradoras.

A pesquisa esteve preocupada também em refletir se a formação continuada para professores que atuam no ProJovem Urbano abarca os subsídios necessários para atingir as finalidades do Programa. Sobre essa questão, as sete participantes responderam afirmativamente, embora, mais da metade delas não tenham conseguido justificar as respostas apresentadas.

A seguir, explicitamos as justificativas das professoras sobre tal questão:

Sim. [...] as informações utilizadas na formação continuada são significativas para os professores, ajudando-os na melhoria da aprendizagem. (P1, Questionário, 2016)

Sim. [...] as informações possibilitam aos professores que atuam no ProJovem Urbano compreenderem o Projeto Político Integrado - PPI. (P2, Questionário, 2016)

Sim, pois a mesma possibilita que os professores que atuam no ProJovem Urbano compreendam o Projeto Político Integrado - PPP do referido programa e o desenvolva em cada núcleo (escola sede do Programa). É importante mencionar que esta formação contempla também o planejamento integrado entre os professores de cada núcleo, possibilitando que os mesmos utilizem os subsídios recebidos na formação na construção do seu planejamento quinzenal para as disciplinas específicas e do tema integrador que será desenvolvido com os discentes, atingindo assim a concepção do referido Programa, que está pautada na educação integral, ou seja, a interdimencionalidade e a interdisciplinaridade". (P4, Questionário, 2016)

Sim. As informações apresentadas durante a formação continuada são sobre os temas a serem desenvolvidos nas aulas, os métodos a serem utilizados para desenvolver tais aulas, os recursos que poderão ser usados, dentre outros pontos, tudo isso com base no currículo do ProJovem Urbano abrangendo dessa forma, os subsídios necessários para atingir as finalidades do Programa em questão". (P7, Questionário, 2016)

Nesse sentido, percebemos que as justificativas apresentadas se relacionam diretamente com a compreensão da metodologia específica do Programa e a utilização adequada dos recursos didáticos para melhorar a aprendizagem; e com a compreensão do Projeto

Político Integrado, articulado a ações integradas de planejamento, objetivando uma educação integral com o exercício da interdimencionalidade e a interdisciplinaridade.

É importante ressaltar que, quando os professores afirmam que esta formação contempla o planejamento integrado em cada núcleo do ProJovem Urbano, quer dizer também que eles utilizam os subsídios recebidos na formação docente para a construção do seu planejamento quinzenal, para a vivência das disciplinas específicas e para o desenvolvimento do tema integrador com os discentes, alcançando, assim, as finalidades específicas do referido Programa.

De acordo com o Manual do Educador do ProJovem Urbano (BRASIL, 2012, p. 25),

[...] é finalidade do Programa proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre (I) Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental/EJA; (II) Qualificação Profissional, com a certificação de formação inicial; (III) Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade.

Nesse sentido, percebemos que é finalidade do Programa a formação integral, que, como já discutimos em outro momento da nossa pesquisa, apresenta três dimensões: Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

Além dos objetivos, o Programa tem suas finalidades específicas que são

A reinserção dos jovens no processo de escolarização; a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público; a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação e a ampliação do acesso dos jovens à cultura. (BRASIL, 2012, p. 25).

As finalidades do ProJovem deixam claro que é necessário que os jovens estejam inseridos no Programa e que precisam dar continuidade aos estudos para terem a oportunidade de concorrer a uma vaga no “mercado de trabalho” além de possibilitar a esses jovens o acesso à cultura e à ampliação de conhecimentos.

Ao observarmos as respostas das docentes sobre as finalidades do ProJovem Urbano, notamos que responderam que a formação continuada para docentes abarca os subsídios necessários para atingir as finalidades e a dinâmica do Programa.

Discutir sobre o Projeto Político Integrado também abarca uma das finalidades do ProJovem Urbano. No momento em que se discorre sobre a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público, essas ações envolvem a participação das disciplinas, dos docentes e discentes e da comunidade escolar. Essas ações envolvem a inclusão digital visando proporcionar aos jovens uma oportunidade efetiva de aprender sobre os princípios de funcionamento de recursos técnicos, essenciais para compreender as tecnologias da informação.

Concepção de formação continuada e a relação com o ProJovem Urbano

A respeito das concepções sobre a formação continuada e a relação com o ProJovem Urbano, o resultado nos mostrou que das sete professoras participantes da pesquisa, seis alegaram existir essa relação. Confirmando essa afirmativa, percebemos, a seguir, que as respostas foram semelhantes.

As docentes P1, P2, P3, P4, P5, P7 demonstraram que existe uma relação entre a formação continuada e o ProJovem Urbano, destacando elementos como a oferta de subsídios para os professores participantes; a contribuição para o bom funcionamento do Programa;

e a oportunidade de planejamento integrado, incluindo a organização de palestras organizadas nas escolas-núcleos do ProJovem Urbano.

Em síntese, os docentes identificaram a realização de uma formação continuada que tanto proporciona uma melhor compreensão da proposta pedagógica e, conseqüentemente, uma melhor atuação em sala de aula. Essa compreensão reforça a ideia de que a formação continuada estabelece um momento de crescimento profissional que acontece no decorrer da atuação docente; um momento de repensar a prática profissional e buscar compreender a prática pedagógica, ou seja, saber entender qual a melhor forma de resolver os problemas e situações vivenciadas em sala de aula. A formação continuada deve conceder aos docentes conhecimentos que os tornem mais reflexivos e investigadores.

Desse modo, percebemos que essa percepção dos docentes do ProJovem Urbano se alinha com a compreensão de que a formação continuada para professores se baseia num processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente, com o objetivo de assegurar uma ação pedagógica eficaz que promova aprendizagens significativas para os discentes.

Conforme declarações apresentadas pelas docentes participantes da pesquisa, a formação continuada apresenta-se como oportunidade aos participantes para vivenciarem situações de corresponsabilidade, troca de conhecimentos e de experiências profissionais da docência, contribuindo, assim, para a construção das identidades profissionais e pessoais, pautadas no respeito pelo outro e na solidariedade. Faz parte da formação continuada a promoção da integração entre os participantes, objetivando o trabalho coletivo como forma ideal de desenvolver o Projeto Político Pedagógico do Programa.

Para P2, a formação continuada proporciona aos docentes o desenvolvimento de competências, levando-os à interação com o campo de trabalho e com o conhecimento, aperfeiçoamento, crescimento profissional e aprimoramento da prática pedagógica.

Prática pedagógica aqui compreendida como ação planejada e que busca alcançar intenções objetivas com relação ao processo de ensino e de aprendizagem. Para Veiga (1992, p. 16) é “[...] prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos [...].” Prática essencialmente intencional, porque pensada para alcançar a realização de aprendizagens de determinados conceitos e conteúdos.

Segundo Araujo (2015), para o estabelecimento desse tipo de prática no contexto de um currículo cujo foco é a integração, é necessário o exercício da interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento específico e de formação geral. Ao se tratar de curso de formação de professores, não basta apenas o domínio de conhecimentos da área específica, mas também da formação didático-pedagógica.

Para Araujo (2015, p. 74), tanto educador como estudantes são sujeitos integrantes e responsáveis pelo desenvolvimento das práticas pedagógicas vivenciadas no âmbito das escolas.

Ambos, professores e estudantes, são os sujeitos da prática pedagógica. Se a função principal do educador é mediar a relação entre cultura elaborada e o educando, dando direção à aprendizagem, este exercício só terá possibilidades de produzir a autonomia discente e o reconhecimento da realidade social se orientada por um projeto político-pedagógico de transformação da realidade.

A proposta pedagógica do ProJovem Urbano objetiva esse tipo de integração entre saberes, aqueles provenientes da comunidade e os cientificamente sistematizados. Essa possibilidade de diálogo entre saberes, segundo as professoras participantes da pesquisa, apre-

sentou-se como atitude necessária ao longo do processo de formação dos docentes que atuam no Programa.

A professora participante P4 acrescentou que a formação continuada tem sua importância porque os professores examinam aspectos comuns em cada disciplina, partilham experiências, além de propor estratégias com finalidade de sanar dificuldades do ensino e da aprendizagem.

Em relação à formação inicial e continuada para docentes, a LDB N° 9.394/1996, em seu artigo 62 (BRASIL, 1996), nos incisos 1º, 2º e 3º, destaca que-

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação.

A formação inicial e continuada está prevista na legislação, é importante para os docentes como uma forma de contribuição à reflexão e a auto-avaliação, mantendo o docente atualizado, que ensina e aprende a partir das experiências compartilhadas na coletividade.

No que se refere ao tema, Freire diz que a formação permanente de professores deve fundamentar-se na reflexão crítica sobre a prática integrada ao discurso teórico, de tal forma que a dimensão do concreto se confunda com a prática mesma.

A reflexão da prática influencia no processo de ensino-aprendizagem do docente, de tal forma que a produção desse conhecimento provoca a renovação da prática. Conhecer a realidade dos discentes ajuda o docente a entender sua prática em sala de aula, refere-se a um processo contínuo, em que a cada dia busca-se procurar, da melhor forma possível, um método para compartilhar conhecimentos, a partir da realidade dos discentes.

Ainda sobre o tema formação continuada para docentes, vimos que as professoras participantes discutiram sobre conceitos relacionados aos saberes da docência e aos saberes profissionais. Teria alguma diferença entre esses saberes?

A esse respeito, Tardif (2014, p. 31) afirma que “parece banal, mas um professor é antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros”. São esses saberes em particular que foram compartilhados entre os docentes do ProJovem Urbano, como percebemos nas declarações apresentadas nos questionários.

O referido teórico, ampliando sua concepção a respeito dos saberes docentes, destaca que-

Os saberes profissionais também são variados e heterogêneos porque não formam um repertório de conhecimentos unificado, por exemplo, em torno de uma disciplina, de uma tecnologia ou de uma concepção do ensino; eles são, antes, ecléticos e sincréticos. Um professor raramente tem uma teoria ou uma concepção unitária de sua prática; ao contrário, os professores utilizam muitas teorias, concepções e técnicas, conforme a necessidade, mesmo que pareçam contraditórias para os pesquisadores universitários. Sua relação com os saberes não é de busca de coerência, mas de utilização integrada no trabalho, em função de vários objetivos que procuram atingir simultaneamente. (TARDIF, 2014, p. 263).

Isso reforça o que comentamos anteriormente a respeito da valorização do trabalho em conjunto, ou seja, das experiências que

são vivenciadas em sala de aula e compartilhadas entre os docentes no momento da formação continuada. O trabalho docente precisa ter essas características: concepções heterogêneas, teorias e metodologias diversas que influenciam e ampliam o processo de ensino e aprendizagem e suas práticas pedagógicas.

Assim, consideramos que a formação continuada dos professores consiste num momento de troca de experiências, de conhecimentos vivenciados e compartilhados. Desse modo, defendemos que o educador deve ter da instituição em que trabalha a instituição de uma política de capacitação para o exercício da profissão, considerando a ampliação de conhecimentos. No ProJovem Urbano essa capacitação é fundamental para a formação dos professores, uma vez que essa modalidade de ensino exige conhecimentos específicos distintos daqueles exigidos no exercício do Ensino Fundamental direcionados aos estudantes na idade regular de ensino.

Nos momentos de formação continuada dos professores, no quais são abordados e exemplificados novos métodos para tratar conteúdos em sala de aula, ocorrem trocas de experiências vivenciadas pelos docentes. Desse modo, o professor deve ter a capacidade de refletir sobre a sua prática durante a formação continuada, momentos em que ele tem a oportunidade de compartilhar com os colegas a execução do seu trabalho, o que vivencia no seu dia a dia com seus alunos.

A formação continuada no contexto de atuação do Programa

As professoras participantes informaram que a formação continuada para os docentes do ProJovem Urbano ocorria por meio de encontros quinzenais, com a participação de duas professoras formadoras, dos coordenadores do Programa, com o objetivo de

planejar cada disciplina, discutir os temas geradores e as sínteses integradoras.

Sobre esses encontros de formação continuada, Machado (2010, p. 93) esclarece que

A metodologia dos temas geradores tem, também, o objetivo de aproximar o processo de ensino-aprendizagem da realidade. Visa unir a investigação à prática social, com o objetivo de levar a cabo uma programação educativa. Trata-se de uma metodologia que busca combinar, em um mesmo processo, os diferentes momentos de conhecimento, a ação transformadora da realidade e o processo de ensino-aprendizagem. Considera que os sujeitos desse processo de reflexão-ação-educação não são exteriores ao mesmo, senão indivíduos reais e concretos, que, no curso de sua existência e em função dela, fazem da realidade em que estão imersos, e a qual integram, o objeto do seu pensamento.

A metodologia utilizada pelos docentes do ProJovem Urbano tenta combinar diferentes momentos em um mesmo processo. Isso está presente na construção das sínteses integradoras que consistem na atividade de elaboração textual pelos discentes, ao término das discussões dos temas geradores.

Sobre os temas geradores, Freire (1987, p. 50) faz a seguinte conceituação:-

Antes de perguntar-nos o que é um “Tema Gerador”, cuja resposta nos aclarará o que é o universo mínimo temático, nos parece indispensável desenvolver algumas reflexões. Em verdade, o conceito de “tema gerador” não é uma criação arbitrária, ou uma hipótese de trabalho que deve ser comprovada. Se o “tema gerador” fosse uma hipótese que devesse ser comprovada, a investigação, primeiramente, não seria em torno dele, mas de sua existência ou não.

Com base nessa concepção, compreende-se que os temas geradores são estratégias metodológicas que podem ser realizadas em sala de aula, permitem concretizar metodologicamente, o esforço de compreensão do vivido para alcançar um nível mais crítico de conhe-

cimento da realidade, pela experiência da reflexão coletiva da prática social.

Diante disso, tomando como base a proposta do ProJovem Urbano, para ter um pouco mais de conhecimento da realidade dos discentes, a cada 15 dias, durante a formação continuada, um tema gerador era apresentado aos docentes para que eles se reunissem e planejassem as metodologias utilizadas em suas disciplinas, conforme conteúdos previstos.

Como se percebe, o tema gerador é o mesmo para várias disciplinas que estão sendo desenvolvidas simultaneamente. Assim, os professores nas respectivas disciplinas realizavam as conexões possíveis com os conteúdos tratados, os quais eram trabalhados integrados ao o tema gerador em pauta. Eram temas ligados diretamente às vivências e às práticas dos jovens. Ainda, sobre tema gerador, Machado (2010, p. 93) explica que

Um tema gerador ou geral se verá, assim, desenvolver-se a partir de diversos aspectos ou pontos de interesses específicos, os quais não são excludentes, mas complementares e combinados. Isso permite entrelaçar e integrar aspectos da realidade complexa e contribuir para superar a perspectiva sequencial e fragmentada de organização curricular.

Nessa perspectiva, o tema gerador possibilita ao professor integrar aspectos do cotidiano dos estudantes, proveniente da realidade de cada um deles. É compreendido como sendo o tema ponto de partida para o processo de construção de descobertas. Por emergirem do saber popular, são extraídos da prática de vida dos estudantes e, assim, substituem os temas tradicionais e são buscados no vocabulário da vida prática.

No que se refere à relação entre a formação continuada de professores para o ProJovem Urbano e as práticas pedagógicas em sala

de aula, as professoras foram unânimes ao afirmar a estreita relação entre a formação e as práticas pedagógicas do Programa.

As participantes P1, P2, P3 responderam que existe essa relação, uma vez que a formação continuada proporciona uma escola mais organizada e melhor desenvolvimento para os estudantes. As professoras afirmaram que a formação continuada é o norte para o desenvolvimento da prática pedagógica dos professores.

As participantes P4, P5, P6 destacaram a questão da organização das aulas e os materiais didáticos serem pautadas na interdisciplinaridade e interdimensionalidade; temas relacionados ao cotidiano dos alunos, pelo aprimoramento de dinâmicas para serem realizadas em sala de aula.

As professoras referem-se ao desenvolvimento de um trabalho em conjunto, de forma interdisciplinar, articulado pela organização e por planejamentos dos temas geradores, com destaque para o estudo dos materiais didáticos disponíveis pelo ProJovem Urbano.

O Manual do Educador Orientações Gerais do Programa (BRASIL, 2012, p. 136) destaca que a formação continuada demanda estudo do Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano. A formação assume características peculiares e deverá apoiar-se em princípios e pressupostos comuns, considerando os estudantes e professores como sujeitos, valorizando suas experiências pessoais e seus saberes práticos. Assim, com respeito às atividades destinadas à formação continuada, disseram predominar momentos de discussão e de encaminhamentos em relação aos problemas e às questões do cotidiano da sala de aula, especialmente, quanto à aprendizagem dos estudantes durante a execução do Programa nas comunidades atendidas.

Formação continuada e a organização curricular

Ao perguntarmos se durante a formação continuada ocorreria discussão sobre a organização curricular do ProJovem Urbano, das sete (7) participantes apenas uma docente respondeu que “não”. Em sua explicação, destacou que as discussões não eram realizadas na formação continuada porque, essas haviam ocorrido a nível nacional quando o Programa foi criado em 2005, no âmbito da Secretaria da Juventude na Presidência da República.

As participantes P1, P3, P4, P5, P6 e P7 responderam que houve discussão sobre a organização curricular do Programa, destacando os seguintes pontos: a organização curricular e sua compreensão para o desenvolvimento do programa; a reintegração dos jovens no processo educacional; a promoção da equidade, considerando as especificidades de seu público: a condição juvenil e a necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram esses jovens no que se refere aos direitos à educação, ao trabalho e à cidadania.

Com base nas respostas das professoras, a ideia que elas apresentaram sobre formação continuada e organização curricular foi que a formação continuada e a organização curricular estão interligadas. Isso significa que, no contexto do Programa, o docente, ao ingressar no ProJovem Urbano, deverá entender essas concepções para compreender de que maneira está estruturado o currículo, as disciplinas, carga horária, o nível de escolaridade dos discentes, o método de avaliação do Programa e os materiais didáticos. Para o ingressante entender todo esse processo é fundamental participar das formações inicial e continuada propostas pelo ProJovem Urbano.

A esse respeito, o Manual do Educador, ao discutir currículo, lembra que

A palavra currículo teve diferentes significados ao longo da história da Pedagogia. Numa perspectiva mais tradicional, significa a lista dos conteúdos de um curso. Em outras visões como a da Escola Nova, por exemplo, refere-se ao conjunto das experiências vividas pelo estudante sob a orientação da escola. No contexto do tecnicismo, reporta-se aos arranjos necessários para compatibilizar os objetivos com os conteúdos e as atividades do processo de escolarização. Esses significados não são simplesmente substituídos uns pelos outros, mas permanecem no imaginário dos educadores, até de forma inconsciente, o que leva à necessidade de refletir sobre as influências que eles exercem na prática pedagógica (BRASIL, 2012, p.27).

Considerando que a concepção de currículo passou por diferentes significados no decorrer da sua história, no ProJovem Urbano a definição está articulada ao conjunto de conteúdos que serão desenvolvidos no curso. No entanto, o currículo deve ser compreendido como trajetória, referente às atividades executadas pelos estudantes em toda a sua vida escolar.

Formação continuada e a interdisciplinaridade

A respeito da formação continuada e sua relação com a interdisciplinaridade, P1, P2, P3 e P4 responderam que a formação continuada e a interdisciplinaridade foram intensificadas como proposição a ser vivenciada na sala de aula, durante os momentos de integração. Também, destacaram que nas aulas buscam trabalhar o social, unindo todas as disciplinas, e que a relação da formação continuada com a interdisciplinaridade é compreendida por meio da apropriação do Projeto Pedagógico Integrado (PPI); com discussão de questões contemporâneas entre áreas do conhecimento, sendo construídas em contexto e situação específica.

Com palavras diferentes, as professoras discorreram que a relação da formação continuada com a interdisciplinaridade se dá em

diversos momentos, seja no trabalho social, no estudo do PPI e nas discussões de temas atuais de forma interdisciplinar.

Como podemos observar, a formação continuada e a interdisciplinaridade estão interligadas no ProJovem Urbano. São aspectos vivenciados pelos docentes participantes da pesquisa. Nesse sentido, compreende-se a interdisciplinaridade como um processo contínuo de construção de conhecimentos. Consiste na troca de teorias, conceitos e métodos entre diferentes disciplinas.

Para Veiga (2002, p. 86) “A formação inicial deve fornecer ao futuro professor uma sólida bagagem nos âmbitos científico, cultural, social, pedagógico para o exercício profissional, ao passo que a formação continuada se centra nas necessidades e situações vividas pelos docentes”. Assim, refere-se à dois tipos de formação docente que tem como principal intuito, melhorar a prática em sala de aula.

Com base nessa concepção, compreende-se que a formação inicial é um momento que o docente utiliza para ter uma visão geral sobre o exercício de sua profissão. Compreender, por exemplo, de que maneira poderá interagir com os demais docentes, saber qual é a dinâmica da escola em que está trabalhando, o perfil dos estudantes e como funciona o setor pedagógico da instituição de ensino.

Na formação continuada, o professor passa a entender, da melhor forma, o que foi visto na formação inicial. É o momento para compartilhar informações sobre a prática pedagógica, apresentando-se como processo permanente e constante de aperfeiçoamento de saberes necessários à atividade do professor.

Quanto à prática pedagógica, Franco (2015, p. 605) destaca que o professor pode ou não se exercitar pedagogicamente. Ou seja, sua prática para se transformar em prática pedagógica requer, pelo menos, dois movimentos: o da reflexão crítica e o da consciência. São

esses movimentos que levam o professor a refletir de maneira crítica a sua prática pedagógica, e a reflexão leva à conscientização do exercício profissional.

A mesma autora especifica os princípios que organizam uma prática pedagógica:

- a) As práticas pedagógicas organizam-se em torno de intencionalidades previamente estabelecidas e tais intencionalidades serão perseguidas ao longo do processo didático, de formas e meios variados.
- b) As práticas pedagógicas caminham por entre resistências e desistências, em uma perspectiva dialética, pulsional, totalizante.
- c) As práticas pedagógicas trabalham com e na historicidade; implicam tomadas de decisões; de posições e se transformam pelas contradições. (FRANCO, 2015, p. 605-607)

Percebe-se que a organização da prática pedagógica gira em torno da intencionalidade, da intenção da aula que pode haver resistências e desistências e que implica em tomadas de decisão. O desafio da formação docente é a articulação entre teoria e prática, a partir de uma prática reflexiva é que a ação do professor poderá assumir um caráter transformador. Essa formação deve levar à valorização e à discussão dos diferentes saberes envolvidos na prática docente.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE NO PROJÓVEM URBANO NATAL/RN

Sobre a formação docente no Projóvém Urbano, identificamos, nos questionários, que cinco professoras (P1, P3, P5, P6 e P7) destacaram que a formação continuada proporciona a interdisciplinaridade e a integração quando trabalham o social, unindo todas as disciplinas. As professoras participantes P2 e P4 se aproximaram da ideia quando disseram que a relação da formação continuada com a interdisciplinaridade é dada por meio da apropriação do conhecimento do PPI; ao desenvolverem as atividades numa proposta interdisci-

plinar junto aos núcleos (escolas); ao trabalharem numa proposta interdisciplinar e interdimensional, conforme o Projeto Político Integrado (PPI), considerando o conjunto das sete disciplinas do Currículo Integrado, nas três dimensões do Programa: Educação Básica, a qual corresponde ao Ensino Fundamental na modalidade EJA, Qualificação Profissional e Participação Cidadã. Além disso, afirmaram que os materiais didáticos disponibilizados pelo Programa contribuem para o estabelecimento de um trabalho interdisciplinar.

Para compreendermos um pouco mais a respeito do conceito de interdisciplinaridade, Klein (2012, p. 110) afirma que

[...] “Interdisciplinar” é uma palavra do século XX. A origem intelectual do conceito de interdisciplinaridade subjacente, no entanto, é muito mais antiga. No Ocidente, as ideias fundamentais de ciência unificada, síntese e integração do conhecimento foram desenvolvidas pela filosofia antiga. Com o passar do tempo, o processo geral de especialização na sociedade resultou em um número crescente de disciplinas e profissões distintas. Entretanto, as ideias de unidade integração e síntese persistiram como valores filosóficos, sociais, educacionais e pessoais.

Com base nessa informação, percebemos que o conceito de interdisciplinaridade, como ideia de unidade e integração, sempre se constituiu um valor. No entanto, a ideia de trabalhar com a integração das disciplinas apresenta-se como paradigma emergente frente à proposta de ensino tradicional e permite aos discentes integrar o conhecimento em diferentes áreas.

O material didático no processo de formação de professoras

Sobre os materiais didáticos utilizados pelos professores no ProJovem Urbano, as sete (7) professoras participantes citaram que trabalharam com todos os materiais disponibilizados pelo Programa, quais sejam, o Guia de Estudo, o Manual do Educador, o Manual

de Orientações do Programa (MEOG), o Caderno de Registro de Avaliações (CRA), o Plano de Ação Comunitária (PLA), o Projeto de Orientação Profissional (POP) e a Agenda do Estudante. As professoras P3 e P5, além dos materiais citados, acrescentaram o uso de apostila, papel madeira e coleção de giz.

Perguntamos também às professoras como esses materiais foram utilizados em sala de aula, as sete (7) participantes responderam que foram utilizados como materiais principais, sendo complementados por outros materiais, sem especificá-los.

Na formação inicial, os professores recebem os materiais didáticos e têm apenas uma visão geral de como irão utilizá-los em sala de aula, com base nas orientações passadas pelos professores formadores. Na formação continuada, os professores apresentam maior apropriação dos materiais didáticos, pois utilizam na formação como embasamento teórico e metodológico para o planejamento quinzenal com execução em sala de aula.

O Guia de Estudo é considerado o principal instrumento de trabalho do professor. É produzido pelo próprio Programa, a partir do trabalho coletivo de especialistas de campos do conhecimento diversificados, sendo organizado de acordo com eixos estruturantes para nortear o ensino e a aprendizagem do conteúdo. Contém os textos e atividades que serão trabalhados em cada unidade formativa. O referido material didático foi estruturado com base no processo de ensino e aprendizagem das áreas dos diversos componentes curriculares: Ciências Humanas, Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Ciências da Natureza, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

O Manual de Orientações do Programa (MEOG) é um material direcionado apenas aos docentes do Programa. O Manual apresenta o PPI do ProJovem Urbano, com as orientações necessárias para o de-

envolvimento do curso. Parte integrante de um processo de formação continuada, o manual oferece subsídios para a atuação dos docentes preparando-os para as funções simultâneas de professor especialista (PE) e de Professor Orientador (PO), mas sua finalidade mais relevante é ajudar o professor do ProJovem Urbano a ter acesso ao PPI, a compreendê-lo e apropriar-se dele.

Outro material didático destacado pelas professoras foi o Caderno de Registro de Avaliações (CRA), composto pelas fichas de acompanhamento de desempenho dos estudantes e da avaliação da aprendizagem. As fichas de acompanhamento são utilizadas para registrar as notas das atividades realizadas pelos discentes.

Quanto ao Caderno do Plano de Ação Comunitária (PLA), ele proporciona aos discentes aprender a planejar, trabalhar em grupo, interagir com pessoas e avaliar os resultados do seu trabalho. Para orientar a elaboração e acompanhar a materialização do PLA é preciso que o professor da referida disciplina tenha graduação em Serviço Social, acompanhe a elaboração e a implementação do Plano de Ação Comunitária. O professor inicia seu trabalho fazendo um mapeamento no bairro onde são identificadas as principais dificuldades existenciais, que podem ser relacionadas ao contexto educacional, à saúde, à cultura, à segurança e assistencial social. O Caderno do Plano de Ação Comunitária apresenta o roteiro para o desenvolvimento do Plano de Ação Comunitária.

O Projeto de Orientação Profissional (POP) é um documento pessoal que traz as experiências de vida e de trabalho de cada discente e dos seus familiares e amigos mais próximos. Esse tipo de projeto foi pensado com o objetivo de realizar uma intervenção efetiva no cotidiano da comunidade onde o grupo está vivenciando o Programa. Trata-se de mais uma iniciativa do ProJovem Urbano na direção de estabelecer intersecção entre as dimensões da teoria e da prática.

Por fim, a Agenda do Estudante que tem o propósito de tentar organizar o tempo de estudo do estudante no ProJovem Urbano. Um material que tem a intenção de ajudar no registro das atividades do Programa. A agenda também explicita algumas dicas de estudo e reflexões sobre estratégias para alcançar os objetivos do ProJovem Urbano.

Vale salientar que os conteúdos propostos em cada uma das disciplinas do material didático do ProJovem Urbano são voltados para um público de jovens com faixa etária de 18 a 29 anos, em um curso com duração de 18 meses. Por se tratar de um público específico, foram selecionados materiais de acordo com a especificidade do Programa. Assim como há indicação de que, na Educação de Jovens e Adultos (EJA), existam materiais didáticos e pedagógicos específicos para tal modalidade de ensino, no ProJovem Urbano, também havia uma dinâmica de funcionamento com materiais didáticos específicos, os quais tinham o intuito de contribuir para a formação dos estudantes inseridos neste Programa.

O Guia do Estudante como referência para a formação e a prática docente

Ao perguntarmos a respeito do Guia do Estudante, considerado um dos principais materiais didáticos do ProJovem Urbano, os professores afirmaram que

É um material que nos dá suporte em sala de aula; nele existem conteúdos de todas as disciplinas; é utilizado de forma integradora onde cada aluno tem o seu podendo acompanhar as aulas e responder suas atividades. (P2, Questionário, 2016);

Principal material didático do Programa, nele estão inseridas todas as disciplinas do currículo e suas atividades, em um único módulo por unidade formativa, assim é organizado contemplando a significação dos conteúdos por meio da interdisciplinaridade; serve de suporte para trabalhar em sala de aula. (P3, Questionário, 2016);

Nesse Guia contém todas as disciplinas e suas atividades e é organizado de forma que contempla a significação dos conteúdos por meio da interdisciplinaridade; traz os conteúdos que serão trabalhados durante a duração do projeto; contém os principais texto e atividades que serão trabalhados em cada unidade formativa. (P5, Questionário, 2016).

Percebemos que de acordo com as respostas das professoras, o Guia de Estudo é considerado um dos recursos didáticos indispensáveis nas aulas do ProJovem Urbano. É um material produzido pelo Programa e contém todas as áreas de conhecimento específicas.

A área de Ciências Humanas compreende o ensino e a aprendizagem de conhecimentos históricos e geográficos que fazem parte do processo de formação dos jovens no nível de Ensino Fundamental da educação escolar brasileira.

A proposta metodológica da área de Ciências Humanas tem como pressuposto a interdisciplinaridade compreendida como interpretação de método e conteúdo, entre História e Geografia e as demais áreas do conhecimento. Isso não significa a fusão ou diluição dos objetos de estudo da História e da Geografia, mas a possibilidade de construção de um trabalho integrador que propicie aos estudantes estabelecer relações entre as diferentes experiências humanas no tempo.

No componente Língua Portuguesa, como o ensino de uma língua, tem uma perspectiva que pressupõe, ao mesmo tempo, articulação e trabalho específico com cada uma das dimensões nele implicadas sobre o ouvir, o falar, o ler e o escrever. A sistematização dessas aprendizagens se faz por meio de reflexões a respeito do funcionamento da língua.

Quanto à Língua Inglesa, as noções básicas que orientam o processo de ensino e aprendizagem de inglês dizem respeito às funções da linguagem no cotidiano: apresentar-se, despedir-se, agradecer,

expressar o que gosta de fazer, pedir ajuda, perguntar o que alguém está fazendo.

Quanto ao componente curricular Matemática, seu objetivo é ajudar o estudante a resolver situações diversas do dia a dia que exijam o raciocínio matemático e a ampliar seus conhecimentos nessa área.

No que se refere ao componente curricular Ciências da Natureza, a abordagem dinâmica que se deu ao material do ProJovem Urbano pretendeu articular as fronteiras entre os campos da Biologia, da Física e da Química. O objetivo fundamental da interação desses domínios é a construção de conhecimentos que propiciem maior compreensão dos fenômenos naturais e a percepção de que o ser humano é parte integrante do ambiente natural e social.

O componente curricular Participação Cidadã tem como objetivo primordial a aquisição, por parte dos estudantes, de aspectos conceituais relacionados à democracia participativa e à participação social, bem como a elaboração, a implementação, a apresentação de resultados e a avaliação de planos de intervenção social.

Nessa perspectiva, compreendemos que a proposta curricular de formação dos estudantes do ProJovem Urbano apresenta uma diversidade de conhecimentos compartilhados por diferentes áreas. Há uma indicação de que as disciplinas sejam tratadas de forma integrada nos três campos do ProJovem Urbano, a formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã. Por isso, a importância de, na formação continuada, os professores planejarem de forma dinâmica, integrando as diferentes disciplinas. Essa integração começa a ser feita durante os momentos de planejamento durante a formação continuada.

Foram feitos planejamentos das unidades formativas que seriam trabalhadas durante quinze dias de aula. A cada quinze dias, novos planejamentos foram feitos. As aulas foram planejadas com base nas orientações das professoras que ministravam a formação continuada e no Guia de Estudos, considerado o principal material didático dos estudantes e dos professores.

No total, contamos com seis Guias do Estudante, distribuídos um para cada Unidade Formativa que tem duração de três meses. Para Salgado (2012, p. 85),

[...] os Guias de Estudos constituem o mais importante instrumento de trabalho do educador do ProJovem Urbano. Em cada Unidade Formativa, apresentam-se dez tópicos organizados para desenvolver os temas selecionados para o currículo.

Em cada Unidade Formativa, o professor teve um tópico a ser trabalhado em sala de aula, cuja temática poderia ser dividida em mais de uma aula, dependendo da metodologia utilizada pelo professor e do desenvolvimento de cada turma. O próprio Guia de Estudos nos mostra como está organizada a Unidade, para facilitar o aprendizado do estudante:

Este Guia de Estudo foi escrito para auxiliar você em seu curso. Além de colocar desafios, ele vai ajudar você a localizar informações importantes para o estudo de cada Unidade Formativa. Ele está organizado em seis volumes, um para cada unidade. Os volumes estão divididos em componentes curriculares caracterizados pelas seguintes cores: vermelho - Ciências Humanas, verde limão - Matemática, azul marinho - Ciências da Natureza, lilás - Informática, laranja - Língua Portuguesa, roxo - Inglês, verde claro - Participação Cidadã (SALGADO, 2012, p. 8).

A divisão das disciplinas no Guia de Estudo é também diferenciada por cores, como uma forma de facilitar aos estudantes a busca pelas disciplinas e, ao mesmo tempo, uma forma de tornar o material visivelmente mais dinâmico. Cada início de capítulo do Guia

de Estudo tem título, número, sequência de atividades, objetivo e textos com conteúdos relacionados a cada tópico.

O conjunto dessas percepções dos sujeitos sobre o ProJovem Urbano revela o quanto é essencial o processo de formação docente, seja ele na fase inicial ou continuada. O processo de formação do professor exige uma disponibilidade à assimilação de conceitos, princípios, diretrizes, materiais e metodologias.

CAPÍTULO 5

DESCOBERTAS

Esta pesquisa teve como foco central discutir sobre a formação continuada para os docentes do ProJovem Urbano, em Natal/RN. Para sua realização, aplicamos um questionário para sabermos as concepções das professoras do referido Programa sobre formação docente, formação inicial e continuada, Currículo Integrado, organização curricular, interdisciplinaridade e materiais didáticos específicos do contexto de formação docente para atuar no Programa.

Observamos, nas respostas das professoras participantes, que a formação continuada para docentes do ProJovem Urbano é um momento oportuno para compartilharem experiências, um momento de aprimoramento de saberes e de trabalho coletivo.

A proposta do ProJovem Urbano foi vista como uma alternativa para amenizar o desemprego de jovens e adultos no país. No decorrer de seu percurso histórico, o referido Programa foi se desmembrando em diversas faces, dentre elas, o ProJovem Urbano que, como discurremos, foi criado no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em 2005.

O ProJovem Urbano proporcionou aos estudantes inseridos no Programa a formação integral, por meio de uma associação entre formação básica, com elevação da escolaridade e com a conclusão do Ensino Fundamental; a qualificação profissional com certificação de formação inicial; e a participação cidadã com a promoção de uma experiência de atuação social na sociedade.

O Programa oferece aos professores uma formação inicial, para os ingressantes, e continuada durante a execução do curso no período correspondente a um ano e seis meses. Durante essa formação, que acontecia a cada quinze dias, os docentes utilizam para

a realização dos planos de aula os recursos didáticos disponibilizados pelo Programa, a saber: Guia do Estudante, Agenda do Estudante, Manual do Educador: Orientações Gerais, Caderno de Plano de Ação Comunitária, Guia de Estudo Formação Técnica Geral, Guia de Estudo Arco Ocupacional.

Constatamos ainda, com base nas contribuições das professoras participantes, que a concepção de Currículo Integrado, se deu pela proposta presente no PPI do ProJovem Urbano, no qual o Currículo Integrado ocorre entre a Formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã. No entanto, essa proposta do ProJovem Urbano se distancia da concepção de alguns teóricos que discutem os preceitos do campo da Educação Profissional.

Percebemos que o estudante tem outros papéis no sistema das relações sociais. Por isso, o Currículo Integrado deve conter elementos diversos, significativos à vida. Há uma necessidade de se realizar um ensino que, em vez de ser direcionado apenas para o mercado de trabalho, tenha foco para a formação humana, para o trabalho, à cultural, à técnica e à ciência, atendendo as necessidades da classe trabalhadora.

Assim, foi possível perceber, com base na pesquisa, que embora o PPI do ProJovem Urbano apresente Qualificação Profissional, quesito o mais citado pelas professoras como sendo atrativo aos jovens, por acreditarem que essa qualificação oferece oportunidade de emprego imediato aos estudantes. A realidade é que aprender uma profissão não garante ao estudante uma formação para a vida, isto é, uma formação humana em que tenha a integração de todas as dimensões da vida: trabalho, ciência e cultura.

Além da proposta da Qualificação Profissional do Programa, as professoras também discorreram sobre materiais didáticos específicos

do ProJovem Urbano, dentre eles, Guia do Estudante, considerado o material de referência, por ser o mais utilizado pelos professores e estudantes durante o processo de formação de ambos. O referido Guia, é também chamado pelo Programa de material integrado por conter no mesmo caderno todas as disciplinas correspondentes ao currículo do ProJovem Urbano.

A pesquisa também mostrou que a formação continuada dos professores para a atuação no Programa ProJovem Urbano do município de Natal/RN, realizada no CEMURE, durante os anos de 2015 e 2016, foi considerada pelas professoras participantes como um momento propício de compartilhar experiências pedagógicas.

Sobre as concepções de formação continuada de professores presentes no ProJovem Urbano de Natal/RN, foi possível perceber que eles compreendem por formação continuada um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente, com o objetivo de assegurar uma ação docente efetiva que promova aprendizagens significativas.

Para as professoras, a formação continuada é um espaço de aprimoramento das práticas de ensino e de aprendizagem, um momento de apropriação de novas metodologias que possam contribuir no processo de ensino e aprendizagem do discente. Além disso, os professores veem a formação continuada como oportunidade que proporciona aos participantes vivenciarem situações de responsabilidade, troca de conhecimentos e de experiências profissionais da docência.

A pesquisa se propôs a analisar a formação continuada dos professores do ProJovem Urbano durante o período de 2015/2016 e compreender que relação os professores do ProJovem Urbano de Natal/RN fazem da formação continuada com as práticas em sala de

aula. Sobre esse objetivo, a pesquisa identificou que os professores que atuam no Programa vivenciam processo de formação docente em duas fases interligadas, marcadas pelo momento da iniciação, denominado de curso introdutório; e momentos na continuidade das ações, marcados pela vivência dos componentes curriculares. Ambos os momentos, de forma interdependente, contribuem para uma melhor atuação em sala de aula.

Essa compreensão reforça a ideia de que a formação continuada estabelece um momento de crescimento profissional que acontece no decorrer da atuação docente, de repensar a prática profissional e buscar compreender a prática pedagógica, ou seja, saber entender qual a melhor forma de resolver os problemas e situações vivenciadas em sala de aula. A formação continuada deve conceder aos professores conhecimentos que os tornem mais reflexivos e investigadores.

Sobre os materiais didáticos, eles são utilizados nos procedimentos de ensino visando motivação dos estudantes e à aproximação com os conteúdos didáticos. Os materiais didáticos do ProJovem foram elaborados especificamente para atender às necessidades do Programa. São recursos didáticos específicos do ProJovem Urbano, que levam os docentes a discutirem algumas concepções durante a formação continuada, que foram efetivadas em práticas vivenciadas em sala de aula, a exemplo, da interdisciplinaridade, do Currículo Integrado, dos temas geradores, do planejamento educacional, da avaliação, da qualificação profissional, da formação humana, dentre outros.

Conclui-se que o ProJovem contribui para a vida dos jovens inseridos no Programa, principalmente, para aqueles que conseguiram finalizar o curso. O Programa oportunizou aos jovens concluir o Ensino Fundamental, aliado a realização de Curso de Informática

em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN, efetivando o direito previsto em lei para as juventudes.

A pesquisa foi importante para reconhecer como o ciclo de formação continuada do ProJovem Urbano é fundamental para os professores compartilharem experiências sobre as práticas pedagógicas vivenciadas no contexto do Programa. Essa formação é importante porque os professores examinam aspectos comuns em cada disciplina, além de sugerirem estratégias com a finalidade de sanar dificuldades no ensino e na aprendizagem.

Pela relevância do tema, este estudo foi realizado com o intuito de contribuir com outras pesquisas que estejam direcionadas às políticas públicas para as juventudes e sobre a formação continuada para professores do ProJovem Urbano.

REFERÊNCIAS

AGENDA do Estudante do ProJovem Urbano. 2012. Disponível em: <http://www.google.com.br/agendadoestudantedoProJovemurbano>. Acesso em: 23 mar. 2018.

AQUINO, Fernanda Mayara Sales de; PINHEIRO, Rosa Aparecida. Campanha de pé no chão também se aprende a ler: a influência da teoria freireana nas práticas curriculares. **Debates em Educação**, v. 6, n. 11, p. 60, 2014. Disponível em: <http://seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/viewFile/1326/931>. Acesso em: 24/01/2019.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas Pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio-ago. 2015.

ARCO Ocupacional do ProJovem Urbano. (2012). Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=arco+ocupacional+do+ProJovem+urbano>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BANDEIRA, Denise. **Material didático**: conceito, classificação geral e aspectos da elaboração. Disponível em: <http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24136.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BATISTA, Wilson Roberto. **As políticas públicas de juventude**. Disponível em: http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/206/1/BATISTA_aspoliticaspUBLICASdejuventude_2009.pdf. Acesso em: 23 mar. 2018.

BESERRA, Valesca; BARRETO, Maribel Oliveira. Trajetória da Educação de Jovens e Adultos: histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos. **Cairu em Revista**. Jul/Ago 2014, Ano 03, nº 04, p. 164-190. Disponível em: https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014_2/10TRAJETORIA_EDUCACAOJOVENS ADULTOS.pdf. Acesso em: 29 jan. 2019.

BEZERRA, Raphael de Medeiros Henrique. **A música no ProJovem Adolescente: um relato de experiência na cidade de Natal**. 2011. 47f. Monografia (Graduação em Música) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. PNE 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em 19 de jul. 2023

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Diário Oficial [da] União**, 08 dez. 1993, p. 18769 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 02 jan. 2018.

BRASIL. **1º Caderno de Registro de Avaliação**: unidades Formativas I e II. Brasília, 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.557, de 5 de outubro de 2005. **Diário Oficial [da] União**, 06 out. 2005, p. 6. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5557.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. **Diário Oficial [da] União**, 11 jul. 2008, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. **Diário Oficial [da] União**, 15 dez. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5379.htm. Acesso em: 24 mar. 2018.

BRASIL. **Manual do Educador Orientações Gerais**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias_112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17462-ProJovem-urbano-novo. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. **Manual do Educador:** orientações Gerais. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012.

BRASIL. **Medida provisória nº 238, de 1 de fevereiro de 2005. Diário Oficial [da] União**, 02 fev. 2005, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Mpv/238.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] União**, 23 dez. 1996, p. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROEJA:** Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: MEC, 2007

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa do Projeto Projovem:** Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Educação, Qualificação e Ação Comunitária. 2006. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~prbg/projovem/abril.doc> Acesso em: 09 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. CONFITEIA VI. **Marco de Ação de Belém**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano**. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, 2008.

BRASIL. **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem**. Brasília: Programa Nacional de Jovens – Projovem, 2008.

BRASIL. **Traçado metodológico**: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

CADERNO de Avaliação do ProJovem Urbano. (2012). Disponível em: <https://www.google.com.br/cadernodeavaliacaodoProJovemurbano>. Acesso em: 23 mar. 2018.

CADERNO de Plano de Ação Comunitário ProJovem Urbano. (2012). Disponível em: <https://www.google.com.br/cadernodeplanodeacaoocomunitariadoProJovemurbano>. Acesso em: 23 mar. 2018.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: _____. **Por uma educação do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CAMPOS, Caroline Cristina de Arruda. **Políticas Públicas para a juventude**: uma análise do ProJovem Adolescente sob a perspectiva dos participantes. 2013. 183f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

CARNEIRO, Marcos Torres. **Avaliação do processo de implementação do PROJOVEM urbano em Natal/ RN**: o que fazer dizer da dimensão qualificação profissional. 2015. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>. Acesso em: 29 jan. 2019.

DI PIERRO, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/15.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

DIAS, Letícia Pereira. PEREHOUSKEA, Nestor Alexandre. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: história e contradições. **Rev. Unifam-ma**, v.11, n.1, p.29-46, nov. 2012. Disponível em< <https://docplayer.com.br/17678018-A-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil-historia-e-contradicoes.html>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

FÁVERO. Osmar. **Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966)**. 2004. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Práticas Interdisciplinares na escola**. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

FEREIRA, Eliza Bartalozzi. Políticas educativas no Brasil no tempo da crise. In: OLIVEIRA, Andrade, OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo horizonte: autêntica Editora, 2013.

FRANCO. Maria Amélia Santoro. **Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações**. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0601.pdf>. Acesso em: 06/02/2019.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudanças**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler: (1961-1964) uma escola democrática**. 3. ed. Natal: Palumbo, 2010. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/livro_moacyr_de_pe_no_chao_1980.pdf. Acesso em: 28/01/2019.

GUIA de Estudo. (2012). Disponível em: <https://www.google.com/search?q=guia+de+estudo+forma>. Acesso em: 23 mar. 2019.

GUIA Estudo do ProJovem Urbano (2012). Disponível em: <https://www.google.com.br/guiadeestudodoProJovemurbano>. Acesso em: 23 mar. 2018.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2014.

INCLUSÃO de Jovens – Projovem Urbano, 2012.

KLEIN, Julie Thompson. Ensino interdisciplinar: didática e teoria. In: FAZENDA, Ivani. **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo Cortez, 2017.

LIMA, Erika. Silva; SILVA, Francisca. Natália da. SOARES, Lenina Lopes. Silva. A educação profissional para os jovens nas políticas educacionais da 1ª década do século XXI. **Holos**, Ano 32, vol.4 (2015). Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS>. Acesso em: 05/03/2018.

LOTTERMAN. Osmar. **O Currículo Integrado na educação de jovens e adultos**. 2012. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <file:///C:/Users/20171996210004/Desktop/O-curriculo-integrado-Osmar-Lotterman-2.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Ensino Médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline et al. (Org.). **Educação Profissio-**

nal e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre, RS: ARTMED, 2010, p. 80-95.

MAGALHÃES, Vanessa Nogueira de Souza. **Análise do ProJovem Urbano como política pública em educação:** o caso do CEF 02 da estrutural. Brasília/DF, 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7780/7/2014_VanessaNogueiradeSouzaMagalhaes.pdf. Acesso em: 23 mar. 2018.

MANUAL do Educador Orientações Gerais ProJovem Urbano. Disponível em: <https://www.google.com.br/manualdoeducadororientacoesgeraisProJovemurba>. 2012. Acesso em: 25 mar. 2018.

MOURA, Dante Henrique. **Algumas possibilidades de organização do ensino médio a partir de uma base unitária:** trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7177-4-2-algumas-possibilidades-organizacao-ensinomedio-dante-henrique/file>. Acesso em: 08 fev. 2019.

MOURA, Laudyslaine Natali Silvestre de. SILVA, André Gustavo Ferreira da. Paulo Freire e o movimento de cultura popular na cidade de Palmares/PE em meados da década de 1960. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2011. **Anais [...]**. São Paulo: ANPAE, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0126.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Crise da escola e políticas educativas.** Belo horizonte: autêntica Editora, 2013.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividades docentes.** São Paulo: Cortez, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado.** 2011. Acesso em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress>.

com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>

RODRIGUES, Polyana Marques Lima; LIMA, Willams dos Santos Rodrigues; VIANA, Maria Aparecida Pereira. A importância da formação continuada de professores da educação básica: a arte de ensinar e o fazer cotidiano. **Saberes Docentes em Ação**, v. 03, n. 01, 2017. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/pdf/2017/09/3-A-IMPORT%C3%82NCIA-DA-FORMA%C3%87%-C3%83O-continuada-de-professores-da-educa%c3%87%c3%83o-b%-c3%81sica-a-arte-de-ensinar-e-o-fazer-cotidiano-id.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

RODRIGUES, Rubens Luiz. (Org). **A contribuição da escola na trajetória de jovens e adultos**. Curitiba: Ed. CRV, 2009.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. Trad. Ernani F. da Fonseca. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SALGADO, Maria Umbelinda Caifa. **Guia de Estudo**. Brasília: Secret. Est. Edu. Minas Gerais, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo. Cortez, 2013.

SILVA, Gleycia Valéria de Souza. **ProJovem campo**: saberes da terra, uma experiência com princípios da educação do campo. UFRN: Natal, 2011.

SILVA. Rocha Andrade da; ANDRADE. Carla Coelho. A política nacional de juventude. In: CASTRO. Jorge Abrahão de; AQUINO. Lusení Maria C. de. ANDRADE. Carla Coelho de. (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009, p. 44-69.

SOUZA, Salete Eduardo de. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, 4., 2007, Maringá, Disponível em: <http://www.dma.ufv.br/downloads/MAT%20103/2015-II/slides/Rec%20Didaticos%20-%20MAT%20103%20-%202015-II.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

TARDIF, Maurice. Saberes docente e formação profissional. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TAVARES. Andreza Maria Batista do Nascimento; AZEVEDO. Márcio Adriano; SILVA. Cybelle Dutra da; MEDEIROS. Dayvyd Marques de. Educação profissional e Currículo Integrado a partir de eixos estruturantes no ensino médio. In: MOURA, Dante Henrique. **Educação Profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas**. Natal: IFRN, 2016.

VALE. Rosângela Martins do. Em busca de sentido à formação integral do ser humano na perspectiva de Viktor e Frankl. **Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial**, v. 3, n. 2, p. 191-202, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/le/article/view/19944/12147>. Acesso em: 04 fev. 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de Didática**. 2. ed. Campinas, Papirus, 1992.

VEIGA, Ilma passos Alencastro. Professor: tecnólogo do ensino ou agente social? In: VEIGA, Ilma passos Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia. **Formação de professores políticas e debates**. Campinas: Papirus, 2002.

ZABALA, Antoni. **Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Art-Med, 1998.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação 1, 3, 9, 10, 13, 16, 19, 25, 57, 58, 59,
64, 66, 68, 69, 74, 88, 96, 97, 99,
112, 113, 114, 115, 118, 128, 129,
143, 155, 158

Aprendizagem 1, 3, 9, 10, 13, 16, 19, 25,
57, 58, 59, 64, 66, 68, 69, 74, 88, 96,
97, 99, 112, 113, 114, 115, 118, 128,
129, 143, 155, 158

C

Continuada 1, 3, 9, 10, 13, 16, 19, 25, 57,
58, 59, 64, 66, 68, 69, 74, 88, 96, 97,
99, 112, 113, 114, 115, 118, 128,
129, 143, 155, 158

D

Docentes 1, 3, 9, 10, 13, 16, 19, 25, 57, 58,
59, 64, 66, 68, 69, 74, 88, 96, 97, 99,
112, 113, 114, 115, 118, 128, 129,
143, 155, 158

E

Educação 1, 3, 9, 10, 13, 16, 19, 25, 57,
58, 59, 64, 66, 68, 69, 74, 88, 96, 97,
99, 112, 113, 114, 115, 118, 128,
129, 143, 155, 158

Estudo 1, 3, 9, 10, 13, 16, 19, 25, 57, 58,
59, 64, 66, 68, 69, 74, 88, 96, 97, 99,
112, 113, 114, 115, 118, 128, 129,
143, 155, 158

F

Formação 1, 3, 9, 10, 13, 16, 19, 25, 57,
58, 59, 64, 66, 68, 69, 74, 88, 96, 97,
99, 112, 113, 114, 115, 118, 128,
129, 143, 155, 158

P

Professor 1, 3, 9, 10, 13, 16, 19, 25, 57,
58, 59, 64, 66, 68, 69, 74, 88, 96, 97,
99, 112, 113, 114, 115, 118, 128,
129, 143, 155, 158

Programa 1, 3, 9, 10, 13, 16, 19, 25, 57,
58, 59, 64, 66, 68, 69, 74, 88, 96, 97,
99, 112, 113, 114, 115, 118, 128,
129, 143, 155, 158

Q

Qualificação 1, 3, 9, 10, 13, 16, 19, 25,
57, 58, 59, 64, 66, 68, 69, 74, 88, 96,
97, 99, 112, 113, 114, 115, 118, 128,
129, 143, 155, 158

S

Sonhos 1, 3, 9, 10, 13, 16, 19, 25, 57, 58,
59, 64, 66, 68, 69, 74, 88, 96, 97, 99,
112, 113, 114, 115, 118, 128, 129,
143, 155, 158

U

Urbano 1, 3, 9, 10, 13, 16, 19, 25, 57, 58,
59, 64, 66, 68, 69, 74, 88, 96, 97, 99,
112, 113, 114, 115, 118, 128, 129,
143, 155, 158

SOBRE OS AUTORES

SILVÂNIA FRANCISCA DANTAS

Possui graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2010), graduação em Letras - Espanhol pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2014), Especialização em Educação de Jovens e Adultos no Contexto da Diversidades (2016) e mestrado em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2019). Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: educação profissional, docência, teoria e prática. Professora temporária da rede municipal de educação de Natal, RN (2022). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9713-562X>



JOSÉ MATEUS DO NASCIMENTO



Pedagogo, possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006); Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, História Social da Infância e passa a atuar em pesquisas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional no NUPED

(Núcleo de Pesquisa em Educação) do IFRN - Campus Natal Central; Integra o corpo docente permanente do PPGEPP - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN, vinculado a Linha de Pesquisa Formação Docente e Práticas Pedagógicas na Educação Profissional; Cooperar com o Grupo de Estudos Fundamentos da Educação e Práticas Culturais (CE -UFRN); colabora com o GEPeeS - Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Etnias e Economia Solidária (UFPB - CCAE - Campus IV) e com o NUPEI - Núcleo de Pesquisa em Educação Inclusiva (IFRN-CNAT).

Cultivando sonhos possíveis: o processo de formação de professoras no ProJovem Urbano em Natal - RN

Este livro tem como objeto de estudo o Curso de Formação Continuada de Professores que atuam no Programa Nacional de Inclusão de Jovens, especificamente, no ProJovem Urbano, com o objetivo de analisar a formação continuada de professoras que atuaram no Programa durante os anos 2015 e 2016 em Natal/RN

Autores

RFB Editora
Home Page: www.rfbeditora.com
Email: adm@rfbeditora.com
CNPJ: 39.242.488/0001-07
Av. Governador José Malcher, nº 153, Sala 12,
Nazaré, Belém-PA, CEP 66035065

